



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE BRAGANÇA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUAGENS E SABERES NA AMAZÔNIA

DEGIANE DA SILVA FARIAS

**ENTRE O PARTO E A BENÇÃO: MEMÓRIAS E SABERES DE
MULHERES QUE PARTEJAM**



**BRAGANÇA-PA
2013**

DEGIANE DA SILVA FARIAS

**ENTRE O PARTO E A BENÇÃO: MEMÓRIAS E SABERES DE
MULHERES QUE PARTEJAM**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguagens e Saberes na Amazônia da Universidade Federal do Pará-Campus de Bragança como parte dos requisitos para obtenção do grau de Mestre em Linguagens e Saberes na Amazônia. Orientador: Prof. Dr. José Guilherme dos Santos Fernandes

BRAGANÇA-PA

2013

DEGIANE DA SILVA FARIAS

**ENTRE O PARTO E A BENÇÃO: MEMÓRIAS E SABERES DE
MULHERES QUE PARTEJAM**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguagens e Saberes da Amazônia da Universidade Federal do Pará- Campus de Bragança como parte dos requisitos para obtenção do grau de Mestre em Linguagens e Saberes na Amazônia.
Orientador Prof. Dr. José Guilherme dos Santos Fernandes

Defesa: Bragança-PA 28/06/2013

Conceito: _____

Parecer Final: _____

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Devair Antônio Fiorotti

Universidade Estadual de Roraima/ Universidade Federal de Roraima

Flávio Leonel Abreu da Silveira

Universidade Federal do Pará

Prof. Dr. José Guilherme dos Santos Fernandes

Universidade Federal do Pará – Campus Universitário de Bragança

BRAGANÇA-PA

2013

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da UFPA

Farias, Degiane da Silva, 1976-

Entre o parto e a benção: memórias e saberes
de mulheres que partejam / Degiane da Silva
Farias. – 2013.

Orientador: José Guilherme dos Santos
Fernandes.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal
do Pará, Campus de Bragança, Programa de
Pós-Graduação em Linguagem e Saberes na
Amazônia, Bragança, 2013.

1. Parteiras – Bragança (PA). 2. Cultura
Popular – Bragança (PA). 3. História Oral. I.
Título.

CDD 22. ed. 306.4098115

“A história humana não se desenrola apenas nos campos de batalhas e nos gabinetes presidenciais. Ela se desenrola também nos quintais, entre plantas e galinhas, nas ruas de subúrbios, nas casas de jogos, nos prostíbulos, nos colégios, nas usinas, nos namoros de esquinas. Disso eu quis fazer a minha poesia. Dessa matéria humilde e humilhada, dessa vida obscura e injustiçada, porque o canto não pode ser uma traição à vida, e só é justo cantar se o nosso canto arrasta consigo as pessoas e as coisas que não tem voz.”

Ferreira Gullar

DEDICATÓRIA

A Maria Madalena (in memoriam), minha Mãe.

Ao meu Bem querer mais querido, Layla Joana Farias.

A Roseane Guimarães, a personificação da amizade.

A Elian Brito Pinheiro, meu porto seguro.

AGRADECIMENTO

Necessitaria de muitas páginas para elencar todas as pessoas que contribuíram com a construção desse trabalho. Carecia ter conhecimento de todas as mais belas e verdadeiras palavras para descrevê-los. Não tendo tamanha sabedoria ofereço a vocês: amigos, família, colegas de turma (muitos se tornaram amigos), professores e companheiros de caminhada, esse poema. Vocês são presença viva de **Deus** na minha vida. Obrigada pelos ensinamentos, carinho e aconchego constante.

"Tenho amigos que não sabem o quanto são meus amigos.
Não percebem o amor que lhes devoto e a absoluta necessidade que tenho deles.
A amizade é um sentimento mais nobre do que o amor, eis que permite
que o objeto dela se divida em outros afetos, enquanto o amor tem
intrínseco o ciúme, que não admite a rivalidade.
E eu poderia suportar, embora não sem dor, que tivessem morrido
todos os meus amores, mas enlouqueceria se morressem todos os
meus amigos!
Até mesmo aqueles que não percebem o quanto são meus amigos e o
quanto minha vida depende de suas existências.
A alguns deles não procuro, basta-me saber que eles existem.
Esta mera condição me encoraja a seguir em frente pela vida.
Mas, porque não os procuro com assiduidade, não posso lhes dizer
o quanto gosto deles. Eles não iriam acreditar.
Muitos deles estão lendo esta crônica e não sabem que estão
incluídos na sagrada relação de meus amigos.
Mas é delicioso que eu saiba e sinta que os adoro, embora não
declare e não os procure.
E às vezes, quando os procuro, noto que eles não têm noção de
como me são necessários, de como são indispensáveis ao meu
equilíbrio vital, porque eles fazem parte do mundo que eu,
tremulamente, construí e se tornaram alicerces do meu encanto
pela vida.
Se um deles morrer, eu ficarei torto para um lado.
Se todos eles morrerem, eu desabo!
Por isso é que, sem que eles saibam, eu rezo pela vida deles.
E me envergonho, porque essa minha prece é, em síntese, dirigida
ao meu bem estar. Ela é, talvez, fruto do meu egoísmo.
Por vezes, mergulho em pensamentos sobre alguns deles.
Quando viajo e fico diante de lugares maravilhosos, cai-me alguma
lágrima por não estarem junto de mim, compartilhando daquele prazer.
Se alguma coisa me consome e me envelhece é que a roda furiosa da
vida não me permite ter sempre ao meu lado, morando comigo, andando
comigo, falando comigo, vivendo comigo, todos os meus amigos, e,
principalmente os que só desconfiam ou talvez nunca vão saber que
são meus amigos”!

Vinícius de Moraes

RESUMO

O presente trabalho buscou fazer uma reflexão sobre o saber-fazer de mulheres que partejam a partir da narrativa de vida de uma parteira da cidade de Bragança-(PA). Para tanto, foi utilizado o conceito de memória e identidade em Halbwachas (2006) e Bosi (1994). Compreendendo esse ofício inserido na lógica da cultura popular, foram utilizados os conceitos de Cultura em Burke (1989) e Cuche (1999) e Cultura Popular em Bosi (1992), sempre na perspectiva da heterogeneidade. A problematização dessa temática só foi possível mediante um olhar mais sensível e aproximado desses sujeitos, assim, a etnografia ofereceu os subsídios necessários nessa relação, apoiado nas fomentações de Clifford (2002) e Laplantine (1995). E por ser um conhecimento tácito a História Oral foi a base metodológica que sustentou toda a pesquisa, sendo constantemente aplicadas as orientações metodológicas proposta por Thompson (1992) e Delgado (2006). A pesquisa possibilitou compreender que existe uma representação feita por essas mulheres e pela sociedade sobre o trabalho de partejar, e que o mesmo se constitui um dom, ou um aprendizado adquirido através do contato com os mais antigos. A importância deste estudo se dá no fato de que existem diversos sujeitos sociais, que cotidianamente constroem seus saberes, mas que em função da forma hierárquica como foi concebida a sociedade, foram deixados de lado. Igualmente, é que em virtude do processo da Política de Humanização do Parto, tem-se percebido que diversos profissionais ligados à saúde da mulher tem se autodenominado parteiras, o que denota uma tentativa de apropriação e homogeneização de um saber que é específico.

PALAVRAS-CHAVE: cultura, cultura popular, parteiras, memória.

ABSTRACT

This study aimed to reflect on the know-how of women who make childbirth from the life narrative of a midwife in the city of Bragança (Pará). For this, we used the concept of memory and identity in Halbwachas (2006) and Bosi (1994). Understanding this occupation inserted in the logic of popular culture, we used the concepts of Culture in Burke (1989) and Cush (1999) and Popular Culture in Bosi (1992), always in view of the heterogeneity. The questioning of this subject was only made possible by a more sensitive and approached look on these subjects, thus the ethnography offered the subsidies needed in this respect, supported in the fomentations of Clifford (2002) and Laplantine (1995). And for being a tacit knowledge, the oral history was the methodological basis that supported all the research, being constantly applied the methodological guidelines proposed by Thompson (1992) and Delgado (2006). The research enabled us to understand that there is a representation made by these women and society on the work of midwifery, and that it constitutes a gift, or learning acquired through contact with the oldest. The importance of this study is given in the fact that there are many social subjects who routinely construct their knowledge, but because of the hierarchical way the society was designed, they were left out. Also, it is that because of the process of Childbirth Humanization policy, it has been realized that many professionals involved in women's health have been calling themselves midwives, which denotes an attempt to the appropriation and homogenization of knowledge that is specific.

KEYWORDS: culture, popular culture, midwives, memory.

SUMÁRIO

RESUMO.....	08
ABSTRACT	09
INTRODUÇÃO.....	11
CAPÍTULO I- PARTEIRAS TRADICIONAIS: UM CONCEITO HISTÓRICO, SOCIAL E CULTURALMENTE CONSTRUÍDO.....	17
1.1 Partejar: Um fenômeno da cultura popular em (re)construção.....	18
1.2- Do processo de medicalização às políticas de humanização do parto: avanços e retrocessos.....	32
1.3- Parteira Tradicional: Contexto Amazônico.....	42
CAPÍTULO II- CAMINHOS METODOLÓGICOS: COMPREENDENDO OS SUJEITOS DA PESQUISA.....	46
2.1- Construindo sentidos para a pesquisa.....	46
2.2- Diário de campo ou etnografia do partejar.....	47
2.3- À luz das teorias - Lançando mão da história Oral e da Etnografia.....	55
CAPITULO III- A TENTATIVA DE INSCRIÇÃO DE UM SABER: RECORTES DE UMA HISTÓRIA DE VIDA.....	65
3.1- Um Saber Local, uma história social: Bragança-Pará.....	65
3.2- Recortes Biográficos.....	72
3.3- Desafiando o tempo e o espaço para cumprir seu destino.....	78
CONSIDERAÇÕES.....	94
REFERÊNCIAS.....	98
ANEXOS	

INTRODUÇÃO

A dissertação intitulada **Entre o parto e a benção: memórias e saberes de mulheres que partejam** tem por objetivo problematizar as formas como vem sendo tratado o fenômeno da gestação e do parto ao longo dos tempos, a partir da prática de uma parteira na região bragantina, neste início de século XXI.

Caminhando nesse sentido surge então na Universidade Federal do Pará-Campus de Bragança um programa de pós-graduação que trouxe em sua linha de interesse questões relacionadas às práticas de grupos desta região amazônica. O Programa de pós-graduação em Linguagens e Saberes na Amazônia¹ tem como finalidade o estudo das diversas formas de cultura desta/nesta região. Assim, iniciei uma busca por um objeto de pesquisa com que me identificasse, pois não compreendo o fazer de uma pesquisa sem que o pesquisador tenha por ela interesse que esteja além do fazer acadêmico. Partindo disso, tomou força a ideia de se fazer uma análise sobre o saber-fazer² das parteiras.

O interesse pela temática tem ligação com minha história de vida. Sou oriunda do interior do Estado do Pará e filha de uma família de nove irmãos, que tiveram uma única parteira como responsável pelos seus nascimentos. Fui criada em uma família adepta do catolicismo, todavia assisti constantemente minha mãe levar seus filhos para serem benzidos por uma dessas mulheres, postura que de certa forma fugia aos preceitos católicos. Isso mostra a força que apresentam essas práticas na região. No tocante à academia, sempre despertou minha atenção entender a lógica com que são construídos os saberes ditos informais, e como na chamada sociedade do conhecimento e da informação esses conhecimentos se fazem tão presentes. Assim, procurei aliar estes dois interesses na construção dessa pesquisa.

Munida dessas motivações, o passo seguinte foi buscar colher informações sobre quem já escreveu sobre o assunto. A *internet* surge então como ferramenta indispensável nesse

¹ O Programa de Pós Graduação em Linguagens e Saberes na Amazônia da Universidade Federal do Pará-Campus de Bragança surgiu no ano de 2011 com a missão de estudar, a partir de movimentos endógenos e exógenos, as diversas representações e práticas que perfizeram e perfazem as várias configurações das culturas da/na Amazônia, mediante a compreensão das diferentes formações discursivas e suas correspondentes condições sociais e históricas de produção. <http://ppgls.blogspot.com/>

² O conceito de Saber-fazer será tratado durante todo esse trabalho na lógica das proposições fomentadas por De Certeau (1994).

momento do trabalho. E para minha surpresa, grata surpresa, muitos estudiosos, sob os mais diferentes enfoques, têm se preocupado em dispensar seu tempo para essa temática. Nesses trabalhos foi possível detectar, também, a região Norte como uma das regiões onde existe o maior número de parteiras no Brasil. Saltam aos olhos trabalhos relevantes como de Maria Celeste Pinto (2002), Mary Del Priori (2009), Carmem Suzana Torquist (2004), Alzira Nogueira da Silva (S.d), Soraya Fleischer (2011), e tantos outros. Mas se muito se tem discutido em nível estadual, por outro lado, durante toda essa trajetória, não tive conhecimento de nenhuma pesquisa na região bragantina que caminhasse nesse sentido, sendo este estudo pioneiro.

Mas se o considerável número de trabalhos sobre uma determinada temática pode em certo momento nos ajudar, em outro pode, inclusive, tornar-se um empecilho para a construção de uma pesquisa. No caso desse estudo as primeiras inquietações começaram a aparecer desde logo, muitas delas ligadas à relevância e à originalidade. Não pretendia ver em meu trabalho uma cópia dos que foram feitos anteriormente. O pré-projeto apontava a cidade de Viseu (PA) como *locus* de pesquisa, mas posteriormente optou-se por Bragança. Aquele espaço não foi descartado totalmente, pois continuei em contato com algumas parteiras do município, mas no decorrer do estudo das primeiras disciplinas, em função da construção dos trabalhos acadêmicos, foi preciso ter alguns dados práticos. Neste período, que surge a figura de Dona Noemi, da cidade de Bragança (PA), parteira há cinquenta anos, conhecida em grande parte da cidade. Era impossível falar do meu trabalho sem que surgisse o nome dela. Em todos os lugares havia sempre alguém que ainda tinha ou havia tido alguma relação com ela. Tornou-se uma necessidade e uma obrigação conhecer essa senhora, e assim fui impelida a procurá-la. Em consonância com meu orientador passo então a estabelecer os primeiros contatos com ela.

Após os primeiros contatos e já de posse de algumas leituras, apesar das frequentes dúvidas, surgiram também certezas que pretendia por em prática. Queria de fato saber: Quem são essas mulheres? Qual a origem do seu saber-fazer? Qual a representação tem as pessoas e elas próprias do seu trabalho? Como se mantiveram tão presentes apesar das profundas modificações sofridas pela sociedade? Estes questionamentos e inquietações me levaram a adentrar o universo das parteiras. Mulheres que são donas de um ofício milenar, que têm as marcas de sua presença em todas as sociedades, e seja pelas brechas deixadas pelo processo de modernização, ou pelas questões culturais ligadas ao seu saber, elas estão aí e continuam exercendo o seu ofício.

Nesse primeiro momento, não escapou à minha atenção o fato do considerável olhar destinado a essas mulheres pelos órgãos públicos e também por muitas organizações não governamentais. O interesse pela temática toma proporções significativas, e já em uma primeira reflexão, ainda que superficial, já se pode notar que principalmente a partir da década de 80, vão se percebendo as fragilidades e limitações do projeto modernizador de sociedade. O número de partos cesáreos cresce em todo o mundo, o Brasil torna-se o país campeão nesse procedimento e o número de mortes perinatal é alarmante. A Organização Mundial de Saúde começa então a programar políticas para a modificação dessa realidade. Nesse contexto países como a Holanda, a Alemanha e os Estados Unidos começam a se destacar pela forma como modificaram esse cenário, numa junção do trabalho das parteiras com os médicos.

Como citado anteriormente, não pretendia fazer de minha pesquisa uma cópia das demais, era preciso então delimitar sob qual enfoque trataria esse tema. Tinha como certa algumas questões: não pretendia travar um embate entre saber formal e saber informal, essa luta já foi feita durante muito tempo pela academia, ou mesmo, não tinha interesse em refletir na perspectiva da existência de uma prática que se manteve pura sem qualquer interferência externa; menos ainda, problematizar a prática de partejar como um processo universal e engessado que acontece sem tensões em todos os tempos e da mesma forma.

Assim, me propus a entender essa temática enquanto uma das diversas práticas da cultura popular desse país. Um país que pela sua trajetória de constituição se tornou híbrido e heterogêneo, não podendo mais ser visto somente pela perspectiva da cultura das classes hegemônicas. Para essa discussão autores como Bosi (1992); Ortiz (1994) e Ribeiro (1995) deram contribuições significativas para minhas formulações. Mas o estudo da cultura popular acabou por forçar primeiramente um entendimento do que vem a ser cultura. Era preciso entender a trajetória histórica desse conceito bem como as contradições e tensões na sua formulação, o que estudiosos como Cuche (1999), Burke (1989) e Fernandes (2007), fazem com muita propriedade em suas conjecturas.

Caracterizo esta pesquisa, na lógica das Ciências Sociais, como um estudo de abordagem qualitativa. O saber das parteiras traz, como uma das suas grandes marcas, a oralidade, pois todo o conhecimento adquirido e repassado ao longo dos tempos se deu através da linguagem oral, o que fez com que a história oral, enquanto caminho metodológico, tenha se apresentado como procedimento fundante dessa discussão. A observação participante

constituiu o ponto de partida dessa investigação, vislumbrando obter informações sobre determinados aspectos da realidade pesquisada. A entrevista aberta foi utilizada como uma técnica de pesquisa através da qual foram colhidos relatos e depoimentos sobre as histórias de vida das parteiras. É nesse momento que essas mulheres se pronunciam e expõem suas experiências e seu modo de pensar, se tornando fontes inestimáveis de conhecimento e informações. Se assumo o trabalho como de história oral, fica então claro o uso de autores como Thompson (1992) e Delgado (2006) para respaldar a discussão teórica dessa metodologia de trabalho.

No decorrer da pesquisa, evidenciou-se que somente as entrevistas e as observações esporádicas não dariam conta de um universo tão singular e emblemático como é o das parteiras, era preciso estreitar ainda mais os laços entre pesquisador e sujeito pesquisado. Por isso, passei a ter um contato bem mais próximo e frequente com Dona Noemi. Nesse sentido, percebo-me fazendo uso de alguns elementos da antropologia e, por conseguinte, da etnografia. Era preciso nesse processo tentar experienciar o olhar questionador e sensível do etnógrafo, era preciso esquecer os padrões e técnicas fechadas que por muito tempo foram vistas nas pesquisas científicas, era preciso inserir-se nesse espaço e estar atenta à sua linguagem. Era preciso, sobretudo, e na certeza de que seremos um eterno estrangeiro, viver a experiência do objeto pesquisado, essas novas proposições surgidas me levou a autores como Clifford (2002), Laplantine (1995) e Cardoso (2006) e principalmente Malinowski (2002).

Partindo dessas opções metodológicas, essa dissertação se configura em três capítulos. No primeiro capítulo - *Parteiras Tradicionais: um conceito histórico, social e culturalmente construído* - inicio um debate teórico sob a forma como foi fomentado o conceito de cultura ao longo dos tempos, ressaltando que essas formulações sempre estiveram atreladas aos condicionantes históricos, políticos e sociais vividos pela sociedade, como bem fundamenta Foucault (2012). Discuto também que nesse processo, muitos sujeitos (incluo aqui os mais variados grupos, inclusive as parteiras) viram seus fazeres, suas práticas e seus saberes serem tidos como inferiores em favorecimento das práticas culturais dos que detinham o poder intelectual e econômico. Ainda nesse capítulo, resalto o alargamento que houve na visão sobre cultura e cultura popular, uma vez que vários autores começaram a considerar cultura sob o prisma da heterogeneidade e da diversidade. O uso do termo cultura no plural, não significou simplesmente uma mudança na terminologia, mas iniciou uma mudança de concepção e de paradigma. Procuo, ainda, perceber o caminho histórico percorrido pelas parteiras, bem como várias interpretações dadas a esse trabalho nas mais variadas sociedades

e principalmente na lógica das políticas de humanização do parto, aqui utilizei os variados estudos já feitos. E assim, concluo o primeiro capítulo na tentativa de inserção do saber-fazer das parteiras no contexto das relações estabelecidas na Amazônia e na região Bragantina, sempre levando em consideração as tensões e diferenças existentes na execução desse trabalho nos variados espaços.

No segundo capítulo - *Caminhos metodológicos: compreendendo os sujeitos da pesquisa* - parto de inquietações sobre o porquê e a relevância de um trabalho sobre parteiras na sociedade bragantina do século XXI e novamente me questiono do real interesse pela temática. As respostas encontradas durante as formulações têm a ver com minha história de vida pessoal e acadêmica. Dedico também uma grandiosa atenção na tentativa de dialogar sobre a forma como se deu os primeiros contatos com os sujeitos da pesquisa, ressaltando todo o processo de tensão e estranhamento que houve durante esse caminhar. E já com certa clareza do porque da pesquisa, discorro também nesse capítulo sobre a base metodológica que a sustenta, salientando que os elementos da antropologia e da etnografia foram também importantes para a tentativa de problematização do outro, bem como o uso da história oral, enquanto caminho metodológico.

No terceiro capítulo - *A tentativa de inscrição de um saber: Recortes de uma história de vida* - a perspectiva é de análise. De posse das entrevistas, primeiramente se procurou fazer uma contextualização do sujeito pesquisado e do *lócus* de sua inserção, para que possamos estabelecer relações da sua prática com sua cultura. Em seguida partindo da fala de Dona Noemi, buscou-se compreender a forma como foi construído seu discurso, sempre com o objetivo de compreender quem são as parteiras; como se tornaram parteiras; a representação que fazem de si e da sociedade que as cerca; a forma como foram adquiridos seus saberes; os rituais usados; a relação estabelecida com a natureza e a compreensão que possui do seu saber nos dias atuais.

A perspectiva desse estudo é entender o trabalho das parteiras inserido no contexto das práticas da cultura popular e da modernidade, em diálogo com as políticas públicas contemporâneas. Uma prática que é feita essencialmente por mulheres, em sua maioria de classes com baixo poder econômico, que não tiveram acesso ao conhecimento escolar, que vivem em sociedades não urbanas e são portadoras de um saber não oficial, fatores estes que nos destacam o aspecto histórico e social da pesquisa. E ainda, prática potencialmente ligada à religiosidade, pois as parteiras são mulheres reconhecidas nos espaços onde estão inseridas

por seu fazer ser considerado como um dom. O que faz também com que muitas delas sejam consideradas bruxas pelo discurso cientificista e homogeneizador. Mulheres que conseguiram, apesar das diversas tentativas de desqualificação, continuar mantendo viva a tradição de partejar.

No decorrer do percurso investigativo percebi que os resultados nem sempre ratificaram as primeiras conjecturas, muitas vezes, inclusive, contrariaram as primeiras suposições, todavia essas novas constatações serviram apenas para confirmar a hipótese levantada inicialmente de que esse saber não é estanque, como espero que esse trabalho possa mostrar.

CAPÍTULO I: Parteiras Tradicionais: Um conceito histórico, social e culturalmente construído.

O objetivo deste capítulo é refletir sobre o caminho histórico percorrido pelas parteiras tradicionais procurando demonstrar que em todos os tempos e espaços essas mulheres estiveram presentes ajudando outras mulheres. Nesse primeiro momento a pretensão é empreender um olhar sobre as diferentes interpretações dadas a esse trabalho nas variadas sociedades e mais atualmente na lógica das políticas de humanização do parto, sendo que a partir do século XVIII com o crescente processo de hospitalização, a sociedade assistiu acontecer um elevado índice de partos cesáreos. As nuances que envolveram essa nova dinâmica social foram várias, conforme descrito no segundo item deste capítulo. Desde já, assumo a ideia de que as práticas das parteiras tradicionais se inserem na gama de saberes que constituem o que denominamos cultura popular, pois é uma atividade oriunda do povo. Assumindo essa postura, tornou-se necessário então um debate teórico sob a forma como foi promovido o conceito de cultura ao longo dos tempos, destacando os condicionantes históricos, políticos e sociais atrelados à construção desse conceito, bem como a forma como ele foi ganhando novas configurações apoiados na ideia da diversidade e heterogeneidade, pois segundo Cuche.

As palavras têm uma história e, de certa maneira também, as palavras fazem a história. Se isso é verdadeiro para todas as palavras, é particularmente verificável no caso do termo cultura. O “peso das palavras”, para retomar uma expressão da mídia, é grandemente influenciado por esta relação com a história, a história que as fez e a história para a qual elas contribuem, (1999, p 17).

È parte também deste primeiro capítulo compreender o saber-fazer das parteiras tradicionais inserido em um espaço específico, pois se acredita que, a forma como são delineados e materializados seus conhecimentos refletem e refratam o grupo que fazem parte, no caso, a Amazônia.

1.1 Partejar: Um fenômeno da cultura popular em (re)construção

Salve as Parteiras – Zé Vicente³

*Quando eu nasci, seu moço
 No sertão do Ceará
 Não tinha maternidade
 E a cidade era longe demais
 Mãe Suzana me pariu
 Mãe Teresa me pegou
 Mãe das Dores me benzeu
 Mãe Laura me amamentou
 Salve a parteira
 Mãe Caximbeira
 A mãe que me pegou
 Salve a parteira
 Mãe caximbeira
 Cheia da força do amor
 Quando eu nasci seu moço
 Era mês de São José
 Não tinha tanta fartura
 E a chuva foi linda demais
 Mãe Zefa puxou a reza
 Mãe Lena pôs-se a cantar
 Pai Zezim tomou um trago
 E deu tiros para avisar (festejar).
 (Álbum: Zé Vicente - NATIVO).*

Zé Vicente, natural de Orós, Ceará, canta e compõe desde 1981, sempre procurou demonstrar através de suas criações um pouco da expressão de sua identidade, tentando afirmar a cultura onde estava inserido. Ao longo da sua trajetória, conseguiu por meio da sua arte, mostrar ao mundo alguns traços do povo brasileiro. Zé Vicente vai sensibilizando

³ Zé Vicente-Zé Vicente, José Vicente Filho, terceiro dos dez filhos de José Vicente Sobrinho, Zezinho Paraibano, como ficou conhecido, e Susana de Oliveira Barros. O pai, como nos lembra seu nome popular, natural do município de Catolé do Rocha, na Paraíba; a mãe, cearense, do município de Orós. Foi nessa Família de lavradores, gente simples, festiva, religiosa, apaixonada pela poesia de Cordel e Luiz Gonzaga, que Zé Vicente foi criado.

peçoas, em sintonia perene com diversas causas humanas, sociais e ecológicas do nosso tempo.

A referência feita no início desse trabalho, ao cantor e compositor Zé Vicente, justifica-se para tentar ressaltar ainda mais o propósito dessa pesquisa. Discutir sobre parteiras tradicionais, pode parecer algo sem significado, sem relevância social ou mesmo acadêmica; ora, qual propósito teria um trabalho sobre práticas, que para muitos, especialmente aqueles ligados ao saber científico, podem parecer tão obsoletas? Mas é justamente por me sentir instigada por trabalhos como do referido cantor e compositor, que me proponho a mergulhar em uma temática que fala da vida do povo, da sua vivência cotidiana, dos pormenores de suas experiências. Tudo isso com o propósito de justamente mostrar o trabalho desenvolvimento por mulheres que partejam nesta região evidenciando alguns traços da cultura e da identidade amazônica e, por conseguinte, da bragantina.

Incontáveis são as características que marcam a sociedade brasileira e dentre elas destaca-se, justamente, a sua heterogeneidade. Diversas são as manifestações culturais existentes no Brasil, uma cultura erigida pela “união” de raças, credos e tradições que foram fomentadas e acumuladas historicamente por diversos atores sociais e que se materializa através de uma infinidade de práticas, que, apesar de muitas vezes ficarem esquecidas, fazem parte da construção do patrimônio imaterial⁴ do povo brasileiro, embora, constantemente, em função de vivermos em uma sociedade de hierárquica e de classes, perceba-se através dos discursos oficiais, uma tentativa de homogeneização de determinados fazeres, em que identidades vão sendo forjadas e propagadas a partir de um único modelo civilizatório, o ocidental⁵.

Apesar desses frequentes ensaios para uma possível homogeneização existem práticas cotidianas que acabam por destoar de uma linearidade pensada pelas classes dominantes, coexistindo nesse processo, um choque perene entre a tentativa de imposição e a resistência cultural dos vários grupos, como é o caso dos ribeirinhos, dos quilombolas, dos índios, dos

⁴ Patrimônio cultural imaterial (ou patrimônio cultural intangível) é uma concepção de patrimônio cultural que abrange as expressões culturais e as tradições que um grupo de indivíduos preserva em respeito da sua ancestralidade, para as gerações futuras. São exemplos de patrimônio imaterial: os saberes, os modos de fazer, as formas de expressão, celebrações, as festas e danças populares, lendas, músicas, costumes e outras tradições. (Constituição Federal 1998 art. 215 e 216).

⁵A ideia de Modelo Ocidental é aqui compreendida na lógica da priorização da variável econômica e cientificista, a partir dos interesses do capital grandemente globalizado, impactando de modo importante a vida e o destino de todas as Nações (SANTOS, 2003).

negros, e porque não dizer das parteiras tradicionais. Para De Certeau, o povo brasileiro tem feito uso das leis e regras impostas, buscando redirecionar o seu primeiro objetivo pensado.

Há bastante tempo que se tem estudado que o equívoco rachava, por dentro, o “sucesso” dos colonizadores espanhóis entre as etnias indígenas: submetidos e mesmo consentindo na dominação, muitas vezes esses indígenas faziam das ações, rituais, representações ou leis que lhe eram impostas outra coisa que não aquela que o conquistador julgava obter por elas. Os indígenas as subvertiam, não rejeitando-as diretamente ou modificando-as, mas pela sua maneira de usá-las para fins e em função de referências estranhas ao sistema do qual não podiam fugir (1994, p.39)

Partindo do citado acima, fica claro que o processo de construção das identidades nunca se deu de forma pacífica e harmônica em nenhuma sociedade, como alguns discursos teimam em querer incutir, e muito menos ainda em uma sociedade de classe como é o Brasil. A verdade é que as construções desses conceitos são fortemente marcadas por contradições, que expressam posições sociais, visões de mundo e concepções ideológicas. Todavia, o desejo de problematização do conceito de identidade leva-nos, primeiramente, a uma análise do que seja cultura, pois esses dois conceitos estão intimamente imbricados, uma vez que a(s) identidade(s) se constrói a partir das marcas da cultura.

O debate concernente ao conceito de cultura não se configura em um assunto de agora. A composição da palavra dirige-nos aproximadamente ao século XIII, sendo que na França o referido conceito estava relacionado ao cuidado dispensado ao campo ou ao gado. Em seguida o termo cultura passou a ser usada para designar uma parcela de terra cultivada.

O século XVI traz algumas modificações a essa palavra, passando da condição, da categoria de estado, para a categoria de ação, ou seja, o ato ou ação de cultivar a terra. Segundo Cuche (1999) ainda nesse mesmo século se começa a utilizar cultura sugerindo a ela um sentido figurado. Todavia, isso não se dá de maneira rápida, é somente no século XVIII que esse sentido começa a ganhar notoriedade, sendo então introduzido enquanto conceito no Dicionário da Academia Francesa (Edição de 1718). Nesse momento sempre quando aparece o termo cultura pressupõe-se que o mesmo esteja ligado a um complemento. Fala-se então a partir dessas modificações de: cultura da arte, cultura das letras, cultura das ciências.

Gradualmente, percebe-se o uso do termo cultura sem a ajuda desses complementos, mas agora ligado à questão da formação e da educação do espírito. É interessante notar, “um movimento inverso ao observado anteriormente. Passa-se de “cultura” como ação (ação de instruir) à “cultura” como estado - estado do espírito cultivado pela instrução, estado do

indivíduo “que tem cultura” (CUCHE, 1999, p.20). Partindo dessa percepções, o conceito de cultura vai ajudar na construção da ideia em torno da existência de pessoas que possuem e não possuem cultura expressando a dicotomia entre este termo e o de natureza. Para o referido autor essa dicotomia vai caracterizar o pensamento dos Iluministas acerca de Cultura, entendida como progresso, evolução, educação, razão, isso é notado também pelo uso somente no singular do termo.

Nesse contexto, e referendando principalmente o ideal Iluminista, o termo cultura vai se acostar do significado de civilização, para principalmente marcar a necessidade que a sociedade possui de sair da condição de ignorância e da irracionalidade. Aqui,

A civilização é então defendida como processo de melhoria das instituições, da legislação, da educação. A civilização é um movimento longe de estar acabado, que é preciso apoiar e que afeta a sociedade começando pelo Estado, que deve se liberar de tudo o que é ainda irracional em seu funcionamento. Finalmente, a civilização pode e deve se estender a todos os povos que compõem a humanidade. Se alguns povos estão mais avançados que outros neste movimento, se alguns (a França particularmente) estão tão avançados que já podem ser considerados como “civilizados, todos os povos, mesmos os “selvagens”, tem vocação para entrar no mesmo movimento de civilização, e os mais avançados têm o dever de ajudar os mais atrasados a diminuir esta defasagem (CUCHE, 1999, p.22).

Nota-se, então, que o conceito de cultura ligado à civilização procurou ainda mais reforçar a ideia etnocêntrica de países como a Inglaterra e a França que consideravam civilizados e cultos o homem moderno, polido e instruído, em detrimento a todos os outros povos e culturas. Esse pensamento foi organizado também para absolver o movimento expansionista europeu da época, ou seja, as nações europeias possuíam cultura e que era preciso levar aos “não civilizados”, denominados por muitos de “selvagem” esse progresso, o que denota claramente o uso pejorativo e individualista desses conceitos, por uma classe que começa a se firmar enquanto classe dominante.

No decorrer do século XIX, com a entrada do debate franco-alemão sobre o emprego desses dois termos – incitado por um movimento de contraposição à aristocracia, que se atentava em corporificar firmemente os valores franceses -, a burguesia alemã passa a opor o conceito de cultura e civilização, sendo que “*kultur*” passa a denominar “tudo o que é autêntico e contribui para o enriquecimento intelectual e espiritual; antagônico a isso, o que é somente aparência brilhante, leviandade, refinamento superficial, pertence à civilização” (CUCHE, 1999, p.25). Nesse sentido, Fernandes vai assegurar que,

A cultura toma para si um sentido particularista e civilização um sentido universalista. O problema é que tanto os particularismos como os universalismos extremados são minimizadores e podem levar à barbárie e ao facismo, ou, no mínimo, a discriminações sociais. Em todo caso, o debate franco-alemão foi precursor das duas concepções de cultura que são o impasse mais visível no que se refere à questão na atualidade, e que também são os pontos nevrálgicos para se conceituar a cultura (2007, p. 41).

A constituição histórica do termo cultura nasce permeada de contradições, sendo notório que no processo embrionário de sua formação, esse conceito aparece sempre no sentido de favorecimento de uma determinada classe, povo, nação, que se autodenominavam superiores e que tinham a responsabilidade de civilizar, tornar cultos os que tivessem quaisquer hábitos, costumes e ideias diferentes. O uso sempre no singular, do termo cultura reafirma essa hierarquização. No caso das parteiras tradicionais isso não se dá de forma diferente. Ao longo dos tempos, foi sempre comum vermos a tentativa de descaracterização desse sujeito social. Razões não faltaram para que esse trabalho fosse tido como inferior: é um trabalho doméstico, feito em sua maioria por mulheres, que não possuíam qualquer formação escolar, sendo a maioria delas de classe economicamente baixa. A respeito disso trataremos com mais propriedade a seguir.

Vista dessa forma, a formulação do termo cultura contribui para recusar as diversas manifestações produzidas pelas sociedades humanas, e muito mais ainda as tensões ocorridas no interior de variados grupos, sendo seu conceito aferido somente às produções das classes hegemônicas. No tocante a ideia de classe hegemonia, Fernandes nos orienta que,

Classe hegemônica é a classe que conduz, e a hegemonia é uma forma de dominação em que a classe dominante impõe pelos aparelhos ideológicos do estado, ou em último caso, pelos aparelhos repressores, sua aceitação, e de suas éticas e estéticas, pela ampla maioria da sociedade, como único *ethos* capaz de ser “justo e interessante” para as demais classes (2011, p. 28).

A inicial definição de cultura, do ponto de vista antropológico, ordenada por Edward Burnett Tylor, defensor da concepção universalista, preconizava que a cultura e civilização são um conjunto complexo que inclui os conhecimentos, as crenças, a arte, a moral, o direito, os costumes e outras capacidades e hábitos adquiridos pelo homem enquanto membro de uma sociedade. Aqui é importante destacar que ao falar de cultura como “aquisição”, pressupõe-se

que ela precisa ser transmitida, repassada, logo denota a ideia da existência de sujeitos que deverão ser receptores dessa cultura hierarquizada, pois ainda de acordo com Fernandes,

A hierarquização da cultura torna invisíveis os conflitos internos de uma sociedade e a ordenação imposta, que passam a ser “naturalizados”, assim como invisível se torna o fato de que as culturas nascem das relações sociais desiguais, quando se trata de diferenças internas a um mesmo sistema: considerar as culturas como estanques e autodeterminadas é não querer ver a existência de hierarquias sociais. Este tipo de enfoque purista não considera que a cultura é uma produção histórica que desvela a história das relações dos grupos sociais entre si (2077, p.42).

No final do século XVIII, já início do século XIX, a sociedade europeia, carregada de um sentimento nacionalista através, principalmente, de seus intelectuais, passa a evidenciar um repentino e imprevisto interesse pelas manifestações oriundas do povo⁶. Segundo Peter Burker (1989), os variados grupos da época se abismaram, mas principalmente, não entenderam a razão de receber em suas casas homens e mulheres que queriam ouvir suas canções, suas poesias, conhecer seus hábitos, seus costumes, partilhar sua vida. De repente, a história do povo deveria ser contada? Suas festas, suas danças deveriam ser apreciadas? Utilizada primeiramente por J.G. Herder nasce aí a expressão Cultura Popular⁷ (Kultur des Volkes), e embora muitos teóricos tenham feito referência no passado aos costumes populares, o ponto de destaque desse movimento era justamente o interesse no povo enquanto parte de um todo, pertencente de uma nação.

Essa visão sobre a cultura popular se tornou rapidamente e de certa forma, espantosamente aceita, assim muitos setores cultos da sociedade passaram a se interessar por coleções de poesia popular, contos populares e música popular. Esse movimento foi batizado pelo historiador inglês como "a descoberta do povo", ainda uma vez, percebe-se que essas variações não se dão desprovidas de comprometimentos e de condicionamentos políticos. Ele assinalava três grandes razões para que isso estivesse acontecendo naquele determinado momento histórico. Eram elas: razões estéticas, que se referiam a uma insubordinação contra o artificial na arte culta e conseqüentemente valorização das formas simples e razões intelectuais, que tinham a ver com uma postura de hostilização dos ideais iluministas, enquanto pensamento valorizador da razão em detrimento do sentimento e das emoções.

⁶ A ideia de Povo é aqui inferida partindo das formulações de Stuart Hall (2009)- O “povo” nem sempre está lá, onde sempre esteve, com sua cultura intocada, suas liberdades e instintos intactos, ainda lutando contra o jugo normando ou coisa assim; como se, caso pudéssemos “descobri-lo” e trazê-lo de volta à cena, ele pudesse estar de prontidão no lugar certo e ser computado.

⁷ Cultura popular- Aqui compreendida na perspectiva da diversidade e da heterogeneidade – BOSI (1992).

Havia também, com relação ao aspecto intelectual, um desprezo para com as regras clássicas da dramaturgia. O próprio Herder se manifestou apoiando o rompimento das unidades clássicas afirmando que elas eram por demais coibentes da espontaneidade e da imaginação; e por fim as razões políticas, que sempre creio serem as mais fortes, estavam ligadas as hostilidades contra a França, e seu Iluminismo, nutridas por países como a Alemanha e a Espanha.

É bem verdade que, o improvisado empenho em conhecer o povo, demonstrado por esse grupo de pessoas, não significou, como bem destaca Burker (1989), uma questão desprovida de interesse. O que não se pode negar também é que esse movimento tributou para um conhecimento sobre a tradição da Europa Moderna, embora, em análise crítica o autor destaque a necessidade de atentarmos para o fato de que a maioria desses intelectuais escreveram e contaram, a partir de descrições feitas por outros, o que gerou algumas interpretações errôneas, distorções, ou uma visão romântica permeada de preconceitos e alicerçadas em ideias como o: primitivismo, comunitarismo ou purismo, o que nos força a ver a cultura popular não somente sob o foco romântico dos intelectuais da Europa do século XIX.

A partir desse movimento de “descoberta do povo” ocorrido inicialmente na Europa, mas que acabou por se estender para o resto do mundo, toda vez que se fala em cultura popular é consensual assegurar que ela é formada a partir das manifestações produzidas pelo povo, o que em algumas vezes tem suscitado um olhar inferiorizado e pejorativo sobre essa ideia.

No Brasil, estudos sobre cultura popular começam a surgir na segunda metade do século XIX, movidos principalmente pelas formulações da construção de uma identidade nacional. A ideia de Estado Nacional ordenada durante um longo período na Europa acabou por se definir no século XVIII como um poderoso componente de coesão e de coerção social. Ela se configurou como a demonstração moderna oriunda da correlação de forças que estavam em jogo naquele período na Europa. A partir desse momento, a discussão acerca da questão da identidade nacional tem sido bastante debatida no Brasil, percorrendo caminhos diferenciados que estão sujeitos às etapas tanto ao desenvolvimento do pensamento brasileiro, mas principalmente aos atores que se destacam nos determinados tempos e espaços sociais.

No livro *Cultura Brasileira e Identidade Nacional*, Renato Ortiz (1994) chama atenção sobre determinados pontos de ponderação da conceituação do nacional no Brasil. Ele

menciona que primeiramente as discussões estavam ligadas a questão do caráter nacional, para depois se concentrar propriamente em torno da identidade nacional. Ortiz ressalta que é no século XIX que começa o debate em torno do caráter brasileiro e nesse momento os intelectuais brasileiros, submergidos com essas formulações estavam, de certa forma, entusiasmados pelas teses raciológicas e evolucionistas⁸, tão em evidência na Europa naquele momento.

Sobre a construção da ideia de cultura popular, não se pode deixar de fora as fomentações feitas por Darcy Ribeiro em seu livro *O Povo Brasileiro* (1995). Pois apesar de suas formulações não se aterem ao conceito de cultura, ele menciona que este povo deve adotar sua essência de uma civilização mestiça. De acordo com o citado autor, o brasileiro é um povo em constante construção e reconstrução, ou seja, aquele que se inventa e busca o ideal da união das diferenças e da igualdade, embora em suas análises ressalte que isso ainda esteja muito longe de ser alcançado. Destaca ainda que, a história brasileira apesar de atrever-se em lançar uma pseudo “uniformidade” do sentido nacional, possui consideráveis diferenças regionais, principal fator de análise desse autor. Suas proposições trabalham com a ideia da construção dos cinco Brasis, denominada também de “*ilhas-Brasil*”, *quais sejam*: 1) o Brasil da cultura sertaneja do nordeste e do centro, baseada na produção do couro e do gado; 2) o Brasil da cultura crioula do litoral, baseada nos engenhos de açúcar; 3) o Brasil da cultura cabocla da Amazônia, baseada nos seringais, na coleta de drogas da mata e na pesca dos rios; 4) o Brasil caipira do sudeste e centro, baseado na economia do café e da subsistência e nascida dos bandeirantes; 5) o Brasil da cultura gaúcha das estâncias de gado e da cultura agrícola dos imigrantes no sul do país, mais especificamente os alemães e Italianos.

Assim sendo, ainda com todo o processo de modernização, de industrialização e de urbanização, os cinco brasis estearam contestações que ainda são aparentes nos seus valores e costumes. Estes cinco brasis se arranjaram movimentados por uma contradição sempre presente entre o valor da união das diferenças e da capacidade de integração entre raças e culturas e a desigualdade social. O povo, ou seja, as camadas populares que, colocadas em situação de desigualdade social e muitas vezes também de discriminação racial, mostraram-se culturalmente criativas e se miscigenaram racialmente.

⁸ Teses raciológicas e evolucionistas - Na Europa do século XIX desenvolveram-se diferentes correntes de pensamento social - positivismo, evolucionismo e darwinismo social-, que se dedicaram à discussão sobre as “raças” em sua relação com o progresso e a civilização. Construía-se uma verdade sobre as etnias não-europeias que se fundava nos avanços científicos da época. (ORTIZ, 1994).

Em termos de formação econômica-social, se pode dizer que essas faces do Brasil rústico se plasmaram como produtos exógenos da expansão europeia, que as fez surgir dentro de uma formação agrário – mercantil – escravista, bipartidas em implantes citadinos e contextos rurais mutuamente complementares, estratificadas em classes sociais antagônicas, ainda que também funcionalmente integradas. Seu motor foi o processo civilizatório desencadeado pela Revolução Mercantil, que permitiu aos povos ibéricos expandir-se para o além mar e criar a primeira economia de âmbito mundial (RIBEIRO, 1995, p, 272-273).

Tendo claros os contrassensos, o que já não se pode negar é que no contexto brasileiro, a materialidade da cultura popular é bastante vasta e porque não dizer complexa, parte disso se dá por conta do processo de mestiçagem desse povo. Em primeira instância lembra-nos a ideia dos índios que aqui habitavam. Logo após, surge a figura do homem branco, do colonizador português, e assim, após o processo de colonização aparece também o negro africano como parte dessa conjuntura. Nessa circulação não se pode esquecer toda a imigração ocorrida mais tarde através da vinda dos diversos povos europeus e asiáticos. Toda essa miscelânea mune elementos para a heterogeneidade de raças e etnias presentes no Brasil, bem como para a grandiosidade de material cultural produzido por essas misturas.

E mais, segundo Ayala e Ayala (1987), quando se fala em cultura popular não se pode deixar de ressaltar as interferências políticas, sociais e econômicas ocorridas na construção desse processo, onde relações de poder são constantemente evidentes. Isso fez com que a construção do conceito de cultura popular tenha se dado permeado de tensões, sendo perceptível que tal conceito sempre esteve conexo com a história dos excluídos, tendo estes sido tomados muitas vezes por diferentes e exóticos.

Mas, embora essa visão tenha vigorado por longas datas e ainda hoje esteja ainda presente nos mais variados discursos e atitudes, tem-se notado também um novo olhar sobre o popular. Primeiramente sob a ótica do pluralismo e da diversidade. Segundo Bosi

Estamos acostumados a falar em cultura brasileira, assim no singular, como se existisse uma unidade prévia que aglutinasse todas as manifestações materiais e espirituais do povo brasileiro. Mas é claro que uma tal unidade ou uniformidade parece não existir em sociedade moderna alguma, e menos ainda, em uma sociedade de classes (1992, p. 308)

Assim, para essas novas demandas de autores, falar de cultura, ou cultura popular perpassa entendê-la sob o prisma da heterogeneidade, sendo que o próprio conceito antropológico de cultura, que ainda segundo Bosi, é o mais fecundo e nos induz a pensar dessa forma,

Um sem-número de fenômenos simbólicos pelos quais se exprime a vida brasileira tem sua gênese no coração dessa vida, que é o imaginário do povo formalizado de tantos modos diversos, que vão do rito indígena ao candomblé, do samba-de-roda à festa do Divino, das Assembleias Pentecostais à tenda de umbanda, sem esquecer as manifestações de piedade do catolicismo que compreende estilos rústicos e estilos cultos de expressão (1992, p.323).

Isso nos ajuda a compreender e reforçar a ideia de que as formulações em torno do termo cultura popular vêm se alargando, e por mais que haja uma hierarquização do pensamento sobre o que vem a ser cultura, sendo que ainda existam pessoas que teimam em supervalorizar a cultura erudita em detrimento da cultura do povo, essa visão vem sendo desconstruída, e muitos estudiosos, vem se preocupando em demonstrar que cultura é, sobretudo, as diversas e variadas expressões de um determinado grupo, o que faz com os equívocos do olhar etnocêntrico como bem cita BOSI, deem lugar à outra percepção, sob o olhar apenas do que seja diferente e que precisa ser respeitado.

Dentre os atores sociais que durante muito tempo e ainda hoje têm visto seus saberes serem deixados de lado em virtude de um projeto modernizador de sociedade, que teima em priorizar somente os traços culturais ligados à cultura erudita, cientificista, escolar estão as parteiras⁹. Mas afinal quem são esses sujeitos? De onde são oriundos seus saberes? Que representações possuíram e ainda hoje possuem na chamada sociedade do conhecimento e da informação? Quais as transformações ocorridas no seu fazer ao longo dos tempos? Esses e outros questionamentos me levaram a adentrar esse universo que envolve fé, tradição, simbolismo e magia. Assim, com o intuito de problematizar a construção do saber-fazer das parteiras, direciono agora meu olhar, sobre alguns autores que também têm dispensado seus esforços para a temática, na perspectiva de compreender a trajetória percorrida por essas mulheres, não na perspectiva de inseri-las em uma mesma dinâmica, como se em todos os momentos, ou espaços a atividade de partejar acontecesse da mesma forma, mas, sobretudo, na tentativa de perceber as contradições existentes nesse caminhar histórico.

⁹ A categoria parteira é compreendida nesse trabalho como mulher cuja profissão é assistir a partos, sejam elas, as chamadas parteiras curiosas, parteiras de orelha ou parteiras estudadas.

O significado do fazer das parteiras tradicionais não pode ser buscado apenas em sua dimensão objetiva e material. Não desconsidero a importância dessas esferas para o entendimento desse fazer, contudo, considero que sua compreensão exige ir além. O partejar constitui um ato de partilha, uma ação onde múltiplos elementos são trocados. A parteira coloca à disposição da mulher e da criança o seu saber, sua técnica e sua força, mas também seu afeto, sua fé e suas rezas (SILVA, d/s, p. 74).

É certo que o ofício de partejar é uma atividade que vem se construindo e reconfigurando ao longo de toda a história da humanidade. Em todos os momentos históricos é percebida a presença dessas mulheres na sociedade. Tal atividade sempre teve um caráter predominantemente feminino, sendo o fenômeno da gestação e do parto um assunto de mulheres, que deve ser tratado por outras mulheres. Segundo o Relatório final do Observatório de Recursos Humanos em Saúde Estação CETREDE/ UFC/UECE, denominado “Parteiras Cearenses: História e memória do ofício de fazer o parto”,

A atividade de parteira é uma das mais antigas funções de que se tem registro na história da humanidade e também uma das quais se encontram registros em praticamente todas as culturas. Passando pela Antiguidade, quando nos registros bíblicos aparecem as parteiras Sifrá e Fuá, que se negam a seguir as ordens do Faraó do Egito que lhes ordenara matar as crianças do sexo masculino nascidos entre o povo hebreu (Êxodo,1: 15:2), e, durante o Período Medieval, quando eram perseguidas até mesmo pelos tribunais da Inquisição, as parteiras sobreviveram, sendo em muitas ou na maioria das situações o único recurso disponível às mulheres durante o trabalho de parto, (FORTALEZA-CEARÁ, 2007).

Segundo Sousa (2007), a importância do nascimento para o ser humano data de muito tempo, podendo ser vislumbrado em várias culturas, nas sociedades antigas como Grécia e Roma, no panteão de deuses e deusas, há deusas-mães que pensam a fertilidade e o nascimento, como “Ishtar entre os babilônios, Ísis entre os egípcios, Deméter entre os gregos, Ceres entre os romanos, (p. 168)”.

Rose Marie Muraro (2000) também destaca que desde a antiguidade eram as mulheres que operavam como as curadoras populares, sendo que com um saber próprio, alcançado ao longo das gerações, elas eram responsáveis por cultivar e curar através das ervas. Segundo essa autora, essas mulheres saíam de casa em casa, de aldeia em aldeia, para prestar assistência a outras mulheres. Na idade média, quando a sociedade já vivia sob a égide do pensamento católico, no processo de inquisição, muitas parteiras foram tidas como bruxas, sendo difamadas e caluniadas como pessoas com capacidade de provocar grande mal à saúde de outras mulheres e das crianças, o que fez com que muitas delas fossem queimadas e

dizimadas. (...) “Elas foram queimadas de forma dizimadora na Europa renascentista” (MURARO, 2000, p. 111).

Corroborando com essas palavras, Maria Celeste Pinto explicita que:

Ao lado da assistência ao parto, essas mulheres desempenharam uma série de atividades relacionadas ao processo de cura e manipulação de plantas medicinais, bem como trabalhos para sobrevivência, muito delas nem sempre considerados em outras regiões e culturas como sendo atividades compatíveis com o sexo feminino (2002, p. 01).

Maria Lúcia Barros Mott (1999) aponta também a intensa presença das parteiras no século XVII, evidenciando que uma grande parcela delas trabalhava com o consentimento do governo português, pois segundo os valores vigentes dessa época, o cuidado com o corpo feminino deveria estar sob a responsabilidade de outra mulher. Diante disso, fica fácil afirmar que a arte de partejar é uma atividade milenar, chegando alguns autores como Martins (2004) a afirmar que pode ser considerado o ofício mais antigo do mundo. Segundo Paula,

No período de 1808-1828 ficou estabelecido que fosse obrigatória a posse de licenças e cartas para quem quisesse exercer alguma arte de cura no Brasil. Como por exemplo, existiam cartas para médicos, cirurgiões, boticários, parteiras, curandeiros, sangradores e outras atividades. Porém, na prática a maior parte dos sangradores, curandeiros e parteiras não buscavam se oficializar e exerciam tarefas de outras categorias, contando com a sorte de que ninguém os denunciasse (2009, p, 13).

Não se pode negar que, em tempos atuais, muitos estudiosos, sob os mais diferenciados enfoques, têm se dedicado em pesquisar tal temática, o que tem rendido uma rica literatura nesse sentido. Mas, ainda existe uma falta de registros sob o trabalho das parteiras, uma lacuna na forma como foi produzido esse conhecimento.

Como naquele período as parteiras não documentavam as suas ações, até mesmo porque sua maioria advinha de estratos sociais inferiores, portanto sem acesso a uma formação mínima, como a alfabetização, dessa forma a transmissão de seu conhecimento se dava oralmente, essa falta de registro sistemático da sua atuação e do saber construído por elas gerou uma lacuna na história deste conhecimento, vazio esse que foi preenchido com as mais diversas denúncias e opiniões desfavoráveis feitas pelos médicos sobre a atuação delas no atendimento ao parto e ao nascimento. (PEREIRA, s/d, p, 5).

As nuances que envolvem o tema estão longe de se esgotar, pois a compreensão de um sujeito tão emblemático como é o caso das parteiras, pressupõe uma inserção no seu universo. Tudo isso me incentiva a construir esta pesquisa, que pretende contribuir para a compreensão de um sujeito social que permanece atuando de na sociedade. Reintero que as proposições aqui discutidas caminharão no sentido de inserir esse sujeito no interior das práticas culturais populares, pois o saber-fazer das parteiras tradicionais¹⁰ sempre carregou as marcas do processo de hierarquização. Essas marcas se elucidam pelo fato dessa atividade ser oriunda do povo, desenvolvida predominantemente por mulheres, estas sem qualquer tipo formação escolar, ou seja, todas as características desse ofício estão distantes dos traços culturais hegemônicos.

Partindo dessas formulações nota-se que a caracterização desse ofício, desse “dom”¹¹, desse fazer, é permeada de especificidades, logo, a tentativa de explicação da atividade de partejar não é tão simples, pois envolve características bastante diversificadas. As práticas culturais que envolvem as atividades das mulheres, que partejam estão imbuídas de significados que a singularizam. Muitas dessas mulheres, apesar de não possuírem nenhuma formação escolar, possuem um saber adquirido oralmente a partir das experiências vividas. Nesse sentido Bourdieu ressalta que,

O ensino de um ofício, ou para dizer como Durkheim, de uma “arte”, entendido como “prática pura sem teoria” exige uma pedagogia que não é de forma alguma o que convém ao ensino dos numerosos modos de pensamento e de ação – e muitas vezes os mais vitais transmitem-se de prática, por modos de transmissão totais e práticos, firmados no contato direto e duradouro entre aquele que ensina e aquele que aprende (“faz como eu”) (2005, p.22).

Os conhecimentos são contraídos por meios informais, pela curiosidade, ou até mesmo a partir do endividamento que possuem de prestar socorro em localidades longínquas, sem hospitais, especialmente no âmbito rural, sendo que a arte de partejar não pode deixar de ser concretizada, pois é para essas mulheres e para aqueles que usufruem desses fazeres, acima de tudo, um dom.

¹⁰ Parteira tradicional - O conceito de tradicional nos remete automaticamente a uma visão dicotômica, sendo que quase sempre é aferido em oposição à ideia de moderno. Contudo, neste trabalho sua utilização se dará para designar uma identidade, uma marca de um grupo de sujeitos sociais. As parteiras da região bragantina se autodenominam parteiras tradicionais.

¹¹ Essa categoria será mais profundamente discutida no III Capítulo deste trabalho em diálogo com as fomentações feitas por Marcel Mauss (1974) que, compreende que o paradigma da dádiva ou do dom, constitui um sistema diferenciado em que atua a ideia de reciprocidade, sendo as relações sociais marcadas por trocas materiais e simbólicas.

As práticas dessas mulheres, desde a formação dos antigos quilombos nesta região, é sempre referendada a partir de ligações de ordem mágicas. Dizem que não aprenderam ser parteiras, curandeiras, benzedoras com ninguém – embora seja comum se ouvir relatos a cerca de parentes mais velhos, bisavós, avós, mãe, tias e irmãs, que também exerciam esses ofícios-, mas que possuem condições específicas vindas de nascença, que alicerçam e manejam os seus saberes (PINTO, 2004, p, 235).

Nessa direção, nota-se que para essas mulheres a atividade de partejar é algo que trazem consigo. Embora existam algumas delas que se denominam “parteiras de orelhas”, ou seja, foram apreendendo, com sua avó, mãe ou mesmo alguém mais velho da comunidade. A maioria delas, segundo Maria Celeste Pinto (2004), afirma ter recebido esses dons como dádiva divina.

As parteiras são possuidoras de uma forma particular e singular de saber, de fazer e saber-fazer, que foi se constituindo e se reformulando de geração em geração, marcado de crenças, religiosidade e misticismo, que foram acumulados e praticados ao longo dos tempos, se tornando não somente memórias, mas histórias autênticas de mulheres que executam seu fazer com raras influências do conhecimento científico, e com isso continuam mantendo viva sua tradição de partejar e benzer. Por conta disso essas mulheres acabam por ter, junto à comunidade onde estão inseridas, um considerável prestígio, tornando-se referência para determinado povo. Suas experiências cotidianas em ajudar as parturientes, através do parto e das receitas de ervas, vão gradativamente ganhando força e reconhecimento, sendo que para muitas pessoas, são seres escolhidos por Deus para prestar ajuda.

O reconhecimento e a fama de parteiras, curandeiras e benzedoras, diante do acúmulo das suas experiências, na trajetória de suas práticas, vão gradativamente se estendendo além dos limites dos seus povoados. E pelo fato das suas funções serem originárias de uma dádiva, como o dom é concebido na região do Tocantins, consideram-se escolhidas por Deus para prestar ajuda, socorrer os doentes, auxiliar os mais necessitados sem exigirem retribuição financeira. Assim, “vão vivendo dos agrados, dos presentes, que cada pessoa pode dar, e da graça do poder de Deus”, (PINTO, 2004, p, 239).

Diante disso e partindo dos pressupostos de Giddens (1995), é possível averiguar que as parteiras atuavam e ainda atuam como uma espécie de guardiãs da memória em virtude do saber que possuem e da confiabilidade depositadas nelas. Segundo o autor, a posição de

guardião não coloca determinada pessoa na condição de superior frente aos outros membros da comunidade onde está inserida, contudo assume uma posição de destaque.

Os guardiões sejam eles idosos, curandeiros, mágicos ou funcionários religiosos, têm muita importância dentro da tradição porque eles são os agentes, os mediadores essenciais de seus poderes causais. Lidam com os mistérios, mas suas habilidades de arcanos provêm mais de seu envolvimento com o poder causal da tradição do que do seu domínio de qualquer segredo ou conhecimento esotérico (GIDDENS, 1995, p. 83).

A compreensão do trabalho das parteiras nunca foi algo que se manteve estagnado; ao contrário, as visões sobre essas mulheres sempre estiveram condicionadas aos aspectos históricos e sociais que envolviam a sociedade, onde é percebido que diversas foram as interpretações dadas a essa prática, contudo, a partir do final do século XVI essas mudanças foram sentidas mais fortemente, aqui as tensões começam a se centrar na tentativa de desqualificação desse papel.

1.2- Do processo de medicalização às políticas de humanização do parto: avanços e retrocessos.

No Brasil, segundo dados do Ministério da Saúde, no documento “Assistência ao parto normal: um guia prático de (1996), ocorre cerca de um milhão e duzentos mil partos por ano”. Destes, 20% (vinte por cento), um quantitativo de duzentos e quarenta mil, nascem com ajuda de parteiras domiciliares. Avaliações assinalam as regiões nordeste e norte como lugares aonde há a maior concentração delas. Só na região norte existe mais de 20 mil parteiras. Embora muito distante da realidade, pois esses números correspondem somente às parteiras cadastradas no Sistema Único de Saúde (SUS), esses dados demonstram a existência de um ator histórico que vem construindo um saber popular, que durante séculos deu conta de muitos problemas de determinadas comunidades, mas que em alguns momentos históricos a ainda hoje tem perdido seu espaço em função da supervalorização do saber científico. Os discursos que circulam na sociedade, através especialmente dos meios de comunicação, ratificam claramente a tentativa de desqualificação desse ator social.

De acordo com o Livro das Parteiras (2000), parto é ação ou resultado de parir, ou seja, dar à luz. Parteira é aquela que dá assistência aos partos, ministram os primeiros socorros

às parturientes, o mesmo que obstetriz; e popularmente conhecida como: comadre, curiosa, parteira prática. Segundo Silva, (2004) “as parteiras deram origem à obstetrícia com seu conhecimento prático, entretanto não há registros de tais das práticas feitas pelas parteiras, diferentes de outras profissões como a enfermagem e a medicina”.

Até aproximadamente o século XVII, o parto era um tema restrito ao âmbito doméstico. As mulheres tinham seus filhos em suas casas, sob os cuidados de outras mulheres, as chamadas “parteiras”, “aparadeiras”, “comadres”, “mãezinha”, “mãe de umbigo”, dentre outras denominações. Com o aparecimento da medicina moderna, do crescente processo de medicalização, foram surgindo várias profissões, provocando certo descrédito no trabalho das parteiras tradicionais, sem formação acadêmica ou científica. Estas por sua vez continuaram atuando na assistência de outros tipos de cura que não se enquadram nos modelos médicos. Segundo Inaba, já na Idade Média essas modificações começaram a tomar força.

Desde a antiguidade as mulheres dotavam-se de todo conhecimento e autoridade sobre o parto. Havia tradições e práticas orientadas pela observação e associadas ao culto de divindades, que direcionavam as condutas das parteiras. A partir da Idade Média houve, por parte dos homens, interesses no conhecimento dessa prática. Assim sendo, a cirurgia foi incorporada à medicina e o parto passou a ser estudado como mecanismo físico. Em adição, a Igreja Católica passou a incentivar a que as intervenções fossem realizadas pelos médicos, contribuindo para a transferência do poder das parteiras para os mesmos, pois acreditava ser o corpo do pecado, principalmente o feminino, e as práticas médicas eram consideradas salvadoras (2005, p 01).

O movimento de descrédito no trabalho das parteiras tradicionais não se dá de forma isolada. Essas mudanças tem ligação direta com as profundas transformações que ocorreram na sociedade a partir do século XVIII, pois em nome de um projeto modernizador as parteiras e tantos outros atores sociais viram seus saberes serem tidos como inferiores. Os conhecimentos para serem legítimos precisavam estar acoplados a um saber formal.

Com isso, sob a lógica da prática médica e respaldada pelo discurso higienista, houve a tentativa deliberada de retirada das parteiras do cenário público brasileiro. Esse discurso modernizador vai ser determinante na consolidação de um aparato de ideias ligadas ao cuidado com o corpo da mulher. Assim, ao menos nas grandes cidades, pois se sabe que em muitas regiões esses chamados “avanços” nunca foram visualizados de fato, têm a intenção de substituição das parteiras por outros profissionais. O parto se institucionaliza enquanto saber

médico, passando então a ser considerado como o único conhecimento legítimo em detrimento de outros tipos de saberes, como é o caso do saber das parteiras, estas por sua vez se tornaram nos centros urbanos, sujeitos com práticas ultrapassadas. Para Mott (1999),

Esta construção da parteira no imaginário social como mulher ignorante e desqualificada para o atendimento ao parto faz eco há tempo na área da saúde, como também em grande parte da sociedade. Surgida há séculos, esta imagem continua presente não só na literatura médica brasileira do século XIX, como também na de vários países, tendo sido inclusive incorporada por historiadores e sociólogos do século XX, (p. 25).

Essas variações na compreensão dos valores sucedem em virtude do crescente “progresso”, do cientificismo, da tecnologia e da formalidade do conhecimento. Tudo isso acabou tornando a visão da medicina dominante, sendo que muitos médicos passam a inferiorizar o ofício das parteiras como práticas aleatórias, ante higienista, que precisavam desaparecer. Na sociedade denominada moderna os conhecimentos ligados à obstetrícia e a ginecologia se apresentam dentro de um nexos masculino no qual o anatômico e o fisiológico eram únicas características levadas em consideração na hora do parto, deixando de lado todas as questões ligadas ao psicológico feminino, e também desconsiderando que 85% das mulheres têm todas as capacidades físicas para gerar e parir (OMS, 1985).

Os avanços da medicina científica ordenam que o trabalho da parturição, depois de obstetrícia que antes estava alocado ao universo das parteiras, passe a ser de exclusividade dos médicos, pois somente eles teriam as competências técnicas para exercer essas práticas. O resultado disso é que o ato do parto natural se transformou em ato médico, beneficiando a medicalização e os abusos excessivos do uso de novas tecnologias.

Todavia, o que surgiu como proposta de profundas modificações, aos poucos vai mostrando suas fragilidades, pois no decorrer desse processo de medicalização, a sociedade assistiu um aumento desmedido de partos cesáreos, e também um excessivo índice de mortalidade perinatal, o que fez com muitos países como a Alemanha e a Holanda adotassem posturas severas de incentivo ao parto normal. No Brasil, isso não aconteceu de forma diferente, ao contrário, este país tornou-se campeão em partos cesáreos, como mostra várias pesquisas feitas. Muitas dessas pesquisas têm procurado confirmar os equívocos cometidos a partir do momento em que o parto passou a estar ligado ao processo de hospitalização. As técnicas intervencionistas como o uso de “pinças, tesouras, fórceps, ganchos e perfuradores” passaram a ser usadas com uma frequência nem sempre necessária.

Segundo Tornquist (2005), essas variadas informações, comuns em todo o Brasil, serviram para que, aproximadamente em meados da década de 1980, a Organização Mundial da Saúde (OMS) se posicionasse de forma bastante crítica quanto à demasiada medicalização do parto, argumentando que esse movimento tem ocasionado à banalização da cesárea, procedimento que deveria servir somente como recurso emergencial para partos complicados. De acordo com a OMS, em algumas regiões o parto cesáreo tem se tornado o principal meio de dar à luz. As motivações para o esse crescimento vão desde o cultural até o econômico, pois são muitos os especialistas que usufruem desse mecanismo para lucrar.

Como parte dessa ideia preconizada pela OMS, em tempos atuais, uma nova tendência tem ganhado força, um número significativo de mulheres tem procurado pelos grandes centros especializados para ter seus filhos de forma natural. Essa prática foi denominada de “Parto Humanizado”. As atuais diretrizes de humanização da assistência ao parto vêm avigorar as denúncias feitas por movimentos sanitaristas e feministas, no que se refere ao tipo e a qualidade da assistência prestada às mulheres, especialmente aquelas que vivem na condição de pobreza, o que demonstra relativa sensibilidade da agência aos movimentos sociais.

O parto humanizado é uma proposta que objetiva uma nova modalidade de atendimento as parturientes, e também estimula as enfermeiras a estarem exercendo suas funções de cuidadoras holísticas. O parto humanizado promove a diminuição da ansiedade, possibilita um melhor relacionamento e trocas entre as pessoas envolvidas e restitui a autonomia da parturiente, que estará exercendo seu papel de maneira ativa. Consequentemente a assistência tem maior qualidade, Prado (2001) in Inaba (2005, p. 08).

Com isso, nos últimos anos é crescente o número de mulheres que tem trocado a suposta segurança dos hospitais pelo direito de ter seus filhos em casa, no aconchego do seu lar. Nota-se que não se trata da mesma clientela atendida pelas parteiras tradicionais. Essa nova demanda é justamente de mulheres de uma classe média e alta, que possui um grau de instrução considerável e que motivadas pelas políticas de humanização do parto, tem apostado na ideia de parto natural. Nesse sentido, é frequente vermos os aparelhos midiáticos divulgarem notícias de famosos que passaram a ter seus filhos em casa, como foi o caso da modelo Gisele Bundchen. Mas não estamos falando aqui de parto com parteiras tradicionais. Fala-se de parto normal, mas que dispõe de uma equipe multidisciplinar que acompanha todo o processo. Isso tem contribuído também para o surgimento de uma leva de enfermeiras especializadas que atuam nas grandes cidades.

Contudo, embora já seja bastante significativa essa nova tendência, ainda é bastante pequena a prática do parto humanizado se comparado ao parto cesáreo. A pesquisa¹², integralmente descrita neste trabalho, feita pela epidemiologista Silvana Granado Nogueira da Gama, da Escola Nacional de Saúde Pública (FIOCRUZ), demonstra claramente alguns

¹² Pesquisa avalia motivos para a preferência por cesariana - Catarina Chagas 07/02/2008

“O Brasil é campeão do mundo em partos cesarianos”, afirma a epidemiologista Silvana Granado Nogueira da Gama, da Escola Nacional de Saúde Pública (Ensp) da Fiocruz. Foi essa a constatação que motivou o trabalho de seu grupo de estudos na investigação dos fatores médicos, econômicos e culturais que levam às altas taxas de partos operatórios no país, sobretudo em serviços privados. O estudo foi composto de entrevistas e consultas aos prontuários de 437 grávidas atendidas em duas unidades do sistema de saúde complementar do Estado do Rio de Janeiro. Para selecionar as instituições participantes, o critério foi, além do grande volume de partos, a clientela heterogênea das unidades, que atendem mulheres de diferentes classes sociais, faixas etárias e níveis de escolaridade. As entrevistas foram realizadas em 2006 e 2007 e abordaram todo o período de gestação das entrevistadas, questionando-as sobre sua preferência pelos tipos de parto no início e no final da gravidez, ambos posteriormente comparados ao tipo de parto efetivamente realizado. Em relatório encaminhado à Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), a equipe da Fiocruz, que trabalhou em parceria com a Universidade Federal Fluminense (UFF) e a Secretaria Municipal de Saúde do Rio de Janeiro, relatou que, embora 70% das gestantes não tenham manifestado preferência pela cesariana no início da gravidez, 90% delas tiveram esse tipo de parto. “Essas taxas não parecem se relacionar a fatores exclusivamente médicos, mas também a questões socioeconômicas e culturais”, explica Silvana. “Existe uma crença, principalmente nos níveis socioeconômicos mais elevados, de que a qualidade do atendimento obstétrico está associada à tecnologia utilizada no parto operatório”. Segundo a pesquisa, entre os motivos para a opção pela cesariana estão o medo de sentir dor no parto normal – apesar da anestesia peridural e outros métodos não farmacológicos –, a preferência do parceiro, o histórico familiar, a experiência de partos anteriores e o desejo de ligar as trompas. Ao final da gestação, a porcentagem de mulheres que preferiam parto cesáreo dobrou em relação às preferências no estágio inicial da gravidez, atingindo 70% das entrevistadas. A justificativa para a mudança incluiu principalmente complicações como hipertensão, circular de cordão e alto peso do feto. “Mesmo nesses casos, nem sempre a cesárea é indicada”, adverte a pesquisadora. Para detectar a real necessidade de parto operatório, os pesquisadores contaram com a avaliação independente de dois obstetras, que, caso divergissem, discutiam o caso para chegar a um consenso. A análise apontou que 91,8% das indicações de cesáreas foram inadequadas, de acordo com as observações no prontuário das pacientes. Os resultados indicam que, na maioria das vezes, os médicos não buscam técnicas alternativas como fórceps e vácuo, cujo uso não foi relatado no estudo. “No mundo inteiro essas técnicas são utilizadas durante partos vaginais complicados e a ausência de parto instrumental no grupo estudado sugere uma opção dos profissionais da iniciativa privada pela cesariana”, interpreta a epidemiologista. “Por outro lado, o grande número de mulheres que buscam a cesariana para obter a laqueadura marca a necessidade de ampliar o acesso a outros métodos contraceptivos e à informação sobre outras formas desse procedimento”. Outro dado observado foi o elevado índice de internações precoces das gestantes, o que ocasiona uma maior taxa de intervenções médicas. Em muitos casos, a cesariana foi feita sem tentativa de parto normal e apenas 8% das mulheres submetidas ao parto operatório haviam entrado em trabalho de parto. “Com a banalização da cesariana, as mulheres não estranham mais que os médicos indiquem tantas cirurgias e acabam abrindo mão de seu desejo inicial por um parto normal e concordando com a realização da mesma”, comenta. A pesquisadora alerta ainda que a literatura médica assinala a possibilidade de complicações maternas e neonatais associadas à realização de cesarianas sem indicações obstétricas reais. A conscientização e maior informação das gestantes é estratégica para a reversão desse quadro e esta é a próxima etapa de pesquisa da equipe da Ensp, que iniciará um trabalho de incentivo ao parto normal em Belo Horizonte - AGÊNCIA FIOCRUZ DE NOTÍCIAS - FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. www.agencia.fiocruz.br. E-mail geral: ccs@fiocruz.br

motivos que ainda hoje levam muitas mulheres a optarem pelos partos cesáreos, a maioria desses motivos nem sempre são tidos como relevantes.

Alguns autores destacam que seria necessária uma mudança cultural de fato para que se entendesse o parto como ele realmente o é, um ato natural e fisiológico, inerente à condição feminina, salvo para aproximadamente 10 a 15% das mulheres (OMS, 1985). Destaca-se ainda que infelizmente em muitos casos não seja dado a gestante a opção de escolha.

No bojo das discussões sobre a ideia de parto normal e da valorização das parteiras tradicionais, foco principal desta pesquisa, não se pode deixar de mencionar o Estado do Amapá com um dos Estados que mais têm se destacado na luta e na organização desse movimento. Um diferencial bastante notório no trabalho desenvolvido por esse estado, é que aqui se vislumbra a possibilidade de junção dos saberes oriundos das parteiras em consonância com os conhecimentos da medicina. Em 1995 foi criado *O Programa Parteiras Tradicionais do Amapá*. Para tanto, foi feita uma pesquisa nos 16 municípios desse Estado, na perspectiva de coleta do número de parteiras e as reais condições socioeconômicas vividas por essas mulheres. Como número inicial a pesquisa detectou 200 parteiras morando nos mais diversos lugares, muitos deles com difícil acesso devido a localização geográfica.

A partir daí foram marcados, através das rádios locais, vários encontros para a discussão da implantação do programa. Dessa dinâmica surgiram então as várias associações denominadas de “Mãe Luzia”, com o apoio do poder público, da sociedade civil, de várias ONG’S e da UNICEF. E segundo o documento *Parteiras Tradicionais do Amapá*, de autoria de Ivanete de Amaral Silva (1998), verifica-se que depois dessa articulação o número de participantes no programa cresceu significativamente, passando de 200 para 600 parteiras cadastradas e atuando ativamente.

Ainda em 1998, esse mesmo Estado foi escolhido para sediar o *I Encontro Internacional de Parteiras da Floresta*. Naquela oportunidade, o referido evento pode contar com diversas parteiras das regiões Norte e Nordeste, representantes das ONG’S de diversos países como Canadá, Alemanha, Costa do Marfim, França, Cuba, representantes da Comunidade Europeia, Secretários de Saúde e dirigentes de programas da saúde da mulher de vários estados do Brasil, além de representantes do programa Comunidade Solidária do Brasil. Esse evento culminou com as seguintes proposições: regulamentação do pagamento do parto domiciliar previsto na tabela do SUS; alfabetização de parteiras; capacitação continuada; passe livre para as parteiras; implantação de casas de parto; articulação das parteiras com outras categorias; realização frequente de fóruns e debates; registro de parteiras nas secretarias municipais e estaduais.

Mas se por um lado não se pode negar a importância dessas iniciativas como a *Política de Humanização do Parto*, o *Programa de Capacitação de Parteiras do Amapá* para a sociedade como um todo, especialmente para o cuidado com a saúde da mulher no Brasil, por outro lado, especialmente em uma pesquisa que trata de parteiras tradicionais, não se pode fechar os olhos para as críticas que são lançadas a esses programas. Os principais questionamentos caminham no sentido de entender até que ponto esses projetos tem contribuído para a valorização das parteiras, ou mesmo qual a concepção de valorização é trabalhada e veiculada por eles. Autores como Alzira Nogueira da Silva (s/d) e Carmem Susana Tornquist (2005), estudiosas do assunto, têm direcionado suas reflexões para algumas fragilidades e limitações nesses Programas.

A partir de sua pesquisa no Estado do Amapá, Alzira Nogueira da Silva aponta que a forte presença de parteiras nesse local não se dá a partir do referido programa, como muitas vezes querem denotar, mas antecede esse momento de exposição, explícita que existem vários relatos sobre a presença e importância dessas mulheres para a vida das comunidades. Outro ponto de análise da autora se refere à ideia de legitimidade desse saber. A mesma reforça que o reconhecimento das práticas de partejar, desenvolvidas há muito tempo por esses sujeitos sociais, precisaram passar pelo reconhecimento do governo, das instituições e, principalmente, do saber médico para se tornarem legítimas. E por fim destaca, demonstrando grande preocupação, que as mudanças não têm se dado levando em consideração as práticas efetiva das parteiras, mas, sobretudo, a partir da concepção de avanço trabalhada pelo programa, ou seja, de forma exógena.

Considero que o campo da legitimidade dessa prática passa, necessariamente, pelo reconhecimento e pela mediação da ação dos governos e de algumas organizações não governamentais. Inclui um debate que extrapola os marcos das comunidades onde essas práticas são desenvolvidas, exige de forma determinante um processo de “renovação” dos saberes e fazeres das parteiras ditas tradicionais a partir de um diálogo efetivo com o saber e as práticas médicas, levados às parteiras a partir das ações de formação implementadas pelo *Programa Parteiras Tradicionais*. Nem mesmo considerando os avanços da ciência, no campo das práticas médicas e a consequente expansão dos serviços à saúde devo reconhecer que esses fatores não são suficientes para fazer desaparecer essa atividade. Evidentemente, essas mudanças – que não gostaria de denominar de avanços, pois podem sugerir que as práticas tradicionais estariam a elas contrapostas como retrocessos – incidem sobre o fazer das parteiras, a partir de programas institucionais, provocando-lhes relevantes alterações. Nessa perspectiva, afirmo que a prática milenar de partejar experimenta mudanças na forma como é exercida, nos instrumentos utilizados, nos saberes a ele incorporados. No entanto, muita coisa ainda permanece com suas características fundamentais (SILVA, s/d p. 16).

Nessa mesma direção caminha Carmem Suzana Tornquist, que, apesar de não negar as contribuições deixadas e fomentadas por essas políticas, procura esclarecer que embora haja um discurso em torno do reconhecimento do trabalho das parteiras tradicionais, essas são vistas muitas vezes como despreparadas e sem condições para exercer seu ofício, o que tem justificado os inúmeros treinamentos feitos. Isso provoca o que ela chama de “deslocamento do seu tradicional lugar de poder e prestígio”. Segundo a autora a visão trabalhada por esses programas é fruto de uma orientação neoliberal, sendo que a parteira tradicional passa a ter um lugar inferior a médicos e enfermeiras, disputando com auxiliares “as tarefas manuais e de menor remuneração”.

A referida autora apoia-se em fragmentos do documento *Programa de Capacitação de Parteiras Tradicionais* do Ministério da Saúde de 1996, para tecer suas críticas à forma que vem sendo conduzidos esses programas. Para ela, apesar das parteiras tradicionais serem tidas como necessárias e indispensáveis, contudo seu trabalho só é legítimo se treinado e apoiado pelos que detém o saber científico, e mais, muitas vezes os discursos perpassam o sentido de que a importância do trabalho das parteiras esteja ligada às brechas deixadas pelo desenvolvimento, ou seja, muito pouco se discute sobre a representatividade dessa cultura.

Além do proclamado baixo custo-efetividade, de clara orientação neoliberal, o documento explicita o lugar que a parteira passa a ocupar na hierarquia das funções da assistência ao parto: abaixo dos médicos e das enfermeiras, e ao lado dos auxiliares, profissionais aos quais compete, na lógica da divisão do trabalho hospitalar, fazer as tarefas manuais e de menor remuneração. As parteiras, embora reconhecidas como fundamentais na vida das comunidades, aparecem deslocadas de seu reconhecido lugar de poder e prestígio, e passam para uma posição subalterna na equipe de atendimento (TORNQUIST, 2005, p, 67).

Feito as ressalvas sobre o Programa Parteiras do Amapá bem como das políticas ligadas à atenção ao parto normal, reitero as contribuições dadas por ele no sentido de fomentar discussão sobre as práticas de partejar, e especialmente, sobre esse sujeito social que tem contribuído significativamente com seu saber para a nossa sociedade.

Dando continuidade a essa dinâmica, ainda no ano de 2012 dos dias 22 a 26 de maio aconteceu o II Encontro Internacional de Parteiras no Amapá, evento que contou com a participação de diversas entidades e trouxe como temática “Memória, identidade cultural e inclusão social”. Desse encontro resultou a *Carta do Amapá*, que expressa as dificuldades sofridas pelas parteiras, na implementação da sua prática. As principais reivindicações dessa

carta centram-se na tentativa de se estabelecer diálogos entre os variados saberes e experiências, na perspectiva de valorização das parteiras tradicionais, que muitas vezes veem seus saberes serem inviabilizados pelo saber técnico formal. Este segundo encontro me parece bem mais preocupado em estabelecer um diálogo de fato entre esses dois tipos de saber, o que pode significar um grande avanço diante das críticas feitas.

O tema parteira tem ganhado nas últimas décadas forte relevância no cenário nacional e internacional sendo que muitas instituições têm lançado seu olhar sobre ele. Segundo essas instituições, como é o caso do grupo Curumim¹³, é preciso valorizar esse saber e a contribuição que esses sujeitos têm dado à saúde das mulheres e das crianças, bem como o reconhecimento do parto domiciliar assistido por parteiras tradicionais no Sistema Único de Saúde. Isso representa uma forma de reconhecimento dos saberes acumulados por essas mulheres, que por conta da prestação dos seus serviços nos centros urbanos e no interior, são responsáveis pelo cuidado de centenas de gestantes, além de serem verdadeiras guardiãs de formas culturais tradicionais de conceber e de serem agentes para redução das mortes maternas. Assim, é preciso garantir, minimamente, o reconhecimento da atividade e o direito à aposentadoria destas trabalhadoras. Atualmente, apesar de dedicarem toda uma vida ao ofício de partejar, não têm direitos trabalhistas nem sociais garantidos, o que chama a atenção para mais um reflexo da desigualdade de gênero que atinge de forma mais intensa as mulheres pobres, indígenas e negras.

As parteiras tradicionais são o elo entre a comunidade e os serviços de saúde. Em muitas localidades, onde não há médicos, são elas que tomam conta da saúde da população e, muitas vezes, fazem a articulação para levar as pessoas para os postos de saúde ou hospitais das cidades vizinhas” – (PAULA VIANA, enfermeira obstetra e coordenadora do Grupo Curumim).

Comungando com essa visão, e na tentativa de amenizar essas mazelas, o Instituto Nômades encaminhou ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), no

¹³ Grupo Curumim- O Grupo Curumim constitui-se como entidade civil feminista e antirracista, sem fins lucrativos ou econômicos, de âmbito nacional e duração ilimitada, com personalidade jurídica de direito privado, fundada em 11 de Agosto de 1989. Seu Macro Objetivo é o fortalecimento da cidadania das mulheres, em todas as fases de sua vida, através da promoção dos Direitos Humanos; da saúde integral; dos direitos sexuais e dos direitos reprodutivos, sob a perspectiva da igualdade étnico-racial e de gênero, da justiça social e da democracia. E-mail: comunicacao@grupocurumim.org.br – Grupo Curumin Gestação e Parto. Rua São Félix, 70, Campo Grande - Recife / PE CEP: 52031 060 - Fone: (81) 3427.2023 Fax: (81) 3427.9100. Correio Eletrônico: curumim@elogica.com.br

dia 05 de dezembro de 2011, um inventário e uma solicitação do registro do ofício da parteira tradicional como bem cultural de natureza imaterial, que compõe o patrimônio imaterial brasileiro, conforme instituído pelo Decreto 3551/2000. Um dos principais objetivos da solicitação é justamente diminuir a fragilidade do ofício de partejar, reconhecendo nesse fazer traços da identidade nacional. Tramita também na Comissão de Seguridade Social e Família da Câmara Federal, o Projeto de lei nº 2.354/2003, de autoria da deputada federal Janete Capiberibe, juntamente com os deputados Henrique Afonso e Manoel Ferreira, que propõe a regulamentação da profissão de parteira no Brasil. Outro dado que cabe destacar é que desde 1991 a OMS, instituiu o dia 05 de maio como dia internacional da parteira.

Todavia, as lutas não se dão em mão única. Como vem acontecendo há vários séculos a medicina tem procurado deixar muito claro sua visão sobre assuntos ligados ao parto domiciliar, aos trabalhos de parteiras, e de outros profissionais ligados a esse fazer, em muitos casos apontando de forma direta o retrocesso que isso pode denotar frente aos avanços da medicina. As razões argumentadas são muitas, embora o que se percebe de forma mais clara é novamente as relações de poder que aí se estabelecem. Nesse sentido, o CREMERJ (Conselho Regional de Medicina do Rio de Janeiro) baixou uma resolução de nº 266/12 proibindo a participação dos médicos nas equipes que fazem partos em casa e nas que ficam de plantão para o caso de alguma complicação. O Conselho vetou ainda a presença de “doulas”¹⁴ em ambiente hospitalar, ressalta-se que a doula, também conhecida como acompanhantes de partos, é uma função reconhecida pelo Ministério da Saúde (REPARIR, 28 DE Julho de 2012). Segundo Ingrid Lotfi, conselheira da Rede pela Humanização do Parto e do Nascimento (ReHuna)¹⁵ “a decisão do Cremerj, publicada no último dia 19, foi uma “retaliação” à Marcha pelo Parto em Casa, ocorrida no dia 17 de junho em várias cidades brasileiras”. (AGÊNCIA BRASIL DE COMUNICAÇÃO, 22/07/2012).

Após várias manifestações públicas, com a participação da sociedade civil, de ONGS e várias instituições ligadas aos direitos da mulher, a Justiça do Rio de Janeiro suspendeu essa resolução. Para Gustavo Arruda Macedo, juiz substituto, a cessação dessa resolução não quis denotar somente a preocupação com o amparo aos direito dos profissionais envolvidos nesse

¹⁴ Doulas- A palavra "doula" vem do grego "mulher que serve". A doula é uma profissional treinada para dar apoio psicológico e físico à gestante (através de massagens, por exemplo), a qual não pode realizar nenhum procedimento medicamentoso ou cirúrgico na parturiente, cabendo esta responsabilidade ao médico.

¹⁵ Rehuna- Rede pela Humanização do Parto e do Nascimento, movimento social que trabalha na perspectiva do Parto Humanizado.

processo, mas quer, sobretudo, demarcar a defesa do direito de liberdade que tem toda mulher de ter o seu filho onde e da forma que escolher, de forma segura e sempre protegida por uma equipe multidisciplinar de saúde (REVISTA VEJA de 30/07/2012).

Durante esse processo, que foi desde o aparecimento da medicina até as atuais políticas de humanização do parto, o trabalho das parteiras foi vislumbrado de diferentes formas. No início, foi notório a luta pela desqualificação desse fazer, justificado pelas demandas da sociedade que se pretendia moderna. Nesse contexto era impossível admitir um conhecimento de bases tão domésticas, tão informais, em uma sociedade que alçava voos grandiosos no tocante ao cientificismo e conseqüentemente aos avanços da medicina. Todavia, o projeto modernizador não conseguiu dar conta dos problemas sociais, muito menos atingir todos os espaços geográficos desse país, o que causou um aumento desmedido de partos cesáreos. Em meio a isso, assistimos a muitos países mudarem seus quadros estatísticos a partir da junção do saber da parteira com o saber da medicina, o que forçou os órgãos ligados à saúde da mulher repensar sua prática, e a reformular suas políticas. Paralelo a isso, muitas vezes, sem qualquer pretensão de ver seus conhecimentos serem divulgados, as parteiras continuaram atuando em muitos espaços desse país, se destacando de lugar em lugar para prestar socorro em comunidades longínquas.

1.3- Parteira Tradicional: contexto Amazônico

A problematização do saber-fazer das parteiras, no que tange a essa pesquisa, pressupõe a introdução desse sujeito social no contexto do universo amazônico. Na medida em que se tem claro a ideia de que não existe cultura pura, afirma-se também que a cultura amazônica, assim como todas as demais, possui peculiaridades e singularidades que precisam ser tratadas e compreendidas de forma específica, considerando as redes de relações que aqui se estabeleceram e se estabelecem. Pois segundo Burke “se todas as pessoas numa determinada sociedade partilhassem a mesma cultura, não haveria a mínima necessidade de se usar a expressão “cultura popular” (2010, p, 50).

Sobre a Amazônia, um primeiro aspecto a ser refletido, que assinalou de forma bastante incisiva a riqueza dessa cultura, foi justamente a mistura de crenças e ritos indígenas com credos e rituais católicos. Existe uma considerável “aproximação”, entre as práticas do catolicismo popular adicionados aos elementos afro-brasileiros, estes oriundos principalmente

dos negros que fugidos das grandes senzalas levantaram seus mocambos ou quilombos no meio desta grandiosa floresta. Com isso passou a repartir espaços com os povos indígenas que aí habitavam. Sem deixar de mencionar a presença dos europeus que aqui se estabeleceram. A coexistência dessas várias facetas acabou por marcar mais ainda a dinamicidade e a diversidade dessa região, fazendo surgir e se consolidar muitas práticas de intervenção e de cura, alicerçadas nos costumes e nas crenças indígenas e africanas, comumente denominadas de medicina popular.¹⁶

No plano étnico-cultural, essa transfiguração se dá pela gestação de uma etnia nova, que foi unificando, na língua e nos costumes, os índios desengajados de seu viver gentílico, os negros trazidos da África, e os europeus aqui querenciados. Era o brasileiro que surgia, construído com os tijolos dessas matrizes à medida que elas iam sendo desfeitas (RIBEIRO, 1995, p, 30).

Colocado dessa forma pode parecer que todo esse processo de constituição do povo brasileiro e, por conseguinte, da região amazônica se deu de maneira harmoniosa, ao contrário, segundo esse mesmo autor, não é simplificado dar conta da complexidade de todo esse movimento,

Parece impossível, reconheço. Impossível porque só temos o testemunho de um dos protagonistas, o invasor. Ele é quem nos fala de suas façanhas. É ele, também, quem relata o que sucedeu aos índios e aos negros, raramente lhes dando a palavra de registro de suas próprias falas. O que a documentação copiosíssima nos conta é a versão do dominador (RIBEIRO, 1995, p, 30).

Notadas essas contradições, cabe ainda destacar que na Amazônia aparecem dois espaços sociais da cultura, o da cultura urbana e o da cultura rural, essa divisão se deu em virtude das transformações inerentes ao desenvolvimento regional, sendo que cada um deles apresentou e ainda hoje apresenta características bem definidas, que, embora marcados por uma intensa articulação mútua, não podem ser percorridos igualmente. “A cultura popular rural, portanto, estava longe de ser monolítica. Apesar disso, ela pode ser contrastada com a cultura popular das cidades” (BURKE, 2010, p, 65). A cultura urbana se fundamenta e se materializa na vida das cidades, predominantemente naquelas de porte médio e nas capitais da

¹⁶ A respeito dessa temática, são bastante ricas e relevantes as fomentações de Raymundo Heraldo Maués. *Medicinas Populares e “Pajelança Cabocla” na Amazônia*. In Alves, P.C. & Minayo, M.C. de S. (Org.). *Saúde e Doença: um olhar antropológico*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 1994.

região, pois devido à rapidez das mudanças serem maior no ambiente urbano, as trocas simbólicas com outras culturas são mais intensas. Já no ambiente rural, a cultura parece cultivar, ainda que não de forma total, sua forma mais clássica, principalmente a ligada às comunidades ribeirinhas. Ela está mais direcionada à disseminação e conservação dos valores frutos de sua constituição história e está debruçada num ambiente onde sobressai a comunicação oral.

Partindo dessas premissas, força-nos um entendimento de apreensão do contexto amazônico na perspectiva da heterogeneidade, o que se opõe drasticamente ao entendimento que muitas vezes é divulgado pelos meios midiáticos, de um espaço demográfico feito em sua maioria de florestas e animais, com povos que vivem afastados das modificações sociais. Ao contrário, seja ponderada sob seus mais variados aspectos, físicos, políticos, econômicos ou sociais, nota-se uma região transformada pelas mediações externas e internas. Encontramos um espaço multifacetário, que concatena variados povos e etnias (indígenas, seringueiros, garimpeiros, remanescentes quilombola e outros) que arquitetam cotidianamente um estilo de vida que caracteriza e singulariza essa região, pois onde há povo há cultura.

A Amazônia é, sobretudo, diversidade. Em um hectare de floresta existem inúmeras espécies que não se repetem, em sua maior parte, no hectare vizinho. Há a Amazônia da várzea e da terra firme. Há a Amazônia dos rios de água branca e a dos rios de águas pretas. Há a Amazônia dos terrenos movimentados e serranos do Tumucumaque e do Parima, ao norte, e a da serra dos Carajás, no Pará, e há a Amazônia das planícies litorâneas do Pará e do Amapá. Há a Amazônia dos cerrados, a Amazônia dos manguezais e a Amazônia das florestas (GONÇALVES, 2001, p. 09).

Igualmente, podemos destacar no que concerne à configuração do universo cultural amazônico, a intensa relação existente entre cultura e natureza, essas duas dimensões são fundantes para a constituição do imaginário dos povos que habitam esse espaço. Para essas populações não existe uma separação entre ciência e religião, entre o material e o imaterial. O seu modo de vida é preconizado por experiências concretas, que, partindo do ambiente natural, acaba por fomentar o capital simbólico que subsidia os valores e as concepções de vida que direcionam suas práticas. Para Loureiro,

A cultura mantém sua expressão mais tradicional, mais ligada à conservação dos valores decorrentes de sua história. A cultura está mergulhada num ambiente onde predomina a transmissão oralizada. Ela reflete de forma predominante a relação do

homem com a natureza e se apresenta imersa numa atmosfera em que o imaginário privilegia o sentido estético dessa realidade cultural (1995, p. 55).

Ainda nesse sentido, Castro salienta que “no campo dos saberes tradicionais as ações práticas respondem por um entendimento formulado na experiência das relações com a natureza, informando o processo de acumulação do conhecimento através das gerações” (1997, p. 225). Assim, no arranjo das práticas que protegem o universo amazônico tudo sofre vida. Os rios, as matas, as lendas, os mitos, tornaram-se tão essenciais à edificação da vida coletiva quanto os meios de produção material. Nesse universo cultural, existe uma linha tênue nos limites entre o real e o imaginário e essas formas de representação edificam as variadas formas de apreensão do mundo e da vida dos indivíduos.

As proposições fomentadas neste estudo vêm corroborar a visão desses autores, uma vez que as práticas das parteiras tradicionais se fundamentam exatamente na lógica das sociabilidades particulares, aonde existe uma relação intrínseca entre o natural, o social e o cultural. Nesta mesma linha de análise, e partindo de um olhar mais empírico nessas práticas, é perceptível que as vivências e experiências que se estabelecem na contextura do saber-fazer dessas mulheres estão justamente sedimentadas na relação direta dos mundos imaterial e material.

Não é sem sentido que, na concepção de mundo do povo amazônico, o mundo interiorano seja encantado, pois seu universo é habitado por vários seres que transitam entre o mundo natural e o sobrenatural. É um universo repleto de elementos mágico-simbólicos, onde tudo se relaciona com tudo, havendo significados para tudo o que nele existe. Na relação com as doenças, esse mundo simbólico aparece como um explicativo para dar sentido à desordem. A doença e a sua respectiva cura se traduzem no grande eixo explicativo para as relações entre o natural e o sobrenatural. A partir daí se misturam concepções religiosas formadoras do universo simbólico da região (PINTO, 2004, P. 234).

II CAPÍTULO: Caminhos metodológicos: Compreendendo os sujeitos da pesquisa

A proposição deste capítulo é refletir acerca da importância de uma investigação sobre parteiras tradicionais, mais especificamente a vida de uma parteira, ressaltando todo o processo de interação, estranhamentos e identificação ocorrido entre pesquisador e pesquisado, bem como os sentidos gerados a partir daí e que contribuíram para a construção deste trabalho. É objetivo ainda, discorrer sobre os caminhos cursados e os conceitos construídos a partir do contato direto com o sujeito. E por fim, demonstrar as contribuições da etnografia e principalmente da história oral na construção dessa pesquisa.

2.1- Construindo sentidos para a pesquisa.

A construção de um trabalho acerca do saber-fazer das parteiras tradicionais traz consigo algumas indagações. A maioria delas sobre o porquê de se pensar e refletir sobre um saber de bases tão informais em uma sociedade que prima por conhecimentos de bases científicas. Como citado na introdução deste trabalho, as motivações que me levaram a optar por essa temática têm ligação com minha história de vida e com minha história acadêmica. Nesse sentido, o Programa de Pós Graduação em Linguagens e Saberes na Amazônia, da Universidade Federal do Pará, campus de Bragança, trouxe em sua proposta de cunho interdisciplinar a possibilidade de efetivação dessa pesquisa.

Com minha história pessoal está o fato de ser a última filha de uma família de nove irmãos, sendo que todos nós viemos ao mundo pelas mãos de uma única parteira. Outrossim, nasci e passei grande parte da minha infância em uma pequena comunidade do município de Viseu (Pará) chamada Marataúna, e era comum ouvir histórias relacionada ao fazer dessa mulher chamada por todos de “Mãe Geralda”¹⁷. Não lembro o meu parto, mas senti durante o percurso dessa pesquisa a necessidade de saber como se deu. Todavia, infelizmente, por já serem minha mãe e a referida parteira falecidas não tive muito a quem perguntar. Mas lembro-me com certa clareza, a figura dessa mulher, tenho gravado o carinho e o respeito com que era tratada por todos.

¹⁷ Mãe Geralda (In Memoriam) - Parteira da comunidade de Marataúna, município de Viseu (PA), mulher responsável pelos partos da maioria das pessoas dessa comunidade, incluindo os nove filhos de minha mãe.

E ainda, fui criada em uma família de bases cristãs, adepta do catolicismo, com uma mãe temerosa a Deus que não admitia qualquer ensinamento que não estivesse ligado a esses preceitos. Contraditoriamente, foi comum percebê-la levar seus filhos para ser “benzidos” por uma dessas mulheres, prática não tão bem aceita pela religião católica. Tudo isso me fez pensar na força que sempre teve a ação dessas mulheres nos muitos lugares desse país.

Com minha história acadêmica, está o fato de que meu foco de pesquisa sempre esteve relacionado com saberes ditos informais. Já no processo de graduação, optei por fazer um trabalho que trazia como temática “Os movimentos sociais”. Sempre despertou meu empenho a forma como a sociedade brasileira se constituiu, tornando-se uma sociedade heterogênea. Interessava-me saber por que os saberes que não estão inseridos na lógica do conhecimento científico, apesar das incontáveis tentativas, nunca tenham sido deixados de lado. Na verdade, como resposta imediata obtenho que, eles são parte da cultura desse povo, do patrimônio imaterial, e embora muito se tente homogeneizar, eles estão entranhados no cotidiano dos grupos e se expressam nas mais simples ações. E assim, cada vez que não passarmos por baixo de uma escada, ou batermos três vezes na madeira, ou ainda, olharmos para o céu e alegarmos que irá chover ou não, não só essas marcas estarão presentes como também estarão se perpetuando.

Munida dessas motivações e de um razoável número de leituras acerca da temática, procurei adentrar o mundo dessas mulheres. O desafio pareceu-me instigante, os empecilhos começaram a aparecer, alguns deles ligados à dificuldade de aproximação com esses sujeitos, era preciso despir-me de qualquer tipo de preconceito, de “tirar o jaleco invisível” como cita Soraya Fleischer (2011), para que se construísse um trabalho sério, comprometido com a fidedignidade dos fatos. Não um trabalho no sentido de encontrar verdades fechadas, mas na perspectiva de perceber a forma como são construídas as lógicas desses sujeitos. Um trabalho não na tentativa de engessar a prática de partejar, pois apesar de ter claro que existe um substrato comum que envolve esse saber, existe também contradições e tensões no interior desse processo. Era preciso então buscar as bases teóricas metodológicas certas para essa compreensão, bem como estabelecer os primeiros contatos.

2.2- Diário de campo ou etnografia do partejar

Tornou-se impossível pensar um trabalho sobre parteiras na região bragantina sem falar dessa mulher, não conseguia mais fugir à responsabilidade de contar sua história,

pareceu-me uma obrigação social, cobrada disfarçadamente pelos habitantes desta cidade, refletir sobre quem foi Dona Noemi e o trabalho que desenvolve por mais de 50 anos como parteira. Era interessante perceber que as leituras das inúmeras produções sobre a temática não davam conta de preencher a curiosidade que tomava conta de mim de saber mais profundamente quem era esse sujeito social, e apesar de já ter um razoável contato com parteiras, para a construção do pré-projeto de pesquisa, era preciso conhecer aquela que se tornaria, não somente um objeto de pesquisa, mas, sobretudo, a protagonista deste trabalho.

Colocado dessa forma pode parecer que todo o processo de interação entre pesquisador e pesquisado se deu de forma linear, sem tensões. Ao contrário, foi um processo denso, marcado por um considerável distanciamento, que aos poucos foi sendo quebrado. Primeiramente, não houve intencionalidade da minha parte em tornar Dona Noemi o principal sujeito desta pesquisa, pois já tinha tido contato com outras parteiras e inicialmente pretendia ter várias informantes que me possibilitassem adentrar no universo das parteiras da região bragantina e suas artes de partejar, que embora pareça uma prática tão distante se considerarmos os avanços da medicina, ainda é permeada de mistério, sabedorias, crenças e exotismo.

A intenção primeira era traçar um panorama, sob vários olhares, do ofício dessas mulheres. Como nessa região tem algumas referências nesse fazer, me propus conhecê-las. O que me levou até Dona Noemi que, segundo muitos moradores, é uma das mais antigas e procuradas dessa região. A tomada de decisão sobre a construção de um trabalho que traz um determinado personagem como sujeito principal de reflexão me remonta a pesquisa etnográfica de Soraya Fleischer.

Ela não era uma parteira mediana, mas uma parteira famosa e demandada, uma mulher com biografia extremamente rica e sofrida. A forma como transita com desenvoltura entre os endinheirados e empobrecidos da cidade, as sucessivas visitas que proporcionava às mulheres antes e depois do parto, os dois mandatos como presidente da Associação de Parteiras Tradicionais de Melgaço e as frequentes viagens que empreendia a convite das autoridades sanitárias de Breves, Belém e Brasília eram elementos que a destacavam do grupo de parteiras da cidade (2011, p. 91).

Movida pela ansiedade de descobrir algo a mais para minha pesquisa, comecei a procurar através dos moradores locais a casa dessa senhora. E para minha surpresa, residíamos no mesmo bairro. O primeiro contato foi marcado por distanciamento, respeito e certa timidez da minha parte, pois muitos já haviam me falado do seu jeito austero, direto e

sério. Procurei não me deixar abalar por qualquer tipo de julgamento prévio, embora se tenha claro da impossibilidade disso. Precisava ao menos tentar, deixar um pouco de lado qualquer conceito formado e informação anterior que pudesse interferir naquele encontro. Era preciso deixar as percepções de pesquisadora aflorar, para poder sentir e apreender o que aquela senhora tão emblemática tinha a dizer.

Minha primeira atitude foi saudá-la, com muito respeito e agradecimento, por estar me recebendo; tudo era desconhecido, pois marquei o encontro através de um dos seus filhos adotivos. Ela me esperava no pátio de sua casa toda “arrumadinha” com um aspecto vaidoso, aparência forte, apesar de apoiar-se em uma bengala e de maneira receptiva me convidou para entrar em sua casa. Acomodei-me em uma cadeira de madeira e ela em uma de balanço que a deixava bem à vontade, e entre uma balançada e outra percebia um olhar de curiosidade e desconfiança naquela senhora, causando em mim um misto de sensações, sem saber por onde começar.



(Dona Noemi-quintal de sua casa)

Embora tivesse feito um planejamento minucioso, com roteiros de perguntas pré-estabelecidas - que pensava dá conta dos meus questionamentos -, tempo que deveria permanecer, dias de visitas e trajetos a percorrer, percebi que estava insegura diante daquele

desafio de fazer uma pesquisa com alguns “traços etnográfica” e voltada para a história oral. Um trabalho nessa perspectiva iria exigir de mim para além de um questionário previamente formulado. Era preciso um planejamento prévio, mas, sobretudo, era necessário ficar atenta às demandas surgidas no decorrer da pesquisa. E por alguns minutos senti minhas limitações em descobrir da história de um sujeito algo que só julgava capaz de fazer os grandes pesquisadores. Os escritos Thompson me ajudaram a não cair na ideia de “evidência objetiva”, nem tão pouco, ir para o outro extremo, onde o trabalho de campo possa ser totalmente livre.

Contudo, a entrevista completamente livre não pode existir. Apenas para começar, já é preciso estabelecer um contexto social, o objetivo deve ser explicado, e pelo menos uma pergunta inicial deve ser feita; e isso tudo com os pressupostos não expressos, cria expectativas que moldam o que vem a seguir (...). No outro extremo, a busca de evidência “objetiva” do levantamento clássico aponta na direção de uma incompreensão. O objetivo de uma entrevista deve ser revelar as fontes do viés, fundamentais para a compreensão social, mais do que pretender que elas possam ser aniquiladas por um entrevistador desumanizado “sem um rosto que exprima sentimentos” (1992, p, 258).

Não sabia o que me esperava, mas tinha consciência das prováveis mudanças que poderiam sofrer o meu roteiro. Apresentei-me de forma bem afável como pesquisadora, falei meu nome, que logo seria esquecido ou ignorado, uma vez que ela passou a me chamar de “Maria”. Não manifestei nenhuma resistência e à proporção que convivía com ela, fui percebendo que Maria era um nome empregado a outras pessoas e que isso não era privilégio meu. Depois descobri que ela esquecia o nome verdadeiro de algumas mulheres e Maria, assim como poderia ser Benedita, Joana, Tereza era uma forma de chamar e se comunicar com as pessoas cujo nome não conseguia lembrar.

Iniciei a conversa explicando o porquê estava ali, meu interesse sobre a vida das parteiras, meus estudos e minha pesquisa. Nesse momento, para minha surpresa, senti seus olhos brilharem mostrando notadamente a vontade de falar sobre sua profissão. Isso despertou em mim o desejo de ouvir, conversar e saber mais sobre sua trajetória, que mais tarde pude constatar fora muito sofrida e cheia de percalços.

O tempo passava muito rápido e eu ia me envolvendo por aquela história. Lembro-me de ter desligado o celular e omitido a amigos e parentes onde eu estaria naquela tarde, pois não queria que nada atrapalhasse a tentativa de se compreender um mundo desconhecido e fascinante, do qual não estava acostumada a vivenciar. Me mantive atenta, todos os meus

sentidos se multiplicavam e se rendiam às histórias que Dona Noemi contava; não ousava sequer interromper aquele mergulho que ela dava na história, pois era nítido que a mesma sentia prazer em falar. Ela falava sem parar e quase me impedia de elaborar perguntas que ousadamente tinha pré-esquematizado¹⁸. Falava de sua vida, de sua infância, de seus pais. Falava da Bragança de sua meninice, dos seus estudos, mas principalmente falava dos seus mais de 50 anos sendo parteira em toda região. Inevitavelmente ia sentindo um combinado de simpatia e admiração por aquela senhora de cabelos grisalhos, estatura mediana, voz pausada, mas com um olhar firme, que parecia o olhar de uma menina que fala de seu primeiro namorado ou de suas conquistas. Era notório o orgulho que ela sentia pelo ofício e da realização pelo que fazia.

Nesse primeiro contato se falou de forma bem generalizada sobre suas ocupações e possibilidades em se tornar informante de uma pesquisa cujo centro de estudo seria seu trabalho. Não foi utilizado o gravador, e, para ser sincera, durante todo o percurso da pesquisa, foi bastante rara essa utilização. Ela prontamente aceitou, mas advertiu: “tenho muitas coisas a fazer então temos que combinar horários”, e assim foi feito. Tinha sempre que ir um dia antes para marcar o melhor momento para conversarmos. A conversa transcorreu de forma agradável e eu cada vez mais ia relaxando e me sentindo um pouco mais à vontade, ouvindo quase sem interrupção Dona Noemi falar, com a boca, com os olhos com os gestos e com as emoções que emanavam dos seus movimentos e entonações de voz, sobre sua vida, trazendo para o presente, memórias aparentemente tão queridas, pois ela falava cheia de empolgação como quem fala pela primeira vez de um trabalho.

Você deve manter-se o mais possível em segundo plano, apenas fazendo algum gesto de apoio, mas não introduzindo seus próprios comentários ou histórias. Essa não é ocasião para você demonstrar seus conhecimentos ou seu charme. E não se deixe perturbar com as pausas. Ficar em silêncio pode ser um modo precioso de permitir que o informante pense um pouco mais e de obter um comentário adicional, (THOMPSON, 1992, p. 271).

¹⁸ As perguntas seguiam essa direção: A senhora nasceu na cidade de Bragança? Há quanto tempo a senhora é parteira? Como a senhora aprendeu a fazer partos? Existem outras parteiras na sua família? Qual o seu trabalho nos 09 meses de gestação? Como é sua relação com a família das gestantes? A senhora consegue saber quantos partos fez durante todo esse tempo? Por que uma mulher escolhe uma determinada parteira e não outra? O que a senhora acha do trabalho das parteiras? Como é a forma de pagamento? Quais as parteiras mais procuradas dessa região? O que a senhor considera um parto difícil?...

Depois de muita conversa, ela subitamente como quem volta ao presente, lembrou que tinha um compromisso. Então, rapidamente pôs fim ao primeiro de vários encontros, marcando para o dia seguinte a continuação da conversa, ou como ela definiu, da “prosa”. Fui para casa certa de uma coisa: tudo que tinha trilhado para minha pesquisa sofreria modificações relevantes no trabalho de campo. Sentia necessidade de esquecer as perguntas elaboradas e participar um pouco mais do cotidiano, ouvir histórias, observar e registrar traços, dados e todos os relatos feitos por Dona Noemi. As perguntas surgem com naturalidade a partir do momento em que se conhece o cotidiano.

No dia seguinte lá estava eu pontualmente, pois fui avisada da precisão de horário honrado por aquela senhora. Tomada de curiosidade cheguei decidida e à vontade para saber um pouco mais sobre sua história tão comentada em Bragança nas rodas de conversas, entre as pessoas mais velhas e até mesmo entre pesquisadores desse ramo, mas tão pouco mostrada na história bragantina. Chegando lá ela já me esperava em sua cadeira de balanço, com sua inseparável bengala na mão. Estava como da outra vez, bem “arrumadinha”, emanando uma fragrância de bebês. Cumprimentei-a afetuosamente e percebi a recíproca no seu sorriso; em seguida, fui convidada a entrar. De maneira simpática, séria, e com uma memória invejável, apesar de esquecer os nomes das pessoas, Dona Noemi começou a falar sobre sua vida, da infância e das pelejas de tantos partos feitos. Dando ênfase nas dificuldades de atender tantas mulheres e no prazer de ajudar uma criança nascer.

É realmente um ofício “nobre”, ajudar a trazer à vida, ajudar tantas mulheres a parir vida, a perpetuar gerações, a garantir que momentos de dor sejam transformados em momentos de felicidades, realizações. Nesse momento pude sentir o quão grande é o dom daquela mulher, que com pouquíssimos estudos acadêmicos, sem muitos conhecimentos “formais”, sem muitos estudos e de forma bem artesanal é capaz de diagnosticar problemas na gestação, confortar e dar segurança a “mulheres de barriga”, usar técnicas e artifícios quase infalíveis na hora do parto, sair de casa sem horários para voltar, partejar sem remuneração, e tornar-se mãe de umbigo de centenas de indivíduos; sendo parte da história viva de uma cidade histórica como Bragança, que completa em 2013, 400 anos.

Com um vocabulário simples, mas com jeito bem desenvolvido, uma visão crítica de mundo, ela falava de tudo no segundo encontro, intercalando a história do seu ofício e de sua trajetória como pessoa com questões sociais, políticas e econômicas. Nessa viagem do conhecimento, de cultura, de saberes informais e não formais, éramos interrompidas apenas

quando um dos seus filhos adotivos chegava ou quando sua atenção era desviada para algum assunto doméstico.

Nesse dia voltei abastecida de conhecimento, empolgada com os caminhos que começavam a serem desenhados na minha pesquisa, meus diários começavam a ficar abarrotados de relatos, fragmentos do cotidiano e da história de Dona Noemi. Os encontros foram se seguindo por quase dois anos e Dona Noemi começou a falar cada vez mais sobre o que mais me fascinava enquanto pesquisadora e mulher: a arte de partejar, de ajudar mulheres que precisam, de visitar os chamados “filhos de umbigo”, de levar seu conhecimento a todos indistintamente e sem esperar pagamentos. Confirmava-se, então, que ela se tornava uma informante muito interessante e imprescindível para minha experiência de pesquisadora. Logo, cada dia eu sentia mais vontade de compartilhar através de conversas soltas, do tão rico saber que aquela senhora detinha acumulado durante anos de um ofício tão pouco visível hoje.

Era realmente um mergulho em uma história de vida fascinante que ia a cada dia despertando em mim o prazer de ouvir e o desejo de escrever, imortalizar tudo aquilo através de documentos. Procurei então me revestir de uma ouvinte atenta, uma aprendiz da vida, e sem deixar totalmente de lado as perguntas pré-elaboradas e as orientações acadêmicas, me predispus a ver, a sentir, a perceber através dos gestos, do olhar, da emoção tudo que provinha daquela senhora. Seu corpo falava. Cada expressão, cada aceno, tudo nela emanava conhecimento, o que nos remonta a ideia de performance. Fernandes (s/d p, 158), argumenta que “no caso do oral, a performance é o que engloba o todo para dar a medida expressiva da narração, ou seja, palavra e corpo estão enraizadas na história, seja no tom da voz ou na escritura do gesto e do semblante”.

Tive a oportunidade de estar junto dela em vários momentos. Fazia parte das minhas intenções vivenciar sua história. Pude constatar toda uma sabedoria que não vem dos livros, mas da experiência de anos de práticas como parteira. O que faz com que muitas pessoas dispensem a essa senhora, respeito e reconhecimento.

Diante do exposto, não tive mais como resistir, fui tomada por uma paixão sobre a arte de partejar e, concomitantemente, fui sendo cativada e dessa forma sucumbindo em tornar Dona Noemi a principal fonte de dados para minha pesquisa. Poderia ser perigoso. Recorri então aos escritos de Ginzburg (2006), que traça com muita propriedade e com riquezas de detalhes a vida de Domenico Scandella, conhecido como Menocchio. Todavia o mesmo autor chama a atenção para os cuidados presentes na construção de uma história a partir de um

indivíduo. O primeiro deles ligado a uma tentativa de tornar esse sujeito uma espécie de representatividade dos demais, mas da mesma maneira que Menocchio, Dona Noemi.

Em poucas palavras, mesmo em um caso-limite-(e Menocchio com certeza o é) pode se revelar representativo, seja negativamente – porque ajuda a precisar o que se deva entender, numa situação dada, por “estatisticamente mais frequente” -, seja positivamente – porque permite circunscrever as possibilidades latentes de algo (a cultura popular) que nos chega apenas através dos documentos fragmentários e deformados, (GINZBURG, 2006, p. 21).

Não quero dizer com isso que conversar com outras parteiras não me forneceu subsídios e elementos para traçar uma teia de conhecimento; muito menos mostrar que a pesquisa tinha como pressuposto metodológico escolher apenas uma parteira, pois *a priori*, pretendia trabalhar com um grupo de parteiras com quem tive os primeiros contatos. Mas o fato de Dona Noemi ter aceitado conversar, mostrar sua história, permitir participar de todo o processo de acompanhamento das mulheres que ela atendia, do seu cotidiano, de suas reflexões, de suas sensações, do seu mundo, de suas análises sociais, políticas, culturais ora tão atuais e outras um tanto obsoletas, mais reais, me levou a fazer esse corte metodológico em ouvir e aprofundar minha pesquisa centrada em um personagem que me levaria a adentrar em um conjunto de relações e eventos sociais.

Dona Noemi me proporcionou percorrer um caminho de memórias e conhecimentos sobre situações mais variadas possíveis, inclusive sobre a própria história de Bragança, pois ela fala com propriedade das relações de poder local, das relações sociais, das mudanças culturais, dos avanços tecnológicos, o que a torna uma pessoa excepcional. Curiosamente alguns dos médicos filhos de Bragança, que atendem nos hospitais da região, vieram ao mundo pelas suas mãos; alguns até hoje mandam mulheres para ser vistas por ela, outros, segundo ela, desconhecem e negam a eficácia de um parto tradicional. Esse paradoxo é analisado, de forma simples, mas com muita consciência por Dona Noemi que diz: “eles estão preocupados em ganhar dinheiro”. Essa perspicácia, esses comentários revelam um ser humano inserido em sua sociedade e seu tempo.

A relação com Dona Noemi, desde o primeiro contato no dia 21.05.2011 até 04.01.2013 quando ocorreu nossa última conversa não nosso último encontro, pois a vejo toda manhã ao sair para o trabalho, mostrou que a busca pelo conhecimento se dá de forma sutil, em um envolvimento entre os sujeitos: o que investiga e o que é investigado. Nessa perspectiva, a pesquisa é uma construção que vai se fazendo aos poucos, nos obrigando ora a

desfazer teorias, técnicas, métodos, ora incorporar novos saberes, novos olhares, novas reflexões, novos significados ao que se pensava saber, ao que se achava estruturado. Na verdade se desfaz tudo para novamente construir, livres de qualquer pré-noção ou convicções. Nesse sentido, não se pode mais dizer que os dados pesquisados sirvam apenas para a dissertação de mestrado, mas para aprofundar as relações e reflexões com o que outrora despertava apenas curiosidades e desejo de conhecer.

Conviver com Dona Noemi me possibilitou uma multiplicidade de sentimentos, experiências, vivências capaz de transformar o desconhecido em familiar e o aparentemente familiar em desconhecido.

2.3- À luz das teorias - Lançando mão da história Oral e da Etnografia.

“Só se observa o ser humano se comunicando com eles: o que se supõe que se compartilhe sua existência de maneira durável” (GRIAULE, LEENHARDT in: LAPLANTINE, 1995, p.149).

Não tenho a pretensão de caracterizar esta pesquisa como de caráter genuinamente antropológico, uma vez que para isso demandaria um tempo consideravelmente maior e um conhecimento teórico bem mais profundo. Todavia, afirmo que algumas proposições antropológicas contribuíram grandemente na construção desse trabalho, o que faz com que consiga pensá-la também por esse viés. De que outra forma se poderia alguém buscar compreender, ou melhor, problematizar um universo tão singular e marcado por tantas simbologias como é o das parteiras, sem envolver-se com seu objeto, de forma a conviver? Para mim é certo que isso só se dará no momento que, enquanto pesquisadora, me proponha, através da observação direta, adentrar o universo desses sujeitos. Nesse sentido, é que me percebo lançando mão de alguns elementos da antropologia, como a observação, e buscando empreender um olhar, um ouvir e um escrever etnográfico, como bem cita Cardoso (2006) para as práticas desenvolvidas por esses atores sociais.

A Etnografia é um processo das ciências qualitativas, que é provocado, sobretudo, pelo estilo questionador daquele que a faz, ou seja, o etnógrafo. Isso faz com que seu fazer não esteja ligado a arquétipos e artifícios fechados, mas são direcionadas especialmente pelas demandas surgidas durante a pesquisa em conformidade com as conjecturas do investigador.

Com isso, uma das expressivas contribuições do fazer etnográfico está no fato da inclusão de novos sujeitos sociais na construção da história e estes surgem como personagens ativos.

A palavra etnografia tem sua origem no grego *ethn'*-povo-nação-graphein - que significa escrita - sendo método da antropologia social, um dos quatro campos da antropologia, apresenta como papel o estudo de grupos sociais por meio do contato intersubjetivo entre objeto e pesquisador. Sobre isso, é impossível não fazer referência ao trabalho de Malinowski, que, segundo Clifford (2002), desempenhou função expressiva na consolidação da autoridade etnográfica e na importância do trabalho de campo, na perspectiva de inscrição do outro: “o trabalho de campo etnográfico permanece como um método notavelmente sensível” (CLIFFORD, 2002, p.18).

Todavia, o autor acima mencionado chama a atenção para o fato de que durante muito tempo o trabalho de campo, feito por comerciantes, exploradores ou missionários, por si só, não deu conta de traduzir o outro. Ao contrário, foi comum se presenciarem as distorcidas, para não dizer equivocadas, representações dadas aos vários grupos sociais. Dessa forma, é importante não incorrer nos erros cometidos ao longo da história, resultado de incompreensões de culturas estudadas. É preciso, então, que o etnógrafo adote a ideia que Clifford (2002) designa como a “incompletude do conhecimento”, ou seja, todas as conclusões iniciais como susceptíveis de incorreções. Portanto, o etnógrafo precisa estar firmemente examinando e questionando suas observações durante toda a investigação, o que é corroborado por Laplantine (1995) ao explicitar que “toda síntese é prematura” (p, 149).

Um fator bastante destacado, e que solicita atenção especial do etnógrafo, refere-se à linguagem da cultura pesquisada. Esta deve ser criteriosa e corretamente estudada sendo indispensável apreender “todos” os termos aplicados e a forma como estes se arrolam, procurando evitar distorções em torno de seus significados. É na inter-relação mútua com o outro, em um contexto particular, que os significados são construídos, desconstruídos e reconstruídos, proporcionando o aparecimento de uma situação favorável à percepção e a apreensão da linguagem dos sujeitos abrangidos no processo de comunicação oral ou escrita.

Percebe-se, então, que fazer etnografia requer vários cuidados e exige comprometimentos daquele que a faz. O etnógrafo deve ser aquele que se propõe a estar, a conviver em um grupo, a compartilhar seus saberes, suas práticas, sua vida, embora, apesar disso, sempre permaneça um estrangeiro como preconiza Simmel (1983). É aquele que procura abarcar hábitos, costumes, vivências a partir do olhar daqueles que as praticam, ou

seja, do próprio grupo. Para tanto, é preciso que saiba se despir de pré-conceitos, pois “o etnógrafo é aquele que deve ser capaz de viver nele mesmo a tendência principal da cultura que estuda” (LAPLANTINE, 1995, p.150), pois segundo Nogueira (1968, p. 101) “ganha-se mais com identificação emocional do que com fria objetividade”.

Nesse sentido pode-se dizer que o pesquisador torna-se, de certa forma, um tradutor da cultura pesquisada. Para tanto, deve por excelência ter uma considerável competência linguística, bem como, conhecer as culturas das línguas com que se envolve. E mais, o tradutor tem o dever precípua de se modernizar constantemente e ampliar esforços para apreender o mundo que o rodeia, tendo claro que sua compreensão sempre estará vinculada à sua visão de mundo.

As parteiras agrupam em si um desenho particular e singular de saber, de fazer e saber-fazer; isso se revela em práticas construídas e repassadas ao longo das gerações. É um saber permeado de diversos elementos como o misticismo, o simbolismo, as crenças e as tradições que foram se acumulando e se solidificando ao longo dos tempos através das memórias de mulheres “simples”,¹⁹ que teimam em executar seu fazer sem muitas influências do conhecimento científico.

Esse conhecimento, que é adquirido tacitamente, vai sendo passado oralmente de uma a outra, e embora não tenham registrado seu saber em livros, elas guardam na memória os detalhes de cada procedimento. Cada reza, cada gesto, cada oração, é meticulosamente executado com o respeito de um ritual (AYRES, 2011, p. 4-5).

Assim, partindo da análise de variados trabalhos acerca da temática, cito alguns, (PINTO, 2002; AYRES 2011; MOTT, 1999; FLEISCHER 2007; BESSA, 1997), e em virtude dos contatos com os sujeitos dessa pesquisa, tem-se verificado e confirmado que as práticas das parteiras se dá a partir da tradição. Os conhecimentos adquiridos por essas mulheres são repassados por seus antepassados: a mãe, a avó, uma tia, ou alguém mais velho da comunidade onde está inserida. Isso demonstra que o conjunto de saber que possuem esteja vinculado à oralidade. Partindo disso, a história oral se mostra como um instrumento indispensável na compreensão desse saber-fazer. Pois, acredito que é somente através dos seus relatos e depoimentos que se possa ter a possibilidade de analisar os aspectos subjetivos

¹⁹ O termo “Simples” é aqui mencionado utilizando as orientações de José de Souza Martins, no livro *Sociabilidade do Homem Simples* (2012). Embora esse autor não formule um conceito propriamente dito, sugere para o referido termo a ideia de personagens anônimos, comuns, que constroem seu fazer nos marcos da vida cotidiana e que não estão imersos nos notáveis eventos da política e da vida social pública.

de cada testemunho oral, a imaginação dos agentes, e os aspectos psicossociais, detectados nas falas das parteiras ao relatarem suas experiências e vivências. Nessa perspectiva, torna-se oportuno fazer uma discussão teórica mais detalhada sobre a utilização de fontes orais como caminho metodológico, uma vez que a história oral “pode devolver às pessoas que fizeram e vivenciaram a história um lugar fundamental, mediante suas próprias palavras” (THOMPSON, 1992).

A história oral tem preocupação com o que é proeminente e significativo para a compreensão da sociedade, não somente na perspectiva dos grandes fatos históricos, mas também, nos eventos construídos nas várias instâncias da vida social e nos mais diversos espaços. Para Thompson (1992), concernente ao uso das fontes orais, estas são propícias para colaborar com a constituição de uma memória mais pública do passado, admitindo variadas versões da história ao tolerar a amostra de diversos e diferentes narradores, edificando assim uma história a partir das próprias palavras daqueles que vivenciam e compartilham de um determinado período, de acordo com suas menções, seu imaginário, suas representações e identificações.

A autoridade do trabalho com a história oral se concretiza precisamente pelo fato desta não se estrear a definidos grupos ou pessoas. Ao invés disso, a história oral aprova o aparecimento de vozes até então ignoradas ou desconhecidas. Os vários e diversos sujeitos são conclamados a falar, com isso “cria-se uma situação muito mais igualitária” (THOMPSON, 1992, p. 31).

A história oral foi sedimentada em 1948 como uma técnica moderna de documentação histórica, foi mais precisamente quando Allan Nevins, historiador da Universidade de Colúmbia, começou a gravar as memórias de personalidades importantes da história norte-americana. Para Thompson (1992), por história oral se reflete o trabalho de pesquisa que utiliza fontes orais em diferentes modalidades, independentemente da área de conhecimento na qual essa metodologia é utilizada.

É uma história construída em torno de pessoas. Ela lança a vida para dentro da própria história e isso alarga seu campo de ação. Admite heróis vindos não só dentre os líderes, mas dentre a maioria desconhecida [...]. Traz a história para dentro da comunidade e extrai a história de dentro da comunidade. Ajuda os menos privilegiados, e especialmente os idosos a conquistar dignidade e autoconfiança. Propicia o contato – e, pois a compreensão – entre classes e gerações. Dá condições para o contato entre classes sociais e entre gerações. E para cada pesquisador que partilham das mesmas intenções, ela pode dar um sentimento de pertencer a determinado lugar e a determinada época (1992, p. 44).

Paradoxalmente, “a história oral propõe um desafio aos mitos consagrados da história, ao juízo autoritário inerente à sua tradição. E oferece os meios para uma transformação radical no sentido social da história” (THOMPSON, 1992, p, 44). Observa-se, então, que pode então ser acatado como um instrumento pós-moderno para se refletir, problematizar e apreender a realidade contemporânea, a ideia de considerá-lo pós-moderno se dá justamente por sua flexibilidade. Muitas ideias afluem para o fato de que a história oral seja um trabalho de pesquisa, que tem por base um projeto que se repousa em fontes orais, coletadas em circunstância de entrevista.

Partindo desse conjunto de fatores, pode-se buscar fazer uma definição de história oral como um conjunto de artifícios, que abarca toda a ação de uma pesquisa, que perpassa desde as conjecturas de um projeto, a escolha dos espaços, o estabelecimento de uma pergunta de corte, a preparação das entrevistas, a constituição dos textos, a conferência dos dados e a restituição do documento à comunidade que o provocou. É um processo apropriado de investigação no trabalho do pesquisador. A história oral se configura através especialmente das recordações, das memórias de pessoas vivas a respeito de suas experiências, suas práticas, seu passado.

No caso aqui defendido e no qual repousam as reflexões desta pesquisa, a história oral, como todas as metodologias, fundam e ordenam estruturas de trabalho - tais como os diversos tipos de entrevista e as decorrências de cada um deles para a pesquisa, as eventuais probabilidades de transcrição de depoimentos, seus benefícios e desvantagens, os diversos jeitos de o pesquisador relacionar-se com seus entrevistados e os alcances disso sobre seu trabalho -, trabalhando como ponte entre teoria e prática. Esse é o solo da história oral - o que não acata classificá-la unicamente como prática. É também um espaço de contato e influências interdisciplinares com realce nos fenômenos e eventos que admitam, através da oralidade, oferecer interpretações qualitativas de processos histórico-sociais. Para isso, conta com métodos e técnicas específicas, em que a constituição de fontes e arquivos orais desempenha um papel importante. A história oral, ao se direcionar para a oralidade, procura destacar e focalizar sua análise nas visões e versões que são construídas no mais denso do conhecimento dos diversos atores sociais. Portanto, bem como cita Delgado (2006, p. 18).

Não voltemos à expressão ‘história oral’. Ela se tornou inadequada. A história oral inscreve-se entre os diferentes procedimentos do método qualitativo, situa-se no terreno da contra-generalização e contribui para relativizar conceitos e pressupostos que tendem a universalizar e a generalizar as experiências humanas.

O uso da história oral, e cabe aqui destacar, bem como cita Delgado, enquanto caminho metodológico e não como um compartimento da história, implica um entrosamento com duas grandes ideias, de memória e de identidade, enquanto categorias que se correlacionam, pois é através delas que as narrativas dos depoentes se constituirão. É preciso então que o pesquisador tenha um cuidado todo especial com essas categorias. Halbwachs (2006) explicita que a construção da memória individual é permeada de interferências exteriores/representações, e segundo Candau (2001, p. 16) “a memória ao mesmo tempo em que nos modela, é também por nós modelada”.

A discussão acerca do conceito de memória não é recente. Todavia, atualmente essas discussões têm ganhado considerável relevância nas várias ciências. Na sociedade grega a memória era tida como sobrenatural. A deusa Mnemosine, mãe das Musas, protetoras das artes e da história, propiciava aos poetas lembrar o passado e transmiti-lo aos demais sujeitos. Nesse sentido, para os gregos o ato de registrar era pensado como uma ação que cooperava para o enfraquecimento da memória. Os gregos sedimentaram variadas técnicas para preservar a lembrança sem fazer uso do registro escrito. Com isso direcionavam ao sujeito que rememorava, lembrava, um papel social fundamental. O poeta concatena através de suas lembranças o que é fundamental para a construção da identidade de seu grupo social, tornando-se com isso uma espécie de memória viva.

Os Gregos da época arcaica fizeram da Memória uma deusa, Mnemosine. É a mãe das nove musas que ela procriou no decurso de nove noites passadas com Zeus. Lembra aos homens a recordação dos heróis e dos seus altos feitos, preside a poesia lírica. O poeta é, pois um homem possuído pela memória, o aedo é um adivinho do passado, como o adivinho o é do futuro. E a testemunha inspirada dos "tempos antigos", da idade heroica e, por isso, da idade das origens. A poesia, identificada com a memória, faz desta um saber e mesmo uma sábia, uma sophia. O poeta tem o seu lugar entre os "mestres da verdade" [cf. Detienne, 1967] e, nas origens da poética grega, a palavra poética é uma inscrição viva que se inscreve na memória como no mármore [cf. Svenbro, 1976]. Dissesse que, para Homero, ver-sejar era lembrar (LE GOFF, 1990, p. 378).

Para os romanos, a memória era imprescindível à arte retórica, uma arte proposta à persuasão e a enternecimento dos ouvintes por meio do uso da linguagem. O orador careceria conhecer as regras e não apelar aos registros escritos. Já na idade média ganha proeminência a memória litúrgica ligada à memória dos santos, assim como o judaísmo, tem na lembrança o foco, na medida em baliza o presente pela rememoração dos acontecimentos e milagres do passado.

Em tempos menos longínquos, com o nascimento da imprensa, juntamente com o processo de urbanização ocorreram mudanças basilares na organização e nas relações sociais.

A sociedade até então amparada e validada na tradição oral dos conhecimentos necessários ao trabalho e à vida em grupo, passa agora, em função das novas demandas, ter que registrar. A partir desses novos feitos da sociedade vão se criando, cada vez mais, artifícios de armazenamento e difusão da memória através de textos e imagens. O apogeu desse processo se dá com o aparecimento do computador, componente com a disposição para armazenar grandes quantidades de informações e abarcar todos os meios inventados anteriormente para registrar e armazenar a memória.

No contexto atual, o conceito e, sobretudo, o funcionamento da memória alçou importantes voos, especialmente nas ciências físicas e biológicas. Paralelamente, as ciências sociais e a psicologia também têm a memória individual e coletiva como um dos seus principais campos de investigação. Os interesses giram em torno dos conceitos de retenção, esquecimento, manipulação, seleção²⁰. Como construção, partindo de variadíssimos estímulos, a memória é sempre uma construção feita no presente a partir de vivências/experiências ocorridas no passado.

Nas ciências sociais muitos estudos vinculam a memória individual ao meio social. Voltando, novamente, aos estudos fomentados por Maurice Halbwachs (2006) estes contribuíram decisivamente para a compreensão dos quadros sociais que compõem a memória. Para ele a memória aparentemente mais particular remete a um grupo.

Nossas lembranças permanecem coletivas e nos são lembradas por outros, ainda que se trate de eventos em que somente nós estivemos envolvidos e objetos que somente nós vimos. Isto acontece porque jamais estivemos sós. Não é preciso que outros estejam presentes, materialmente distintos de nós, porque sempre levamos conosco e em nós certa quantidade de pessoas que não se confundem (HALBWACHS, 2006, p. 30).

Para o referido autor o ser humano leva em si a lembrança, mas está sempre interagindo com a sociedade, seus grupos e instituições. São nas constituições dessas relações que tecemos as nossas lembranças. A rememoração individual se consolida na inter-relação das memórias dos diferentes grupos com que nos relacionamos. Ela está arraigada das memórias dos que nos circundam, ainda que não estejamos em presença destes, o nosso lembrar e as maneiras como percebemos, sentimos e vemos o que está ao nosso redor se constituem a partir dessa conjuntura de experiências. As lembranças se alimentam das diversas memórias oferecidas pelo grupo, o que o Halbwachs denomina “comunidade

²⁰ Ver Paul Ricoeur “A memória, a história, o esquecimento(2007)”.

afetiva”. Para ele, raramente nos lembramos fora deste quadro de referências. Assim, tanto nos processos de produção da memória como na rememoração, o outro tem um papel imprescindível.

Claro, se a nossa impressão pode se basear não apenas na nossa lembrança, mas também na de outros, nossa confiança na exatidão de nossa recordação será maior, como se uma mesma experiência fosse recomeçada não apenas pela mesma pessoa, mas por muitas. Quando voltamos a encontrar um amigo de quem a vida nos separou, inicialmente temos de fazer algum esforço para retornar o contato com ele. Entretanto, assim que evocamos juntos diversas circunstâncias de que cada um de nós lembramos (e que não são as mesmas, embora relacionadas aos mesmos eventos), conseguimos pensar, nos recordar em comum, os fatos passados assumem importância maior e acreditamos revivê-los com maior intensidade, porque não estamos mais sós ao representá-los para nós. Não os vemos agora como os víamos outrora, quando ao tempo olhávamos com os nossos olhos e com os olhos de um outro, (HALBWACHS, 2006, p. 29-30).

Nessa lógica, esta memória coletiva tem assim uma extraordinária função de cooperar para o sentimento de pertencimento a um grupo de passado comum, que compartilha memórias. Ela concorre para o sentimento de identidade do indivíduo centrado numa memória compartilhada não só no campo histórico, do real, mas, sobretudo, no campo simbólico.

A memória se demuda se transforma, se rearticula conforme posição que ocupamos e as relações que fundamos nos diferentes grupos de que participamos. Também as memórias individuais alimentam-se da memória coletiva e histórica e absorvem elementos mais amplos do que a memória construída pelo indivíduo e seu grupo. Um dos elementos mais importantes, que afirmam o caráter social da memória, é a linguagem. As trocas entre os membros de um grupo se fazem por meio de linguagem. Lembrar e narrar se constituem da linguagem. Como afirma Bosi (1994), no livro *Memória e Sociedade: Lembranças de Velhos*, a linguagem é o instrumento socializador da memória, pois reduz, unifica e aproxima no mesmo espaço histórico e cultural vivências tão diversas como o sonho as lembranças e as experiências recentes.

Embora não se possa negar a importância dos estudos de Halbwachs acerca da memória, é interessante apontar, bem como argumenta Michel Pollack, que a memória é um campo de luta pelo poder travada entre classes, grupos e indivíduos. Decidir, ou em alguns momentos, impor sobre o que deve ser lembrado e também sobre o que deve ser esquecido configura-se um dos mecanismos de controle de um grupo sobre o outro. Desse choque resultam, entre outras, as escolhas sobre quais tipos de conhecimentos devem ser lembrados e valorizados. O que será lembrado, que personagens receberão atenção e, que histórias,

consideradas importantes para todos deverão compor os livros e os saberes necessários às novas gerações.

É importante salientar algumas características da memória individual e coletiva e as suas tensões e inter-relações com a memória histórica, aquela que habituamos encontrar nos livros didáticos e tantos outros. Por um longo período, os estudos de história privilegiaram os documentos escritos, os objetos, enfim, os vestígios que possibilitassem ao historiador realizar o seu trabalho: compreender e construir a história apoiando-se nos documentos que garantiriam a veracidade dos acontecimentos e processos ali registrados, contudo aos poucos a quebra desse paradigma começa a acontecer, pois,

Se a memória é socialmente construída, é óbvio que toda documentação também o é. Para mim não há diferença fundamental entre fonte escrita e fonte oral. A crítica da fonte, tal como todo historiador aprende a fazer, deve, a meu ver, ser aplicada a fontes de tudo quanto é tipo. Desse ponto de vista, a fonte oral é exatamente comparável à fonte escrita. Nem a fonte escrita pode ser tomada tal e qual ela se apresenta. O trabalho do historiador faz-se sempre a partir de alguma fonte. É evidente que a construção que fazemos do passado, inclusive a construção mais positivista, é sempre tributária da intermediação do documento. Na medida em que essa intermediação é inescapável, todo o trabalho do historiador já se apoia numa primeira reconstrução. Penso que não podemos mais permanecer, do ponto de vista epistemológico, presos a uma ingenuidade positivista primária. Não acredito que hoje em dia haja muita gente que defenda essa posição (POLLACK, 1992, p. 8)

Os fatos discutidos e registrados se atentaram constantemente com a história oficial, os grandes movimentos e a história dos grupos dominantes das várias sociedades. Foi somente por volta do século XX que grupos de historiadores principiaram reflexões sobre outros procedimentos de compreender a vida e, nesse interim foram colocando como parte também da história os grupos subalternos, minoritários e as temáticas relativas ao cotidiano, às mentalidades, às experiências e as práticas desses diferentes grupos. Desta maneira, comungando com essa nova visão e sustentado em metodologias como da história oral, surgiram pesquisadores que queriam contar histórias de mulheres, negros, trabalhadores, índios, presidiários, que ao invés de se materializar numa grande narrativa comum a todos, passou a abrigar e dar visibilidade às várias narrativas dos mais variados atores sociais e nos mais diferentes espaços, como é aqui contada a história de Dona Noemi.

Nesse sentido esta pesquisa opta pela história oral enquanto caminho metodológico de trabalho. Para mim, é certo que a história de Dona Noemi precisa ser contada, imortalizada. Para tanto, é principalmente através de suas memórias, de suas palavras, que compreendo estar cheia de seleções e omissões, que se terá suporte para a reconstrução da sua trajetória

nos mais de 50 anos como parteira nesta região bragantina. Não se trata de alguém pertencente a classes dirigentes dessa sociedade, é antes, uma senhora oriunda das classes populares, que sem se preocupar com a atenção que se daria ao seu trabalho, construiu sua prática, sua história. E que hoje partilha comigo e posteriormente com os leitores dessa pesquisa, suas vivências e experiências.

CAPÍTULO III: A tentativa de inscrição de um saber: Recortes de uma história de vida.

O terceiro capítulo deste trabalho pretende apresentar traços da vida de Dona Noemi. As páginas destinadas a isso com certeza são poucas considerando o leque de informações que se poderia apreender da história de uma mulher que dedicou mais de 50 anos para o trabalho de partejar nesta região. As informações aqui contidas são oriundas de várias conversas tidas, essas, coletadas em quase dois anos de pesquisa através de contatos diretos. Aqui a perspectiva é de análise, busca-se perceber através das narrativas, a forma como Dona Noemi constrói seu discurso, mas, sobretudo, busca-se partindo da convivência, compreender como realmente se dá o processo de acompanhamento, parto e pós-parto.

3.1- Um Saber Local, uma história social: Bragança-Pará



(Localização de Bragança no Brasil)



(Localização de Bragança no Pará)

Bragança – Jorge Ramos²¹

Bragança beira-rio, cidade presépio,

minha Bragança de São Benedito

cheia de sonhos e de poetas:

(...)

Ah, a alma de tua tradição afro-ameríndia,

cidade cheia de lendas e muitos amores:

-Lá vai São Benedito, preto velho, bom e batuta,

Todo fim de ano na sua esmolação!...

(Santo milagroso, Santo do meu povo,

a tua casa é a casa da gente cabocla

que confia muito na tua proteção!...)

(...)

Bragança beiro-rio, cheia de sonhos

e sempre havia a menina-moça de cabelos cheios de viração

e no rosto uns olhos doidos cheios de emoção!...

Bragança minha, há saudades no coração,

eu te trago minha alma, minhas mágoas e minhas palavras pobres,

eu toco tua terra e me redimo,

e nestas ruas encontro a tua madrugada sorrindo para mim,

e há a eterna promessa sempre renovada

de ser sempre teu, minha doce amante,

e sinto, de leve, teu beijo de amor

nos meus lábios que sussurram eternamente:

- VIVA A BRAGANTINIDADE!...

²¹ Jorge Ramos - Nascido em Bragança, Estado do Pará, em 21 de julho de 1927 e aqui falecido em 4 de junho de 1981, bacharel pela faculdade de Direito do Pará; foi Advogado, Promotor Público e Professor secundário. Lecionou História Geral e do Brasil, deixando inconcluso um trabalho sobre a História do Pará sua predileção (RAMOS, Jorge Daniel de Souza, 2010).

Jorge Daniel de Sousa Ramos, artista bragantino que tem seu fazer poético repousado no grande amor por Bragança. Seus trabalhos trazem à tona os pormenores da cultura desta cidade. “Autor de um verdadeiro hinário bragantino, Jorge Daniel trouxe para suas poesias as cores, os sabores e os humores de Bragança” (VIZIOLI, 2005). Considerado por muitos com um homem à frente do seu tempo, procurou através da sua arte descrever a riqueza de sua cidade. Assim, evocando personalidades de uma infância distante, figuras representativas da sua cidade do interior, deixou claro todo o seu amor à sua terra natal. “Bragança beira-rio, cidade presépio, minha Bragança de são Benedito cheia de sonhos e de poetas”.

De acordo com estudos de diversos autores e a partir de um levantamento bibliográfico, a região onde está localizada a cidade de Bragança, no Nordeste do Pará, foi conquistada no início do século XVII, quando estratégias de posse da área da então Capitania do Cayté e Gurupi foram implementadas por representantes da Coroa francesa.

Possivelmente, segundo historiadores, os franceses que acompanhavam a expedição de Daniel de La Touche foram os primeiros europeus a terem contato com a região, seus habitantes e seu espaço geográfico, saindo de São Luís, no Maranhão, em 08 de julho de 1613, investigando o litoral da capitania, hoje a região atlântica do Pará. Existem, no entanto, controvérsias sobre a oficialidade da data, além de diversas outras indicações dos jesuítas que vieram junto com La Touche na viagem. Somam-se, a essa indicação inicial dos estudos históricos acerca das origens de Bragança, o processo de colonização portuguesa no Pará e as chamadas guerras que foram travadas entre lusitanos, estrangeiros e nativos para a posse, o controle e o direito sobre o território.

Neste período, a região onde hoje está localizada a cidade de Bragança foi parte das tentativas de garantir à Coroa portuguesa a sua ocupação efetiva, tanto é que por volta de 1677 se encontra um assentamento de imigrantes açorianos no território da capitania, segundo Arthur César Ferreira Reis, na *Síntese de história do Pará* (1972). É ainda de Reis (1972) a confirmação da notícia anteriormente citada. Um adendo necessário é, certamente, que a expedição francesa estava composta por homens considerados cultos, cientistas, geógrafos e botânicos. Daí por diante, o reino português continuou o seu processo de integração das terras, a partir de Francisco Caldeira Castelo Branco e toda a história que envolve a fundação da cidade de Belém, hoje capital do Pará.

Em seu percurso, Teixeira e sua comitiva tiveram contato com a tribo dos caetés, da nação Tupinambá. Esse contato não se deu de forma tão pacífica, já que em Baena (1969) se

encontra a referência de que esses mesmos índios tentaram eliminar a comitiva portuguesa, derrotados e submetidos, porém, por todo o aparato de armas dos portugueses.

Em 1618, a coroa portuguesa transformou o Maranhão e Grão-Pará em Estado independente pela dificuldade de comunicação da região com o Governo Geral do Brasil, que estava instalado na Bahia. A partir daí, fatos e contextos de modificação dos limites e das capitais entre as cidades de Belém e São Luís, disputas governamentais e das populações das duas regiões são observadas nesses relatos.

Segundo o professor Raymundo Heraldo Maués (1969), quando o governador Francisco Coelho de Carvalho esteve no Pará, no ano de 1627, e ao passar pelo rio Gurupi, desembarcou e estabeleceu os fundamentos de uma povoação cujo nome era Vera Cruz do Gurupi, onde estabeleceu colonos para a região, seguindo até Belém por terra, podendo ter passado pela região de Bragança nesse interim. Dois dos donatários das decisões do governo uno ibérico (quando a Espanha estava reunida numa só coroa e controlando as terras portuguesas, de 1580 a 1640), Francisco Coelho de Carvalho e Álvaro de Souza envolveram-se numa forte disputa por partes desse território, solicitando decisões da coroa ibérica.

O rei Felipe III não confirmou, porém, a doação para Francisco Coelho. Em 1633, o filho mais velho de Gaspar de Souza, Álvaro de Souza, resolveu se aposar das terras a que tinha direito por herança e escolheu o sítio que ficava entre o rio Turiaçu e Quatipuru, o que coincidia com o território da Capitania do Gurupi. A nova capitania passou a ser chamada de Caeté.

Segundo o historiador Dário Benedito Rodrigues (2008), em sua *Cartilha da História de Bragança*,

O primeiro núcleo populacional da colonização na região do rio Caeté (ou Caité = *caa* + *y* + *eté* = mato bom, verdadeiro, na língua tupi), buscou firmar a tentativa de controle e dominação nas áreas da União Ibérica na América, com o nome de Vila Sousa do Caeté. Muitos anos depois, o antigo povoado ficou conhecido como Vila Cuera, ou Vila que-era.

Nesse período, o sistema de Capitánias não conseguiu seus intentos em todo o território colonial, levando os donatários da Capitania do Caeté a buscar a sua manutenção. Ernesto Cruz (1955) nos ajuda a entender que, muito embora a capitania tenha um início próspero, com o passar do tempo as extremas dificuldades foram a causa de sua falência.

O tempo passou e, por Ordem Régia de 14 de junho de 1753, o governador Francisco Xavier de Mendonça Furtado reverteu a capitania de volta às posses da Coroa após mais de um século sob o domínio da família Souza. A partir de 1751, com o ministério do Marquês de Pombal, a Província do Maranhão e Grão-Pará entra de vez no chamado ciclo pombalino como descrito por Arthur Cézár Ferreira Reis (1972).

Entre essas medidas do novo ministro, se destacam a transferência da capital de São Luís para Belém, e a nomeação do primeiro governador, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, que vem a ser irmão de Sebastião de Carvalho e Melo, o Marquês de Pombal.

Ainda, conforme Dário Benedito Rodrigues (2008-2009),

Entrava em vigor uma experiência moderna de colonização mediante o assentamento de famílias, visando à defesa do território e à povoação das localidades por meio do incentivo à formação de famílias constituídas por brancos e índios com o objetivo de fortalecer os laços portugueses nas novas terras.

Para isso, Mendonça Furtado “procedeu a uma revisão integral dos padrões de vida” (REIS, 1972, p. 59), visitando as povoações e transformando antigos aldeamentos jesuítas à condição de vilas, como no caso da povoação do Caeté. Nos idos de 1753, o governador entendeu que seria necessária a intervenção da coroa na reorganização da capitania, a fim de garantir a produtividade econômica da região e, de acrescentar recursos aos cofres portugueses.

Segundo Cruz (1955), o governador teria atribuído a decadência da Capitania aos conflitos entre colonos e missionários provocados pela escravização indígena. Em seguida, transferiu o antigo povoado para a margem esquerda do rio Caeté, decretando sua nova categoria, denominando-a Vila de Nossa Senhora do Rosário de Bragança. Sob essa perspectiva, Mendonça Furtado mandou construir residências para os novos colonos e providenciou uma parte de recursos para o plantio de roças nos limites da vila, onde seriam cultivados a mandioca e legumes. Entre esses empreendimentos, Furtado mandou construir uma estrada do rio Caeté até a Casa Forte no Rio Guamá, onde está localizada hoje a cidade de Ourém, a fim de garantir a facilidade do transporte e a comunicação com Belém, além de dar provimento aos pedidos dos colonos por canoas para o percurso.

O desenvolvimento da região se deu, basicamente, pela atividade dos colonos portugueses em diversos ramos. No Pará (ou no Grão-Pará), podem ser citadas a pesca e a agricultura como culturas que até os dias atuais são largamente exercidas, como em Bragança

e sua circunvizinhança. Segundo Benedito Cézar Pereira (1963), os imigrantes dos Açores trouxeram sua cultura e seus costumes, procurando atualizá-los nas terras ocupadas.

No século XVIII, com todas as dificuldades, o trabalho escravo de africanos capturados e redistribuídos na Amazônia, substituiu não somente a mão-de-obra indígena, mas fortaleceu os planos de desenvolvimento agrícola da extensa área e seu redimensionamento para o interior. Em Bragança, como em outras localidades, o africano foi empregado como auxiliar na lavoura, levando a cidade a ser um importante entreposto comercial e agrícola entre São Luís e Belém. Somente em 1854 se confirma a elevação da vila à cidade, pela resolução de n.º 252, de 02 de outubro, por determinação do Presidente da Província, tenente-coronel Sebastião do Rego Barros, com o nome de Bragança.

A cidade de Bragança é, por certo, uma das principais de todo o Nordeste do Estado e que se apresenta por traços peculiares de sua população, como a hospitalidade, o seu flutuante comércio, a sua agricultura em torno da mandioca, a organização social, cultural e econômica de um lugar que se posiciona entre o Pará e o Maranhão. Atualmente, tem uma área de 2.090,234 km² e se limita ao Norte com o Oceano Atlântico, ao Sul com as cidades de Santa Luzia do Pará e Viseu, a Leste com a cidade de Augusto Corrêa e a Oeste com as cidades de Tracuateua e Capanema. Segundo o IBGE (2010), a população é de aproximadamente 113.863 habitantes.

A população bragantina é formada por elementos étnicos que estão em três grandes grupos – branco, índio e negro – e os bragantinos intensificam essa mestiçagem também a partir da absorção de costumes cristãos, da sua religiosidade e de seus hábitos. Sem negar nenhuma contribuição, mas complementando-se, brancos vindos da cultura europeia, negros vindos da África e os descendentes de indígenas, ofereceram seus traços mais característicos, porções marcantes na língua, nos costumes e práticas culturais e nas crenças. Todavia, segundo RIBEIRO (1995) a análise da constituição histórica do Brasil, e conseqüentemente de Bragança, não pode ser vista somente sob o ponto étnico.

Uma copiosa documentação histórica mostra que, poucas décadas depois da invasão, já se havia formado no Brasil uma protocélula étnica neobrasileira diferenciada tanto da portuguesa como dos indígenas. Essa etnia embrionária, multiplicada e difundida em vários núcleos – primeiro ao longo da costa atlântica, depois trasladando-se para os sertões interiores ou subindo pelos afluentes dos grandes rios-, é que iria modelar a vida social e cultural do Brasil. Cada uma delas singularizada pelo ajustamento às condições locais, tanto ecológicas quanto de tipos de produção, mas permanecendo sempre como um renovo genésico da mesma matriz (2010, p. 269-270).

Bragança tem uma sociedade que se embasou na colonização portuguesa e nos elementos étnicos que compuseram o que pode ser conhecido por bragantino, adjetivo que envolve um aspecto tão bairrista quanto original, observação válida tanto para a vida social de seus habitantes, como nos casarões que refletem esse lusitano poder.

Agrega-se a isso, a grande massa de nordestinos e colonos do interior que comandaram a produção agrícola da zona rural de Bragança, dando ênfase aos produtos da roça, o que “endinheirou” um grupo social que foi responsável por certa elevação cultural (aos padrões das primeiras décadas do século XX), na produção e criação de associações sociais, culturais e grêmios que refletiram a opulência do comércio da primeira metade do século XX. A sociedade bragantina, formada por índios, padres, colonos, africanos e imigrantes de diversas partes da Europa, passou a ser, no período de atuação da Estrada de Ferro de Bragança-Belém (1908-1966), uma sociedade de proprietários, de trabalhadores, de caboclos, na verdade os mais autênticos portadores das variadas manifestações culturais, que vai desde o Ciclo de São Benedito²² e de sua Marujada, ao Boi-bumbá, do Xote às danças de salão europeizadas, das procissões aos terreiros de umbanda, do parto à benção. É característica a força do ciclo de São Benedito²³, que alia a festa religiosa e a cultura da Marujada, manifestação cultural que envolve rituais coreográficos e práticas religiosas. É pela festa e pela dança que a presença da devoção religiosa à figura de São Benedito e a pujança da Marujada se torna cada vez mais marcante no cenário regional, recriando-se e significando a principal colaboração de Bragança na história e na cultura paraense, há mais de 200 anos.

Essas interações, assim como o tema dessa dissertação revelam-se, intensamente, através da História Cultural²⁴, que em suas múltiplas facetas nos permite analisar o objeto de estudo em diversos enfoques, como em Peter Burke (2005). Michel de Certeau é outro historiador que faz menção à importância da abordagem da História Cultural e que aqui se configura num interessante aporte teórico. Na obra *A Cultura no Plural* (2005), privilegiou o estudo do campo da religiosidade da experiência mística, abordando temas religiosos, mas obtendo importantes inflexões teóricas acerca dos grupos sociais e de suas práticas culturais, referenciadas pelo passado, um espaço de movimentação, de construção.

²² Ciclo de São Benedito – O ciclo começa em meados de abril- quando as três comitivas de esmoladores partem de Bragança para as cidades vizinhas- e se encerra na primeira quinzena de dezembro, com o início da Festividade de São Benedito. Na festividade ocorre a manifestação cultural denominada Marujada de Bragança, que tem na música e na dança instrumentos de louvação ao Santo.

²⁴ História Cultural- A história cultural ocupa-se com a pesquisa e representação de determinada cultura em dado período e lugar. Ela não se dedica diretamente à história política ou à história oficial de países ou regiões. Na história cultural a cronologia não é tão relevante quanto na historiografia política. O historiador britânico Peter Burke é considerado um dos mais importantes representantes desse paradigma.

O trabalho proposto se apresenta como uma mostra das expressões e práticas culturais do partear, em múltiplos aspectos, no corpo desse texto, no contexto de uma memória, imbricada por aquilo que se constitui identidade, resultado de um processo de apropriação que todos fazemos com relação ao passado, distante ou recente, marco fundante dessa identidade e de toda uma memória, aspecto constante e que habita, como algo vivo, a mesma identidade.

Pois considerando que a cultura é uma formação compósita de determinado grupo social – pelo menos uma classe hegemônica e uma classe subalterna – é que entendo a identidade como uma construção, um processo, uma vez que entendo a identidade como a série simbólica que caracteriza certa cultura, como cardápio de ações, práticas, valores e características que formam um dado *ethos* que marca determinado grupo social face aos demais grupos sociais (FERNANDES 2011, p.31).

3.2- Recortes Biográficos



(Dona Noemi- processo de acompanhamento)

A memória é um cabedal infinito do qual só registramos um fragmento. Frequentemente, as mais vivas recordações afloram depois da entrevista, na hora do cafezinho, na escada, no jardim ou na despedida no portão, BOSI (1994).

A escolha da referida citação feita por Ecléa Bosi no seu livro *Memória e Sociedade: Lembranças de Velhos* (1994), não é sem propósito. Início o terceiro capítulo desta forma para deixar claro a consciência que tenho enquanto pesquisadora das limitações em se fazer um trabalho tendo como principal fonte a oralidade. Mas, ainda apoiada nessa mesma autora, é importante destacar que, se por um lado os dados aqui descritos não possuem quaisquer fontes escritas externas que poderão auxiliar na sua comprovação, e que muitas vezes os mesmos serão construídos cheios de lacunas e brechas, por outro, acredito que os deslizos cometidos serão menos comprometedores que os incontáveis apagamentos feitos pela história dita oficial, sobre a vida e o cotidiano de muitos grupos sociais. “Os livros de história que registram esses fatos são também um ponto de vista, uma versão do acontecido, não raro desmentidos por outros livros com outros pontos de vista” BOSI (1994, p. 37).

Noemi Santos Ribeiro, conhecida por todos os “cantos” dessa cidade como Dona Noemi, ou ainda, Tia Noemi, nasceu em 10 de março de 1932, filha de Marcelo Alves Ribeiro e Virgília Santos Ribeiro. Passou os 10 primeiros anos de sua vida em Jandiá, distrito de Tracuateua, na época, município de Bragança. No ano de 1942 veio para esta cidade, para cursar a 3ª série primária no extinto Externato Santo Antônio. De família humilde, teve uma infância cuja lembrança se mistura entre a roça e os estudos.

O Santa Teresinha, mas o Santa Teresinha era muito caro, meus pais pobres, não tinham dinheiro para pagar, aí eu estudei no Externato, no Externato Santo Antônio, era um lugar onde os filhos dos pobres podiam estudar, só estudei a quinta série no Santa Teresinha.

Vale esclarecer que a narrativa de Dona Noemi, não pode ser apreendida como uma invenção reservada, pois apesar de seus relatos estarem diretamente conectados às suas histórias pessoais, eles são diretamente influenciados pela voz que narra, seu grupo de interação, suas visões morais e sociais. Afirmar-se, portanto que, pela capacidade de contar e recontar histórias percebe-se o conhecimento que o sujeito tem sobre si mesmo e sobre os outros com os quais interage em comunidade, isso fica evidente na fala de Dona Noemi: “No externato Santo Antônio, era o lugar onde os filhos dos pobres podiam estudar”. Nessa lógica, Walter Benjamin (1980) discutirá a narrativa enquanto trocas e difusões de experiências entre gerações, no movimento coletivo de tradições, ao relacionar fatos narrados com fatos vivenciados, não sendo plausível compreender narrativa distanciada da ideia de memória. O narrador, encarregado do trabalho de rememorar, por mais que nos descreva histórias

assinaladas por visões de mundo particulares, ainda assim, transcende a memória individual, apoiando-se sempre na memória coletiva e, portanto, social, formada no vestígio do grupo a que pertence.

De seu pai, lembra a firmeza do caráter e a influência que tinha junto a muitos políticos da época. Fato que lhe rendeu a oportunidade de estudar em Belém. Da mãe, recorda toda a educação recebida, que ia desde os bons modos ao sentar, ao vestir e principalmente, em como portar-se frente às pessoas. Fala com muito orgulho dessa educação recebida, e não me recordo em nenhuma das conversas que tivemos tê-la ouvido fazer qualquer tipo de comentário que revelasse considerar os ensinamentos dados por seus pais, como severos, ou autoritário, ao contrário, tece com relativa frequência elogios à forma como foi educada, conforme podemos observar nas palavras destacadas abaixo.

Eu tive uma infância boa sabe Maria, meu pai fumava, mas nunca bebeu e era um homem muito conhecido. Minha mãe morou em casa de família e nunca foi chamada atenção, assim ela aprendeu muita coisa, **e sempre ensinou para todas nós como sentar, como comer, como se vestir, e respeitar às pessoas**. Até hoje eu tenho uma coisa comigo, eu gosto de ir votar elegante, de roupa nova, acho muito feio todo mundo agora só de bermuda e sandália.

Realidade comum às moças da época, após concluir os primeiros anos de estudos, mudou-se para a capital do estado, Belém, onde se matriculou na Escola de enfermagem Magalhães Barata, que hoje faz parte da Universidade Estadual do Pará. Ali estudou durante um ano e três meses, fazendo o curso de assistente em enfermagem, e concomitante estagiando no Hospital dos Marítimos. E já com o referido curso de assistente em enfermagem concluído retornou à Bragança. Com a inauguração do Posto de Puericultura, atual posto de Saúde Ruth Bragança, se tornou a primeira funcionária daquele espaço, juntamente com um médico chamado José Gondim, onde ficou trabalhando por cinco anos consecutivos.

Na tentativa de problematização do discurso de Dona Noemi é notório perceber que seu fazer se dá na constante interligação entre sua prática de vida e os conhecimentos adquiridos no curso de enfermagem. O trânsito feito por Dona Noemi nesses dois espaços nos remete a ideia fomentada por Bhabha (1998) sobre o conceito de “entre-lugar”. Para o referido autor, cultura é diversidade, mas igualmente existe um “local da cultura” apontado às sociedades. Bhabha assinala de “entre-lugar” esse “local”, onde ocorre um choque cultural constante, onde as distintas culturas disputam seus espaços, sem, contudo, nunca haver

hegemonia de uma ou de outra. Com o conceito do “entre-lugar”, Bhabha rompe com a ideia antropológica da aculturação, coisa passiva, como também invalida historicamente o conceito de dominantes e dominados para acostar-se do que Mikhail Bakhtin define por “circularidade cultural”.

A história de Dona Noemi se confunde com a história desta cidade. Em todas as suas narrativas é possível detectar incontáveis fatos históricos, como surgimento de Escolas, de Hospitais, mas é a política da época que ganha mais notoriedade em sua fala, pois foi através de um ato político que adquiriu seu primeiro emprego. Contudo, foi por conta dessa mesma política que, depois de cinco anos, após nova eleição nesta cidade, foi exonerada de seu cargo, fato relatado com certa nostalgia, mas que abre caminho para que a partir daí comece de fato, e sem o auxílio de médicos, a desenvolver seu ofício, seu trabalho, seu dom enquanto parteira.

Aí eu vim..., inauguram o posto, o posto de Puericultura, foi o tempo que inauguraram também a Escola Paula Pinheiro. E nesse tempo o posto de Puericultura atendia as gestantes e as crianças, por isso que era... Aí eu fui trabalhar pra lá e veio o doutor José Gondim, era um Cearense gordo, um médico gordo. Aí fiquei trabalhando com o doutor, atendendo, fazendo fichário, tudo, era tudo, era eu, ele, o servente, que era o Seu José Crispim ali. Aí ele começou a botar funcionárias, aí veio umas três, veio a mulher do Álvaro Castanho pro fichário, aí eu fiquei. Trabalhamos cinco anos, que nesse tempo o governador era cinco anos. Veio outra campanha, aí nesta outra campanha quando foi o Barata que ganhou, aí o Barata ganhou, esta Rute Bragança era muito má, criatura muito má. Ela era da liga feminina do Magalhães Barata, do PSD, aí ela mandou o nome de todo mundo que foi nomeada no tempo do Assunção, aí eu fui exonerada, foram todo mundo exonerado, eu, a do Álvaro Castanho, todinhas. Naquele tempo a política era ferrenha minha filha, Ave Maria, se eles sabiam que era de um partido aquele ia até o fim do mandato, enquanto eles tavam no poder a gente ficava, era assim.

Se por um lado sua prática e sua vida sempre estiveram direcionadas ao povo, por outro lado, é comum perceber desde a infância e até hoje o constante contado que estabeleceu com pessoas ligadas ao poder, sendo ela mesma muitas das vezes tida enquanto alguém de poder.²⁵ “Aí fiquei trabalhando com o doutor, atendendo, fazendo fichário, tudo, era tudo”.

Dona de uma personalidade marcante, nunca admitiu atrasos, deixou isso claro desde o primeiro contato, fato que procurei respeitar durante todo o percurso investigativo, e que acredito favoreceu positivamente nossa aproximação. Apesar da avançada idade, das constantes dores sentidas em virtude da artrose e do reumatismo que acomete sua saúde, é notável a memória viva e forte de Dona Noemi. Durante as raras entrevistas e nossas infindáveis conversas, sempre demonstrou interesse em narrar sua vivência, sendo que houve

²⁵ Neste sentido ver HALL (2009), “Notas sobre a desconstrução do Popular”.

um único momento que foi relatado em meio à tristeza e até lágrimas. È ao falar de sua casa, da construção de seu lar que suas mais fortes emoções afloram.

Tinha noite de eu fazer quatro partos, e não tinha carros, tinha uma vida sofrida nessa parte, às vezes eu digo assim: Essa casa, essa casa é muito importante para mim, quando eu morrer eu não quero que vendam, porque foi construída com muito sacrifício minha filha, fui juntando um dinheirinho e construí, mas, mas foi várias noites sofridas.

Uma característica da personalidade dessa mulher, que merece destaque e que a singulariza em um comparativo às muitas parteiras dessa região, é o fato de Dona Noemi nunca ter casado e nem tão pouco ter tido filhos próprios, todavia, os motivos que a levaram a ter essa opção foram minimamente comentados, ou propositalmente omitidos durante a pesquisa²⁶. Das raras vezes que a conversa caminhou nesse sentido, as explicações giravam em torno da falta de tempo provocado pelo seu trabalho. Confesso que não insisti muito em saber desse assunto, ou o que soube não posso comentar, uma vez que notava certa resistência em falar sobre ele. “Muitas passagens não foram registradas, foram contadas em confiança, como confidências” (BOSI 1994, p. 39).

Paradoxalmente, teve 13 filhos adotivos. Entre eles estavam filhos de suas irmãs e crianças que vinham do interior para estudar em sua casa e acabavam ficando até adultos, até formarem-se, muitos ainda estão até hoje morando com ela. A maioria desses filhos adotivos foram trazidos ao mundo pelas suas próprias mãos. Durante a última conversa que tivemos me chamou atenção essas mulheres entrando e saindo de sua casa, pedindo a benção de Dona Noemi. Para mim, o mais surpreendente nessa última percepção, foi vê-la levantar-se para pegar exatamente \$5,00 (cinco reais) para dar a uma de suas filhas para que comprasse danone a um de seus netos. A alegria era estampada em seu rosto.

Essas demonstrações de cuidado que tive oportunidade de assistir durante a pesquisa, me possibilitam fazer algumas conjecturas, que em certo momento podem não corresponder à

²⁶ Michel Foucault em seu livro *A ordem do discurso* (2004) trata a ideia da produção do discurso afirmando que, este é regulado, selecionado, organizado e redistribuído dentro da sociedade. Parte ainda do fato de que alguns assuntos e discussões são “proibidos” em alguns espaços sociais e por vezes, dentro de toda sociedade. Segundo Foucault, existem procedimentos de exclusão dentro da construção do discurso, quais sejam, interdição, separação ou rejeição. No tocante ao procedimento de interdição o discurso é delimitado por três fatores: “Tabu do objeto”, “ritual de circunstância” e “direito privilegiado”. “Temos consciência de que não temos o direito de dizer o que nos apetece, que não podemos falar de tudo em qualquer circunstância, que quem quer que seja, finalmente, não pode falar do que quer que seja” (FOUCAULT, 2004, p. 2).

verdade. A primeira se pauta na premissa de que essa senhora se tornou consideravelmente cedo uma espécie de arrimo de família, a matriarca, o que de certa forma acabou lhe tirando o tempo para cuidar de si, ou até mesmo formar sua própria família. E a segunda está o fato do seu próprio trabalho lhe demandar um grandioso tempo, não lhe sobrando muito espaço para suas próprias vontades. "Tinha noite de eu fazer quatro partos, e não tinha carros, tinha uma vida sofrida nessa parte".

Parteira por mais de cinquenta anos é mais que normal o fato de Dona Noemi ter visto essa cidade mudar. Fala com muita propriedade das modificações sofridas nos aspectos físicos, políticos, econômicos e sociais. Ao relatar sua chegada a Bragança, diz que o bairro onde mora, bairro do Alegre, não tinha rua, somente caminhos, assim como a maioria da cidade. Conta com considerável precisão das mudanças ocorridas ao longo desse tempo, do bairro da Aldeia enquanto espaço de mangue, do Rio Caeté que em suas grandes águas vinha até o atual mercado de carne, da quase inexistência do bairro do Riozinho e outros. Mas é ao falar da segurança que tinham na época, que denota um saudosismo. Argumenta que podiam sair a qualquer hora da noite, sem que houvesse perigo em serem roubados.

A gente saía de madrugada minha filha, às vezes de pé, de cavalo, naquelas vespinhas, que agora chamam biz, de todo jeito. Porque naquela época não tinha muito carro não, e quando uma mulher precisava, a gente tinha que atender, por debaixo de chuva, seja como fosse, mas não tinha perigo naquele tempo, parece que não tinha muito ladrão.

Todo esse tempo de serviço prestado lhe renderam autoridade e destaque social, não só entre os habitantes ou entre as parturientes, mas também entre as outras parteiras da região bragantina, que em conversas tidas sempre citaram Dona Noemi como referência no ofício de partejar.

São incontáveis os partos que fez, estima-se ser em um número acima de 1.000, embora não se possa precisar esse dado, sendo que teve suas anotações perdidas no decorrer desses 50 anos. Ao longo de sua trajetória chegou a fazer 19 partos de uma mesma senhora. Dentre os partos nasceram muitos médicos, cantores, padres, prefeitos e até o atual vice-prefeito, que também é médico. Tudo isso lhe rendeu variados convites a eventos, como desfile de Sete de setembro, gincanas educacionais, diplomas de honra ao mérito, certificação de cidadã bragantina e muitos outros reconhecimentos, como o fato de ter seu nome dado a

um Posto de Saúde, conforme gravado nos seus inúmeros porta retratos, que faz questão de exhibir aos que lhe visitam.

Eu trouxe muita gente a esse mundo Maria, muitos médicos, padres todo tipo de gente, não sei dizer quantos, logo no início eu até anotei, mas depois eu deixei pra lá. Já peguei muita gente ilustre, mas infelizmente já peguei muita gente que se tornou bandido, tem uns que até hoje vem me visitar, mas tem outros que não dão nem as horas, eu acho muito feio isso. Eu não sei aonde esse nosso mundo vai parar, as crianças de hoje não respeitam os mais velhos, elas não respeitam nem os pais.



(Diploma de Honra ao Mérito concedido pelo Poder Legislativo Municipal em 1994)

Mas seu trabalho não significou só reconhecimentos e nem tão pouco só alegrias, ao longo da pesquisa, foi comum falar das tristezas, das acusações sofridas, das dificuldades enfrentadas, dos medos, das inseguranças sentidas nas mais adversas situações e principalmente dos conflitos internos pelos quais passou.

3.3- Desafiando o tempo e o espaço para cumprir seu destino

A coisa mais linda minha filha é ver uma criança nascer

Dona Noemi (Bragança, Pará, 2013).

Lamparina, estrada de chão, tempos chuvosos, tempos de verão, madrugadas afins. São incontáveis as dificuldades passadas por Dona Noemi para que pudesse dar conta daquilo que considera uma dádiva divina, mas, apesar das imposições feitas pelo tempo e pelo espaço vividos por essas mulheres, estes nunca chegaram a significar empecilhos na execução do trabalho de Dona Noemi, ou de qualquer outra parteira dessa região. Ao contrário, uma das características que marca o fazer das parteiras tradicionais é justamente o fato de o considerarem com um dom, tirando-o da categoria de um simples trabalhado, esse fazer é encarando como uma missão que receberam, por isso não existe a possibilidade de não executá-lo.

Sobre Dona Noemi é importante destacar, logo de início, que por mais que tenha feito curso de assistente em enfermagem, conforme citado acima, e não se considerar uma parteira curiosa²⁷, através de suas narrativas deixa escapar que carrega consigo o dom²⁸ de partejar, tendo sido a Escola um meio pelo qual aperfeiçoou seu fazer. Filha de uma família de parteiras curiosas e benzedeiras ela sempre esteve ligada a essas práticas, e através da convivência direta com sua avó adquiriu os conhecimentos necessários para se tornar parteira.

Eu tinha muito jeito desde criança, eu tinha muito jeito de ensinar remédio, de ajeitar, minha vó era parteira, **parteira curiosa**, e às vezes eu ia com ela [como é curiosa?] que não teve estudo né? que foi de natureza, chamavam elas de parteira curiosa, ela era uma boa parteira, nesse tempo tinha muito, agora não tem nenhuma, já quase não se acha, já tão tudo velha, umas mortas já, **parteira curiosa**, elas faziam nesse tempo parto de peito, de nádega, como eu fazia também. [Então a Senhora não é uma parteira curiosa?] Não! mas eu talvez já tinha, porque eu gostei da profissão, e tudo aquilo que a gente gosta, a gente faz com amor, então pra mim eu já tinha esse dom. Olha! ensinar remédio, eu gravava logo, eu pequenina, eu vim do sítio com dez anos, mas eu já sabia as ervas pra remédio, eu ouvia da minha vó e parece que aquilo gravava na minha cabeça. [A sua mãe não era?] Não! Só minha avó, agora na minha família tem demais parteira, parteira curiosa. DONA NOEMI (Brangança - PA, março/2012).

O exercício de partejar para a maioria das mulheres da Amazônia não tem se dado de forma consciente ou planejada. É comum nos relatos de Dona Noemi notar que são as necessidades emergenciais, surgidas em conjunturas antagônicas que promovem o aparecimento do dom. E nesse momento reclamam-se os ensinamentos apreendidos ou

²⁷ Parteira Prática- Parteira que tem seus conhecimentos apreendidos no convívio com os mais velhos, seja de sua própria família ou da comunidade onde está inserida.

²⁸ Parteira de Curiosa- Parteira que tem seu aprendizado ligado à ideia de dom, é presente nessa categoria o Sonho ou o Choro, como citado adiante, como parte do processo de iniciação.

deixados por outras mulheres, pela mãe, pela avó, pela tia, ou simplesmente por alguém mais velho da comunidade, para justamente rememorar a forma como deveria ser arranjado aquele momento singular.

Dessa forma, a memória evocada por essa mulher, que em determinado momento torna-se parteira, faz parte de uma memória que não é só sua, mas de muitas outras mulheres, que trazem consigo ou adquirem através das suas vivências, a missão de cuidar de outras mulheres, ou seja, isso as torna parte de um determinado grupo social criando nelas um sentimento de pertença, pois segundo Bosi (1994) “se lembramos, é porque os outros, a situação presente nos faz lembrar”.

Esclareço novamente, que a intenção não é engessar a cultura que permeia o saber das parteiras tradicionais. Contudo, não se pode negar que existe um substrato comum que as envolve, a forma como seu saber se materializa tem correspondência direta com o grupo a que pertence. “A memória do indivíduo depende do seu relacionamento com a família, com a classe social, com a escola, com a igreja, com a profissão; enfim, com os grupos de convívio e os grupos de referência peculiares a esse indivíduo” (BOSI, 1994, p. 54).

As mulheres amazônicas, como é o caso de Dona Noemi, são produtos de uma situação social muito característica, a maioria desses sujeitos sociais se insere na tradição de partejar com o objetivo de ajudar, embora muitas delas tenham presenciado em conjunturas familiares, situações práticas que propiciaram um primeiro contato nesse sentido. Apesar disso, o primeiro parto é sempre marcado por uma situação inesperada, onde uma necessidade imediata gera a possibilidade de materialização de um saber. Para Dona Noemi não foi diferente, por mais que já tivesse assistido a muitos partos na companhia de médicos, relata com certa emoção a primeira vez que fez parto sozinha.

O doutor Gondim sempre dizia para eu fazer sozinha, mas eu nunca tinha feito. Ai um dia vieram me chamar aqui em casa, ela já tava com dores, foi o parto da Luiza Soares, mais ou menos em 1953, essa menina mora em Santa Catarina, parece. Pois sim, quando eu cheguei lá, fui lembrando de como era feito tudo, aí nasceu um menina, o nome dela é até Luiza, eu fiquei muito feliz, cortei um umbigo direitinho e pronto, a partir daí não parou mais. DONA NOEMI (Bragança, Março de 2012).

Mas, apesar do ato de partejar se corporificar através de uma ação prática, o parto, é visível que o mesmo não pode ser visto dentro de uma lógica objetiva e material. Ao

contrário, apesar de percebermos que ao longo dos tempos tem se configurado em um evento que ganha variados significados, o saber-fazer das parteiras tradicionais transita na vida material e imaterial, sendo as relações simbólicas fatores fundantes na construção dessa atividade. Os relatos dessas mulheres ratificam a exteriorização do valor dado a sua coragem e fé, caracterizando-se como fonte de proteção e acompanhamento transcendental, ostentando uma identificação religiosa, de crença, como católicas, evangélicas ou mães-de-santo.

Para a maioria das parteiras, a missão de partejar é como uma dádiva, um dom que receberam de Deus para ajudar e servir outras mulheres que precisam. Concebido dessa forma, na maioria dos casos a única moeda de troca é mesmo a solidariedade. Isto nos leva as formulações feitas por Mauss (1974) sobre a tríplice obrigação *dar, receber e retribuir*. Para clarificar, destaco um fragmento mais extenso da fala de D. Noemi em que deixa claro que seu trabalho não estava vinculado a pagamentos, mas em um compromisso social de servir.

[Elas lhe pagavam?] Não. Pra pagar dependia, as que tinham condições essas me pagavam, mas era bagatela, não que eu cobrasse, os que tinham davam alguma coisa, mas os que não tinham eu fazia de graça, eu fazia de graça mesmo. Cansei de ir, de fazer, de ir nessa distância, porque eu era chamada. Até hoje eu tenho aquilo, de arranjar lençol usado e roupinhas para dá pra elas. Sabe minha filha, tinha mulher que não tinha o que vestir, tinha criatura tão pobre que dava pena. Eu disse que agora o povo do interior tão tudo rico (RISOS), porque naquele tempo, vocês não sabem. Minha filha eu sei, quantas vezes eu fui fazer partos em mulheres que não tinha nem roupa para o neném vestir no outro dia quando eu ia dá banho, vestia aquelas camisinhas de pano velho, feita já de pano velho que elas faziam. Às vezes a criança urina muito de noite, minha filha, no inverno então, ai não tinha roupa pra mudar, era só fundo de rede pra forrar tudo. Eu digo é muito, hoje em dia elas já têm aquela bolsa família, elas já têm mais condições, mas naquele tempo, eu digo é muito, eu comento, hoje em dia os pobres estão tendo esse auxílio que o Lula deu, parece que foi o Lula. Tinha vezes de eu levar a minha anágua, de tirar minha anágua pra dá pra elas, porque naquele tempo mulher usava anágua, não era?[era!] E eram aquelas anáguas largas que a gente usava debaixo do vestido, era largona, cansei de fazer isso, e ai desde esse tempo eu peguei o hábito. Quando eu fazia parto dessas mulheres mais ou menos, aí eu sempre dizia: Olha comadre, sempre elas tratam de comadre, quando a senhora não quiser usar mais, guarde pra mim, pra eu dar para os outros, levar para o sítio, quando eu for, porque é horrível minha filha, é horrível não ter nada para oferecer a um filho quando nasce. Agora quando eu fazia parto dessas mais ou menos, como do doutor Mário Júnior do estômago, eu peguei todos os filhos da comadre Selma, a mãe dele, só não do último que ela se operou para encerrar [dos Persi?], sim dos Persi! Essas ricas sempre me ajudavam.

Marcel Mauss parte de duas grandes problematizações, que aqui cabe destacar. A primeira sugere que o valor das coisas não pode sobrepor-se ao valor relações; e a segunda, que o simbolismo é fundamental para a vida em sociedade. As construções erigidas por esse

autor, conhecido no Brasil como antropólogo e etnólogo, foram erigidos apoiados numa extensa gama de estudos etnográficos de distintos grupos humanos. Mauss valeu-se das vivências e dos dados dos estudos de Bronislaw Malinowski o intercâmbio do kula registrado entre habitantes das Ilhas Trobriand; a instituição do Potlatch dos índios da costa do Pacífico no Noroeste da América do Norte e outros estudos etnográficos de povos da Polinésia em que aparece a prática generalizada de troca de presentes em sociedades não europeias. Reflete concomitantemente a história da Índia, e indica que as descrições de troca de presentes também podem ser localizadas nas sociedades mais desenvolvidas.

Para Mauss, já nas sociedades primitivas, a norma fundamental de convivência não assentava-se em contratos, mas sobre três obrigações complementares: dar, receber e retribuir. As relações de trocas aconteciam por diversas outras motivações que suplantam os interesses materiais e utilitários. Inclusive, para ele, trocamos, sobretudo por ensejos simbólicos. De acordo com essa proposição, o ser humano não carece ser visto como um *homo oeconomicus*, isto é, não pode ser abalizado e problematizado a partir da lógica do mercado, onde o homem obteria o que lhe cobiça e comercializaria aquilo que não tem necessidade. Nessa visão, as relações sociais do dom seriam restringidas às relações de troca e venda retirando o ser humano do conjunto das relações e das atividades sociais inerentes à sua condição.

Contraopondo-se a essa visão utilitarista, o paradigma da dádiva ou do dom, preconizado por Marcel Mauss, constitui um sistema diferenciado em que atua a ideia de reciprocidade, sendo as relações sociais marcadas por trocas materiais e simbólicas. Nessa conjectura Mauss procurou demonstrar que os fenômenos do Estado, tão evidentes nas sociedades modernas, não são absolutos nem tão pouco universais. Atentando-nos para o fato de que, é possível perceber em todas as sociedades, sejam elas tradicionais ou não, a presença perene desse sistema de reciprocidade interpessoal, conhecido como dádiva ou dom Mauss (1974).

Elas me davam galinhas, agrados, um real, qualquer coisa que podiam. O último parto da família do Dr. Mário Júnior, da comadre Selma, eu ganhei seis cruzeiros. Agora quando a gente ficava lá com elas, esperando a hora do parto, ou quando ia dá banho nas crianças, tudo que elas davam para os filhos elas davam para as parteiras, DONA NOEMI (Bragança, maio de 2011).

As ideias sobre dádiva e dom feitas por Mauss nos auxiliam a apreender que a prática de partear é, sobretudo, um ato de partilha, de trocas materiais e imateriais. Logo, não pode ser abarcada somente a partir das instâncias material e objetiva. Se pensarmos em todo o

processo de doação contidos nas ações das parteiras tradicionais, notaremos que essa atuação ultrapassa a noção de objetividade. A parteira doa seu tempo, seu serviço, sua reza à parturiente e esta por sua vez como forma de paga, concede-lhe além de uma gratidão eterna, todo e qualquer bem que sua condição possa oferecer.

A retribuição também era naturalizada como uma contrapartida à caridade, à ajuda, e ao sacrifício feito por uma mulher que, com certa idade, deixa sua casa, seu filho, roça, animais no meio da noite e atravessa vários quilômetros de rio para estar com outra. Esta disponibilidade era reconhecida. O tipo e quantidade exatos de uma retribuição não eram previsíveis e partiam de forma espontânea dos maridos da parturiente (FLEISCHER, 2011, p. 172).

Apesar do parto propriamente dito se configurar no ápice das atividades das parteiras, é importante ressaltar que toda a ação de partejar compreende um processo que antecede esse momento e está para além dele, o cuidado com a outra mulher é realmente um longo caminho a ser percorrido por parteira e parturiente. E embora muitos autores tenham dedicado suas reflexões sobre essa temática, todavia, como bem cita Soraya Fleischer (2011), os momentos que antecedem e sucedem o parto ainda foram pouco problematizados. Ao longo dos quase dois anos que estive junto com Dona Noemi, nas entrevistas, conversas ou simplesmente assistindo-a a atender “suas mulheres”, foi justamente o processo de acompanhamento que tive maior oportunidade de visualizar e algumas vezes até participar, sendo que o último parto assistido por ela foi há três anos, aos 78 anos de idade.

No nosso primeiro contato, que se deu no final da tarde do dia 21 de maio de 2011, foi comum pessoas, de diferentes idades, pararem em frente à sua casa somente para pedir sua bênção. Eram seus “filhos de umbigo”, denominação usada por ela para aqueles a quem fez o parto. Assisti também muitas senhoras passarem para marcar uma hora para ser atendida. Era a partir daí que aconteceria o processo de acompanhamento. Essas mulheres vinham dos mais diversos cantos da cidade, muitas delas, senhoras que foram acompanhadas no passado e agora já traziam suas filhas e netas para serem cuidadas por essa parteira, notei que a maior demanda ainda continua sendo das comunidades circunvizinhas. Mas era relativamente grande a frequência de mulheres oriundas dos bairros de Bragança.

Percebi, então, que esse momento que precede o parto era precisamente o que produzia condições para que a parteira pudesse lançar seu diagnóstico sobre aquela gravidez. Deitadas em uma cama no quartinho da casa de sua parteira, as futuras mães deixavam claro aceitar os cuidados de Dona Noemi, existia ali uma cumplicidade e uma aceitação da

autoridade dessa mulher. Esta, por sua vez, examinava atentamente e cuidadosamente as barrigas, aplicava massagens, que iniciava com toques leves para a identificação da posição do bebê, essa astúcia era possível primeiramente a partir da identificação de alguns órgãos, como o coração. Segundo Dona Noemi, essas massagens, denominadas por muitas de “puxação”, contribuem inclusive para que uma criança possa nascer com vida. Era um momento ímpar de conversação, partilha e aproximação entre parteira e parturiente, risos, conselhos e até reclamações eram comuns.

Quando elas falavam comigo adiantada, eu ia passando os remédios para elas tomarem, mas às vezes me chamavam de sopetão, eu ia, mas ficava preocupada, porque não tinha acompanhado. Agora o que sempre aparecia era albumina, albumina em gestante é muito ruim. Mas quando falavam comigo logo no início, eu começava desde cedo o tratamento, acompanhava elas, fazia a *puxação*. (DONA NOEMI, Bragança, março de 2011).

O processo de acompanhamento arranjado pela parteira, além de seu caráter prático, serve também para fazer nascer uma maior proximidade entre essas duas mulheres, os laços fundados ajudam a criar vínculos de confiança e afetividade que se estende a toda família das parturientes. E embora em alguns casos essa aproximação aconteça somente no momento do parto, é muito mais corriqueiro que de antemão as parteiras sejam procuradas para que desde o início da gestação possam prepará-las para o momento do nascimento da criança.

Como parte desse processo, um fator bastante visível na prática de partejar desta região é justamente o uso da chamada medicina popular, observa-se uma relação estreita entre a parteira e as plantas medicinais. E se por muito tempo essa característica esteve restrita às populações das comunidades das áreas mais isoladas, o discurso de Dona Noemi, em pleno século XXI, vem deixar claro que há muito essa realidade se modificou. Em dias atuais a medicina alternativa alçou voos significativos, sendo bastante comum seu uso também nas grandes e médias cidades.

O objetivo aqui não é iniciar uma discussão sobre a relevância adquirida pela medicina popular ao longo dos tempos. É antes de tudo compreender a importância que possui o uso de plantas medicinais para as parteiras tradicionais. Em princípio compete destacar que todo o conhecimento acerca dessas substâncias bem como seu devido uso são partes integrantes do legado cultural que essas mulheres possuem. Essas plantas são usadas durante todo o processo

de gestação, pois transformadas em banhos chás, óleos, são partes fundamentais no cuidado das parturientes e dos bebês.

Quando elas falavam comigo para eu fazer o parto, eu começava já a dar remedinho, mandava elas tomar muito suco de *laranja da terra*, suco de laranja da terra é ótimo, *a verônica* é bom também pra anemia, e pedia também para tomar remédio diurético, e elas obedeciam, começavam tomar desde cedo, e eu acompanhava a barriga delas, muitas vinham aqui, outras eu ia na casa delas. E comigo graças a Deus nunca aconteceu de morrer nenhuma criança. Dona Noemi (Bragança, março de 2011).

O uso das plantas medicinais não se restringe somente às parturientes, pois tão logo nasçam as crianças já estabelecem os primeiros contatos diretos com uma infinidade de remédios caseiros. No ato de cortar e cuidar do umbigo, um dos primeiros procedimentos pós-parto direcionados aos bebês, as parteiras já se utilizam de substâncias como o azeite de andiroba para ajudar no processo de cicatrização, conforme relata Dona Noemi.

Quando a criança nasce a gente tem que saber cortar direitinho o imbigio dela para não inflamar, eu sempre falava para as mães: tem que cuidar direitinho desse imbigio, eu gostava de usar andiroba ou azeite doce. A gente pega um algodão ensopa de azeite de andiroba e amarra bem pertinho do imbigio, ai quando o imbigio cai já tá saradinho.

Esse cuidado dispensado às parturientes, com o auxílio das plantas e ervas medicinais, constitui-se em um processo consideravelmente longo, que inicia no tempo de gestação e dura todo o tempo do resguardo, período que compreende 40 dias. Assim, as recomendações consistem no que deve ou não ser ingerido, na não realização de esforços físicos, na abstinência sexual durante e após a gravidez, mas principalmente na rigorosidade no uso dos remédios indicados, o que segundo as parteiras, contribui para que o parto aconteça sem maiores complicações.

Eu dizia era muito para elas: minha filha desinflama, não coma comida remosa de seis meses em diante, que vocês têm um parto rápido que nem é com as dores que vocês pensam, dilata que é uma beleza. Mas elas são teimosas. Mas eu sempre tinha aquilo, quando elas vinham falar comigo, eu ficava verificando as barrigas, olhando, passava um remedinho, por causa da albumina, albumina e anemia é muito perigoso num parto. E depois do parto ainda tinha o resguardo, tinha que ficar pelo menos os 40 dias dormindo longe dos maridos, agora minha filha, as mulheres de hoje não respeitam isso, é por isso que tem tanta complicação.

Não descarto a ideia de que a utilização desses remédios possa estar atrelada às condições financeiras de muitas famílias desse país e principalmente desta região, mas acredito que sua utilização se deva, acima de tudo, ao poder de cura impregnado historicamente neles. O uso de ervas medicinais, a maioria delas cultivadas no fundo do quintal, é um exercício secular fundado na ciência popular e transmitido oralmente, na maior parte das situações. É raro encontrar alguém que não cuidou a cólica infantil com camomila ou erva-doce ou o mal estar de uma ressaca com chá de folhas de boldo, sem nenhuma receita médica. Isso tudo nos dá respaldo para afirmar que, através das experiências práticas repassada de geração em geração essas ervas e plantas foram ganhando simpatia e força, o que as tornou parte de uma herança cultural. Assim, nossas frutas, raízes, folhas e frutos transformados em óleos, chás, pomadas, tem ocupado um papel significativo na vida das parteiras, das benzedadeiras, dos curandeiros e tantos outros agentes nesse Brasil afora.

Como afirmei anteriormente o parto compreende o ápice do trabalho das parteiras. Assim, é sobre esse momento que quero debruçar-me agora, tentando ressaltar algumas, das várias nuances que o envolvem. Apoio-me na fala de Dona Noemi destacada no início deste subcapítulo, para principiar essa reflexão: “a coisa mais linda minha filha, é ver uma criança nascer”. Esse pequeno fragmento carrega em si uma gama de significados. Fica marcado nesse discurso que por mais que o processo de acompanhamento, que inclui a puxação, o uso das plantas medicinais, as visitas programadas, tenha sua importância, o parto é o fim para o qual todos esses outros momentos convergem. Pois ser parteira é pegar vida com as mãos, é trazer à vida, é ajudar a fazer nascer. Dessa feita, nem distâncias, nem o tempo, ou qualquer outro tipo de empecilho podem ser configurados como justificativas para que de fato a atividade de partejar se efetive.

Era minha filha, eu ia para muitos lugares. Eu fui para o Vinte e Cinco, para o Vinte e Um, para o Acarajó. Nesse Acarajó as mulheres tinham muita albumina. Nesse tempo era bicicleta, nesse tempo não tinha carro, só quem tinha carro nesse tempo era o pai do Cláudio Abdon que tinha um caminhão, que o resto não tinha. Às vezes quando eu digo assim: Ah minha filha é tão ruim tá dormindo e aí vir chamar. A gente saía por debaixo de chuva, aqui na cidade mesmo que eu ia a pé. Eu fazia muito parto, não sei se elas gostavam. Aquele Samaumapara nesse tempo era uma capoeira, hoje em dia quando eu vejo o Samaumapara, tá tão diferente, mas não tinha ladrão. Ia para o Urumajó, aquela professora Benedita Coutinho que ainda é viva, eu fiz os dois partos dela, ela só teve dois filhos. Eu ia pro Urumajó, e nesse tempo era o Benedito Ataíde o prefeito, só Ele que tinha carro. Eu ia de bicicleta, uma vez eu fui a pé para o Urumajó.

Com o início do trabalho de parto, a parteira é convocada a estar junto de sua parturiente. Ao perceber que tudo transcorre normalmente e ainda resta algum tempo para a expulsão do feto e da placenta, pode então arranjar-se de forma calma e com os cuidados devidos. Por esse motivo, não agradava muito serem chamadas para fazer partos de mulheres que não haviam feito o processo de acompanhamento, não tendo condições, portanto, de fazer ingerências sobre as condições do bebê, muitas vezes tendo que reposicioná-lo naquele momento, o que, segundo Dona Noemi, poderia causar sofrimentos desnecessários. Mas isso em geral não acontecia, pois era comum a gestante passar por todo o processo de acompanhamento com única parteira.

Tendo integral conhecimento da situação, iniciava-se o processo denominado por Dona Noemi de “acalmar essas mulheres”, pedia que caminhassem, que comessem algo, que tomassem uma chá, tudo isso sob sua orientação e sua conversa incentivadora. No decorrer do trabalho de parto, o uso da massagem no ventre era uma ação indispensável, pois além de dar condições para perceber a intensidade das contrações, servia, sobretudo, para deixar claro a presença forte da parteira naquele momento. Tudo isso demonstra a coragem, a experiência e autoridade que possuem essas mulheres ao materializar seu ofício.

Naquele tempo minha filha, não tinha tanta coisa e os partos eram tudo normal, não sei como era que não dava problema. Olha! mulheres de quarenta anos tinham o primeiro filho e era um parto normal. Agora eu ensinava sempre uns remedinho pra elas. Elas faziam um pré-natal comigo, eu examinava as barrigas e tudo. Na hora do parto eu conversava com elas, dava coragem. Fazia massagem, E quando nascia eu arrumava a mulher e também as crianças. Era difícil dá galho.

Embora não esteja diretamente vinculada ao perfil de Dona Noemi, que se autodenomina “parteira de orelha”, embora admita que a gama de informações que possui possam estar vinculados a uma questão de dom, quero destacar um aspecto encontrado em outras parteiras de dom, ou parteira curiosa, com as quais tive contato. Não pretendo novamente deter-me sobre essa temática, que acredito já foi relativamente problematizada anteriormente, mas quero chamar atenção para a forma como isso se manifesta. Existem duas grandes formas para que as parteiras adentrem o universo do partejar. A primeira delas se dá a partir do aprendizado com alguém mais velho, é acompanhando a avó, a mãe, uma tia que as experiências vão se acumulando. Nesse caso uma emergência irá provocar a ação, ou seja, quase sempre na ausência dessa parteira mais experiente, essa jovem aprendiz se vê forçada a fazer seu primeiro parto, geralmente seu próprio parto ou de alguém da família.

Quando se trata da parteira de dom, ainda que muitas delas tenham tido contatos com outras parteiras, aparecem dois elementos que propiciam a descoberta para a iniciação nessa atividade, o choro e o sonho. Esses elementos foram detectados nesta em outras pesquisas, muitos autores como, PEREIRA (1993); FREITAS (1997); BESSA (1997); BARROSO (2001); CHAMILCO (2001); SILVA (2004); PINTO (2004). Sobre o choro Maria Celeste Pinto faz considerações bastante relevantes.

O ato de chorar na barriga da mãe, além de revelar as prerrogativas do dom, estabelece condições sociais para que o possuidor do dom possa ser legitimado como tal, visto que a percepção e o reconhecimento da sua condição de ser especial acontece antes mesmo do seu nascimento, pelos mais velhos ou por alguém identificado no grupo com condições de estabelecer comunicação entre o mundo natural e o mundo sobrenatural, que reafirmam as qualidades especiais e diferenciadas daquela pessoa diante do seu grupo. Isso porque o choro que sinaliza ou revela o dom só pode ser ouvido ou percebido por alguém que seja portador de sutilezas místicas (com tendências ao curandeirismo), ou ainda por uma pessoa mais velha que tenha algum tipo de parentesco com a grávida, e goze de respeito e credibilidade entre os demais. (2009, p. 236).

No tocante ao sonho, este, segundo Pereira (1993) se manifesta como uma espécie de revelação, que somente mais tarde será identificado como um forte indicativo, um traço determinante para o caminho a ser percorrido enquanto parteira.

O “sonho” o “choro”, a aparição de mentores sobrenaturais, como Nossa Senhora, são potencialidades que permanecem numa espécie de latência, até que a necessidade concreta de uma mulher “em aperto” (em geral, alguém do círculo de parentes), na ausência da parteira habilitada, provoca a intervenção da iniciante, demarcando o início de um reconhecimento que deixa de ser potencial, para se tornar factual (PEREIRA, 1993, p. 93).

Como penúltimo ponto a ser discutido neste capítulo gostaria de dar destaque ao lugar ocupado por essas mulheres na sociedade. Parto do pressuposto de que a prática desenvolvida por esses sujeitos sociais ainda permanecerá por muito tempo presente em nosso meio, como parte da cultura popular. Isso não significa que esse saber se manteve estanque, muito menos puro, livre de interferências externas, ao contrário, paulatinamente vem se reconstruindo, resignificando e resistindo às incontáveis tentativas deliberadas ou não, de desqualificação. Acredito que a prática de partejar se tornou o que Bourdieu denomina de *habitus*²⁹.

²⁹ O conceito de *habitus* foi desenvolvido pelo sociólogo francês Pierre Bourdieu. Refere-se à capacidade de uma determinada estrutura social ser incorporada pelos agentes por meio de disposições para sentir, pensar e agir.

Creio que há uma luta contínua e necessariamente irregular e desigual, por parte da cultura dominante, no sentido de desorganizar constantemente a cultura popular; para cercá-la e confinar suas definições e formas dentro de uma gama mais abrangente de formas dominantes. Há pontos de resistências e da aceitação, da recusa e da capitulação, que transformam o campo da cultura em uma espécie de campo de batalha permanente, onde não se obtém vitórias definitivas, mas onde há sempre posições estratégicas a serem conquistadas e perdidas (HALL, 2009, p. 239).

As mudanças ocorridas na atividade de partejar se deram por diversos fatores, alguns deles ligados à nova dinâmica social experienciada por essas comunidades tradicionais, mas acima de tudo são os progressos da chamada medicina moderna que influenciaram mais diretamente sobre essa realidade. Contudo, ainda que não se possa negar que esses relevantes avanços tenham conseguido modificar muitos aspectos dessa prática e a visão dispensada a ela, ainda está muito longe a possibilidade de retirar sua importância histórica, social e principalmente cultural, conforme podemos verificar na fala de Dona Noemi.

Aí foi inaugurado o Santo Antônio. Que a primeira criança que nasceu lá foi o Antônio Mario, filho do Bocage, e a menina foi a filha do João Pedro, um motorista, que era motorista do prefeito desse tempo. O resto, elas se habituaram comigo. E logo era pago lá, no início foi pago, aí elas faziam em casa, se habituaram. Teve mulheres de eu fazer dezenove partos, como foi a mulher do Pedro Bezerra, teve dezenove parto comigo, naquele tempo elas tinham muito filho, era dez, doze, nove, era assim. Ai eu ia fazendo nos matos, quando já nascia as filhas, quando casavam eu ia pegando já das filhas. Eu deixei de fazer parto agora com 78 anos, que eu fiz o último parto foi de um Senhor que tem barco, que mora ali no Riozinho. Ela não quis, não quis ir pro Hospital, ai foi o último parto.

Existem algumas particularidades e singularidades no fazer das parteiras tradicionais que cooperaram para conferir a essas mulheres o poder, o lugar de prestígio e o valor social que possuem. Mas essa autoridade não é algo que aconteça em passo acelerado, nem tão pouco nos primeiros anos de trabalho, é antes um processo lento e gradual que vai se erigindo e se solidificando aportado na fé e na veneração que as parturientes, a família e a comunidade como um todo depositam na parteira. Esses elementos fundam, instituem e concretizam o lugar de evidência e de autoridade que essa mulher toma na vida do grupo que participa.

Eu fui parteira mais de cinquenta anos nessa cidade, fiz muitos partos, não sei nem dizer quantos, fiz partos de bunda, de crianças com dois sexos, de criança sem crânio, de todo jeito, e nunca morreu nenhum comigo. Quando tinha algum problema, que a criança estava de pé, quando tinha algum sangramento, qualquer problema, elas mandavam me chamar, as outras parteiras, elas vinham conversar comigo quando tinham alguma dúvida.

É possível detectar ainda outros elementos que são determinantes para a consolidação desse lugar de poder³⁰. Um deles refere-se ao reconhecimento social dos seus pares, é preciso que lhe seja aferido certa credibilidade também por alguém que possua o mesmo dom, as mesmas experiências práticas, os mesmos conhecimentos. Exige-se da parteira que tenha sido capaz de resolver partos complexos, sem colocar em risco a vida da mãe e da criança, o que a individualiza como uma mulher corajosa e experiente para o seu grupo social. Tudo isso remonta à prática de uma parteira tradicional que historicamente vem cumprindo essa função com contempláveis sucessos. Em síntese, o lugar da parteira na vida material e simbólica de seus grupos comunitários guarda conexão direta com uma forma de ser e de viver de tais populações tradicionais.

Mas se durante muito tempo a parteira guardou considerável poder e relevância. A partir do século XVIII, com as mudanças ocorridas na sociedade que incidiram diretamente nos avanços da medicina, o saber-fazer das parteiras foi colocado à prova. Essa nova dinâmica social trouxe consigo o surgimento de vários profissionais ligados à saúde da mulher, e com isso as práticas das parteiras tradicionais foram sendo questionadas. Essa dicotomia é bastante presente no discurso de D. Noemi, que apesar de ter iniciado seu ofício dentro dos espaços oficiais, evidencia constantemente suas ressalvas a esses conhecimentos.

Mas esse doutor (Médico de Bragança) ele é muito contra, diz que não tem que mandar. E essas novatas que tão chegando aí, essas, essas médicas que tão chegando aí que são ginecologistas, viuxe! Elas dizem para não mandarem ver barriga, por causa do problema. Às vezes eu digo pra elas, é porque eles são operador, do jeito que tiver eles fazem, quanto mais Ele operar, melhor pra eles né? Eles ganham melhor. Mas que muitas vezes, coitadas, elas chegam, elas vieram muitas, que são mesmo cliente dele, desses doutores assim. Elas, parecem que ficam em dúvida, elas vem bater aqui, quando eles dizem na ultrassom que tá torto, e muitas vezes é tão fácil arrumar. Mas agora o Doutor (Outro médico de Bragança) ele manda elas me procurarem. As vezes quando tá no início da gravidez que tá torto, eles batem ultrassom, ele manda? Ele diz assim: vai com a Noemi. Porque as sobrinhas dele tudo, tudo eu que peguei. Mas quem é contra elas verem barriga é o Doutor (...), mas a gente já sabe o porquê né? porque ele é operador.

Essa fala de Dona Noemi me subsidia a fazer duas proposições. A primeira delas se pauta no fato do partejar se instituir uma prática social que se dilata para além de uma mera ingerência de tratamento, é antes, uma forma resguardada de cuidado no nascimento e auxílio entre as mulheres, se configurando também em uma ação cultural. *“Elas, parecem que ficam em dúvida, elas vem bater aqui, quando eles dizem no ultrassom que tá torto, e muitas vezes é*

³⁰ Pierre Bourdieu (2003) explicita que: “o poder simbólico é esse poder invisível o qual só pode ser exercido com complicitade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeito ou mesmo o exercem”.

tão fácil arrumar”. Dessa forma, enquanto prática social e cultural demonstra o teor de relações de cuidado, de cordialidade, de partilha e de afetividade da teia que conectam mulheres de originados grupos sociais. A segunda diz respeito ao perene embate existente entre o saber das parteiras tradicionais e o saber médico institucionalizado. “*E essas novatas que tão chegando aí, essas, essas médicas que tão chegando aí que são ginecologistas, viuxe! Elas dizem para não mandarem ver barriga, por causa do problema.*” Acredito que a separação entre o saber das parteiras e o saber da medicina, tem ligação direta com questões econômicas, característica da sociedade do século XXI, pois é fato que, apesar das limitações existentes no fazer das parteiras, essas mulheres possuem conhecimentos que precisam ser considerados. A relação de afetividade que estabelecem com as parturientes ao longo do processo de gestação podem diretamente incidir na diminuição dos alarmantes índices de partos cesáreos. Pois parir, não requer somente cuidados terapêuticos.

Assim, depois de uma relativa vivência ao lado de algumas dessas mulheres e bem mais fortemente de Dona Noemi, bem como, já culminando o processo de elaboração desse trabalho, teimo em afirmar que o partejar é uma atividade que ainda por muito tempo estará presente em nossa sociedade, se organizando, se reinventado, se (re)significando, mas sempre atuando na vida de diferentes grupos sociais.

Diante disso, com base nas informações concatenadas por meio dos trabalhos já feitos, e mais especificamente, na vivência direta com Dona Noemi, ao longo desses quase dois anos, procurei construir um quadro de saberes, pulsa aqui a mulher filha da ciência objetiva que precisa categorizar, onde busco “sintetizar” os tipos de parteiras desta região, as aprendizagens existentes e as formas com se dá o processo de partejar e as práticas adjacentes desse compósito.

CATEGORIAS DE PARTEIRAS		
PARTEIRA CURIOSA	PARTEIRA DE ORELHA	PARTEIRA ESTUDADA
<i>Considerada por muitos como a legítima parteira, toda a gama de conhecimentos que possui tem ligação estreita com a ideia de dom, de intuição. Não é presente na história</i>	<i>Mulher que atua junto a seu grupo social mediante sua grande experiência e serviços prestados. Sua prática está relacionada à convivência direta que teve com alguém mais antigo de</i>	<i>Possui alguma formação na área de saúde, estando habilitada para atuar junto a outros profissionais com formação.</i>

<i>dessa categoria de parteiras qualquer tipo de ensinamento prévio estando seu saber ligado também à ideia de encantados.</i>	<i>sua família ou da comunidade que atuava como parteira.</i>	
--	---	--

TIPOS DE APRENDIZAGEM		
DOM	MÉMORIA	PRÁTICA
<i>É caracterizado por dois grandes elementos: o choro e o sonho. O dom é característica das parteiras curiosas, ou seja, aquelas mulheres que nunca tiveram contato com esse trabalho e diante de uma situação emergencial percebem-se em condições de exercê-lo.</i>	<i>Tem seu saber alicerçado na memória, no aprendizado adquirido com alguém mais velho de sua família ou da comunidade que pertence. É a experiência que lhe garante reconhecimento junto a seus pares e seu grupo social.</i>	<i>Sustenta seus conhecimentos na utilização de medicamentos oriundos da medicina.</i>

PROCESSO DE PARTEJAR		
ACOMPANHAMENTO	PARTO	PÓS-PARTO
<i>Processo que se dá logo ao iniciar a gestação. Aqui a parteira é convidada a estar acompanhando os diversos momentos da gravidez. O uso de ervas e plantas medicinais estão constantemente</i>	<i>Ápice do trabalho das parteiras. Durante as primeiras contrações as parteiras são chamadas a se instalarem na residência das parturientes até o momento de expulsão do feto e da placenta.</i>	<i>Denominado também de resguardo, compreende os quarenta dias após o parto. Tempo reservado à recuperação das parturientes e aos primeiros cuidados com o bebê. Ainda nos cinco primeiros dias a parteira</i>

<i>presentes durante esse período.</i>		<i>está presente para dar banho nas crianças e acompanhar as mães.</i>
--	--	--

PRÁTICAS ADJACENTES	
MEDICINA POPULAR	RELIGIOSIDADE
Tanto para a parteira curiosa, quanto para a parteira de orelha, durante o processo de acompanhamento, do parto e também no pós- parto as ervas e plantas medicinais são usadas no cuidado com a parturiente e com as crianças.	O ritual que envolve a arte de partejar está envolto em uma série de ritos mágicos e religiosos. Coexiste uma ligação direta dos mundos material e imaterial.

Não para concluir, antes para deixar claro o inacabamento da pesquisa, partilho as três grandes indagações que teimam em me perseguir, são elas: Existiria possibilidade dos conhecimentos construídos milenarmente pelas parteiras tradicionais servir para auxiliar ou assessorar os profissionais ligados à medicina moderna na hora de fazer um parto? Embora muito se tenha caminhado nesse sentido, ainda haverá um momento histórico em que os dois modos de conhecimentos produzidos nos espaços formais e informais podem estar atuando concomitantemente na sociedade sem que um precise ocupar o lugar da ciência e o outro o da ignorância? E por fim, a não aceitação por parte de muitos médicos do saber proposto pelas parteiras tradicionais se dá realmente por qual motivo?

CONSIDERAÇÕES

Partejar, benzer, acompanhar, puxar, são palavras do vocabulário de mulheres que exercem um ofício milenar, um ofício presente em todos os tempos e em todas as sociedades, envolvendo um conjunto de saberes e fazeres que passados de geração em geração se tornaram parte da história da própria humanidade, pois, desde que houve a necessidade de ajudar uma mulher a parir, lá estava uma parteira com suas práticas místicas e tradicionais. Mulheres pobres, sem muita escolaridade, muitas delas de descendência indígena, sujeitos sociais que desafiaram o tempo e o espaço para materializar seu ofício, sua arte, seu saber. Esse mesmo saber que na modernidade esbarra nas ações da ciência, originando com isso um paradoxo entre o parto moderno e o tradicional.

No entanto, o cientificismo não conseguiu ofuscar a crença que muitas mulheres depositam nas parteiras locais. Com um conjunto de saberes que envolve ensinar remédios caseiros, banhos, benzer, ajeitar barrigas e partejar, esse ofício ainda persiste na região bragantina, e em muitas partes desse país, quiçá no mundo inteiro, ainda que com um número já consideravelmente reduzido.

Como alguns estudos têm mostrado, a contemporaneidade trouxe o medo para muitas mulheres de sentirem dor na forma tradicional de parir, mas mesmo havendo um crescente incentivo ao parto cesáreo, no contexto do processo de medicalização que transformou o Brasil em país campeão neste procedimento, as próprias limitações da ciência ajudaram a forçar os grandes órgãos ligados à saúde da mulher a criar políticas de incentivo ao uso do parto natural. Isso fez com que a prática de partejar tenha ganhado destaque e tenha sido trazida novamente para o cenário atual, como uma possibilidade de cuidado na hora da gestação e do nascimento.

Assim, em meio aos avanços provocados pelo chamado movimento da modernidade, prossegue em muitos espaços da Amazônia, a prática tradicional do partejar. Especificamente na região bragantina, essa ação de *aparar menino, de ser mãe de umbigo, ou mãe de orelha*, assegura-se como prática perfilhada no domínio da cultura popular, mais particularmente no interior das comunidades tradicionais. De fato, o ritual do partejar está aportado em um saber que se manteve vivo, não engessado, muito menos puro, mas que constantemente sofre

alterações e mudanças em conformidade com os modelos de sociabilidade, onde estão inseridos, é um ofício desenvolvido por mulheres para atender e cuidar de outras mulheres.

São as chamadas “*mães de umbigo*”, “*aquela que apara menino*”, detentoras de um conhecimento que revela os valores e costumes de uma determinada comunidade, um dom inenarrável, uma sabedoria inexplicável. São tidas como um mito para suas comunidades, pois representam a história local, e garantem a continuidade da história de um povo. Elas partejam, cuidam, orientam, tornando-se parte das famílias que assistem.

Algumas, como é o caso de Dona Noemi, protagonista desse estudo, é respeitada inclusive por alguns médicos locais que defendem o parto humanizado, profissionais estes que ironicamente vieram ao mundo pelas suas mãos. No entanto os estudos mostram que quase todas vivem hoje de forma simples e modesta, pois não buscaram outro trabalho que lhes pudesse oferecer melhor poder aquisitivo, mas de maneira geral são mulheres acolhedoras, sábias que na história transformaram seus conhecimentos adquiridos em um legado que deverá se perpetuar através das gerações futuras.

O estudo pode mostrar também que o conhecimento das parteiras sobre o corpo feminino, sobre a natureza e a forma de manipulá-la, seus ritos, sua religiosidade, é uma forma de saber diferenciado das outras mulheres locais e isso acaba reproduzindo uma forma de poder e prestígio, logo as parteiras tornam-se referência local, como se fosse a mãe de todas as mães, ou as mulheres com Dom Divino, que com um olhar, um toque, uma erva ou uma reza é capaz de curar ou tranquilizar mulheres, criança e homens que se rendem a supremacia dessas senhoras. Porque não dizer uma espécie de guardiãs da memória um povo.

Com efeito, os avanços da ciência, as mudanças sociais acabaram por refletir no ofício das parteiras tradicionais, o descrédito no trabalho dessas mulheres é fator notável, isso obrigou muitas delas a repensar suas práticas a (re)significar seus ofícios, a incorporar novos hábitos estabelecidos pela medicina moderna que se impõe às práticas tradicionais como conhecimento superior em prol da prevenção e dos cuidados com a saúde da mulher e do bebê. Tal fator leva muitas dessas mulheres a buscar as explicações e a eficácia da medicina.

Entretanto algumas parteiras conseguem adequar os conhecimentos adquiridos ao longo dos anos com os conhecimentos científicos oriundos de cursos de capacitação e encontros de parteiras criados para aprimorar suas práticas, ou como é o caso de Dona Noemi, fazem parcerias de ajudas recíprocas com médicos que respeitam e acreditam no ofício de partejar.

Durante todo o processo de estudo foi possível perceber que em tempos atuais criaram-se muitos movimentos, projetos e programas ligados a parteiras tradicionais possibilitando uma ampliação de seus conhecimentos e uma organização dessas profissionais, como é o caso do Estado do Amapá. Isso vem contribuindo significativamente para que estas mulheres tenham seus espaços garantidos e sejam reconhecidas não só como pessoas que prestam serviços locais, pois isso elas já são pelos membros de suas comunidades, mas reconhecidas em âmbito social e político, como membros ativos dentro de uma sociedade dinâmica que não precisa substituir o tradicional pelo moderno, mas olhar o ofício de partejar como legítimo. Ainda que seja necessário incorporar algumas estratégias e técnicas da modernidade na prática das parteiras.

Ressalta-se que esse movimento não pode se dar em mão única, faz-se oportuno que os profissionais ligados à medicina oficial, médicos, ginecologistas, obstetras, compreendam a importância do saber dessas mulheres que por muito tempo e ainda hoje dão conta de variados problemas ligados ao cuidado de outras mulheres. Mas é claro, também, que com essas organizações seja possível despertar o interesse de outras pessoas pela prática de partejar e com isso não deixar que as parteiras tradicionais sejam em um futuro próximo apenas personagens da história, mas garantir que uma prática tão cheia de tradição e misticismo seja perpetuada.

A busca pelo reconhecimento das parteiras tradicionais e pelo ofício de partejar vem ganhando força com as campanhas feitas atualmente em favor da realização do parto humanizado, não esquecendo as ressalvas feitas a esses programas. Na região bragantina se pode perceber que alguns hospitais vêm propagando a ideia para que as mulheres optem pelo parto tradicional. Uma ideia que agrada as parteiras locais, pois acreditam que dessa forma as mulheres se recuperam mais rápido e se tornam mais fortes para parir outros filhos. Entretanto, através de depoimentos constantes feitos pela informante nesse estudo, evidenciou-se que alguns médicos têm práticas bem modernas, rápidas e sem dor para trazer uma criança à luz, fala-se de partos cesáreos. São os mesmos que se opõem a qualquer tipo de prática tradicional, alegando o risco que pode correr a mulher e a criança em um trabalho de parto.

Durante a pesquisa, embora não tenha sido esse o objetivo, foi percebido um confronto entre o tradicional e o moderno, que fica bem mais evidente se considerar o local onde grande parte da observação foi feita: um lugar já com três hospitais e algumas clínicas. No entanto,

na região bragantina existem muitas localidades rurais, de difícil acesso, onde não têm médicos e lá nessas comunidades prevalece o conhecimento hegemônico das parteiras que desenvolvem seus trabalhos com técnicas e recursos ainda bem artesanais. São as mães de orelha, as mãezinhas, senhoras respeitadas, que ainda hoje, na maioria das vezes nada recebem por seus serviços.

O estudo sobre parteiras tradicionais na região bragantina se mostrou uma aventura fascinante por um universo histórico, social e cultural cujos personagens principais são mulheres emblemáticas, que transitam constantemente pelo mundo material e imaterial. Mulheres que em todos os momentos da história da humanidade se fizeram perceber enquanto detentoras de um saber específico, ora com perdas, ora com conquistas. Mulheres marcadas por histórias cheias de lutas, de desencantos de contradições. Nem Santas, nem Bruxas.

Tudo isso possibilitou não só um conhecimento sobre a vida das parteiras, mesmo porque falar dessas mulheres é falar de mães, de donas de casa, de mulheres da roça. A convivência com essas senhoras, especialmente Dona Noemi, às vezes mais próxima, às vezes mais esporádica, me permitiu apreender um pouca da história de Bragança, dos diferentes contextos vividos por ela. São 81 anos de história, dos quais, aproximadamente, 60 foram empenhados com seu ofício de partejar.

Reafirmo que seu ofício está inserido nas práticas da cultura popular, é uma ação oriunda do povo. São mulheres filhas de um Brasil híbrido, multifacetário e heterogêneo que tecem cotidianamente seus fazeres, ora como práticas de resistências, ora como práticas de sobrevivência.

O assunto não se esgota aqui, careceriam ainda muitas prosas com Dona Noemi e com tantas outras parteiras para que pudesse ter propriedade para falar de um saber tão singular. Os relatos, as histórias, as vivências, o cotidiano aqui exposto ainda está longe de descrever quem são realmente essas mulheres.

*A mãe que me pegou
Salve a parteira
Mãe caximbeira
Cheia da força do amor.*

REFERÊNCIAS

AIRES, Maria Juracy. **Técnica e tecnologia do parto:** a produção e apropriação do conhecimento tecnológico por parteiras tradicionais. 2006. Dissertação (Mestrado em Tecnologia)- Centro Federal de Ensino Tecnológico do Paraná, Curitiba, 2006.

SILVA, Alzira Nogueira.

_____. **O direito à arte de partejar.** Disponível em: www.calvados.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/direito/article/viewFile/7031/5007. Acesso em 02/02/2011.

BHABHA, Homi. **O Local da Cultura.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998.

BAENA, Antônio Ladislau. **Compêndio das Eras da província do Grão-Pará.** 2.ed. Belém: Universidade Federal do Pará, 1969.

BARROSO, Iraci C. **Saberes e práticas tradicionais do Amapá: Histórias e memórias.** Dissertação [Mestrado em História]. Campinas: UNICAMP, 2001.

BESSA, Lucineide F. **Condições de trabalho de parteiras: Algumas características no contexto domiciliar rural.** Dissertação [Mestrado em Enfermagem]. Salvador: UFBA, 1997.

BOSI, Alfredo. **Dialética da colonização.** São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade: Lembranças dos velhos.** 3ª Ed. São Paulo: Companhia de Letras, 1994.

BOSI, Ecléa. **Cultura de Massas e Cultura Popular: leituras de operárias.** Petrópolis: Vozes, 1986.

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico.** 6. ed. Rio de Janeiro: Bertand. Brasil, 2005.

BRASIL. **Programa de Capacitação de Parteiras Tradicionais.** Brasília, DF: Ministério da Saúde, 1996.

BRASIL. **Livro da parteira.** Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2000.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Assistência ao parto normal: um guia prático.** Brasília, DF, 1996. (Maternidade Segura).

BURKE, P. **Cultura Popular na Idade Moderna.** Tradução Denise Bottmann. São Paulo: companhia das Letras, 2010.

BURKE, Peter. **O que é História Cultural?** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2005.

CANCLINI, Nestor García. **Culturas Híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade.** Trad. Heloísa Prezza Cintrã. 4ª Ed. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 2003.

CANDAU, Joel. **Memória e identidade**; tradução Maria Letícia Ferreira. São Paulo: contexto, 2011.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. **O trabalho do antropólogo**. 3 ed. Brasília: Paralelo 15; São Paulo: Editora Unesp, 2006.

CASTRO, Edna. **Território, Biodiversidade e Saberes de Populações Tradicionais**. In CASTRO, Edna & PINTON, Florence at al (orgs.). Faces do Trópico Úmido: conceitos e novas questões sobre desenvolvimento e meio ambiente. Belém: CEJUP: UFPA-NAEA, 1997.

CERTEAU, M. **A invenção do cotidiano: artes de fazer**. Petrópolis. RJ: Vozes, 1994.

CERTEAU, Michel. **A Cultura no Plural**. Campinas, SP: Papirus, 2005.

CHAMILCO, Rosilda Alves da Silva Isla. **Práticas obstétricas adotadas pelas parteiras tradicionais a assistência ao parto e nascimento domiciliar na Amazônia Legal, Santana, AP**. Dissertação [Mestrado em Enfermagem]. Rio de Janeiro: UFRJ, 2001.

CLIFFORD, James. **A experiência etnográfica: antropologia e literatura no séc. XX**. Org. José Reinaldo Santos Gonçalves. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1998.

CUCHE, D. **A noção de cultura nas ciências sociais**. Bauru: EDUSC, 1999.

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. **“Metodologia da história oral”**. In: **História Oral: Memória, tempo, identidades**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006, pp. 15-31.

DEL PRIORI, Mary. **Ao sul do corpo: condição feminina, maternidades e mentalidades no Brasil Colônia**. Rio de Janeiro: DIFEL/Editora Bertrand do Brasil, 1898, p. 49-75.

FALCON, Francisco José Calazans. **História e Historia Cultural: uma nova visão sobre a sociedade e a cultura**. Rio de Janeiro: Campus, 2002.

FERNANDES, José Guilherme dos Santos. **O Boi de Máscaras Festa, Trabalho e Memória na Cultura Popular do Boi Tinga de São Caetano de Odivelas**, Pará. Edufpa, 2007.

_____. **Pés que andam, pés que dançam: Memória, identidade e região cultural na esmolação e marujada de São Benedito em Bragança(PA)**. Belém: EDUEPA, 2011.

FLEISCHER, Soraya. **Parteiras, buchudas e aperreios: uma etnografia do cuidado obstétrico não oficial na cidade de Melgaço, Pará**. Belém: Paka-Taatu; Santa Cruz do Sul: EDUNIC, 2011.

_____. **Sangue, leite e quarentena: Notas etnográficas sobre o puerpério na cidade de Melgaço**, Pará. Campos 8, p.81-97, 2007a.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. 25, ed. São Paulo: Graal, 2012.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. Aula inaugural no College de France, pronunciada em 2 de Dezembro de 1970. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. Edições Loyola, São Paulo, 2004.

FREITAS, Maria do Socorro. **Mãos que aparam vidas: As parteiras de Caruaru, PE.** Dissertação [Mestrado em Sociologia]. João Pessoa: UFPB, 1997.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas.** Rio de Janeiro: LCT, 1989.

GONÇALVES, Carlos W. P. **Amazônia, Amazônias.** São Paulo: contexto, 2001.

GIDDENS, Anthony. **A vida em uma sociedade pós-tradicional.** In: GIDDENS, Anthony; BECK, Ulrich; LASH, Scott. **Modernização reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna.** São Paulo: FEU, 1995.

GINZBURG, Carlos. **O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela inquisição.** São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

HAGUETTE, T. M. F. **Metodologias qualitativas na Sociologia.** Petrópolis, RJ: Vozes, 1987.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva;** tradução de Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2006.

HALL, Stuart. **Da Diáspora: Identidade e Mediações Culturais.** Organização Liv Sovik; Tradução Adelaine La Guardia Resend... [et al.]. 1ª Edição atualizada – Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

INABA, P.A; OLIVEIRA, V.; ARAÚJO, M. O. P. H.; CEOLIM, M. F.; LARA, A. C. L. Tema: **O parto humanizado sob a percepção da enfermeira obstetra: Revisão Bibliográfica.** LORENA, SP. JANUS: Revista de Pesquisa Científica – FATEA. (2005).

LAPLANTINE, Francois. **Aprender Antropologia.** São Paulo: Brasiliense, 1995.

LARGURA, Marília. **Assistência ao Parto no Brasil-Aspectos Espirituais Psicológicos, Biológicos e Sociais -** São Paulo – 2000.

LE GOFF, Jacques. **História e memória.** Campinas: Unicamp, 2003.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **O pensamento Selvagem.** Trad. Tânia Pellegrini. Campinas: Papyrus, 1989.

LOUREIRO, João de Jesus Paes de. **Cultura Amazônica: uma poética do imaginário.** Belém: CEJUP, 1995.

MAUÉS, Raymundo Heraldo. **Origens históricas da cidade de Bragança.** Separata. **Revista de História.** n.º 72. São Paulo: 1969.

NOGUEIRA, Oracy. **Pesquisa social: introdução às suas técnicas.** São Paulo: Nacional, 1968.

NONATO DA SILVA, Dário Benedito Rodrigues. **Uma História de Bragança sob novos olhares.** Cartilha. Bragança: Prefeitura Municipal de Bragança; SEPLAN, 2008-2009.

NORA, Pierre. *Entre memória e história: a problemática dos lugares*. Projeto História, 10. História e Cultura: São Paulo – PUC/SP, 1993.

MALINOWSKI, Bronislaw. *Os Argonautas do Pacífico Ocidental*. São Paulo: EDUC, 2002.

MARTINS, José de Souza. *A sociabilidade do Homem Simples: cotidiano e história na modernidade anômala*. São Paulo: Hucitec, 2012.

MARTINS, Ana Paula Vosne. *Visões do feminino- a medicina da mulher nos séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2004.

MARTINS, Paulo Henrique. *A sociologia de Marcel Mauss: Dádiva, simbolismo e associação*. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 73, Dezembro 2005: 45-66.

MAUÉS, Raymundo Heraldo. *Medicinas Populares e “Pajelança Cabocla” na Amazônica*. In Paes, P.C. & Minayo, M.C. de S. (Org.). *Saúde e Doença: um olhar antropológico*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 1994.

MAUSS, Marcel. *Ensaio sobre a dádiva. Forma e razão da troca nas sociedades arcaicas*. In: *Sociologia e Antropologia*. São Paulo: EPU, 1974. p. 37-184.

MAUÉS, Raymundo Heraldo. *Medicinas Populares e “Pajelança Cabocla” na Amazônia*. In Alves, P.C. & Minayo, M.C. de S. (Org.). *Saúde e doença: um olhar antropológico*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 1994.

MOTT, Maria Lucia. *A parteira ignorante: Um erro de diagnóstico médico?*. *Estudos Feministas* 7(1), 1999 a.

MURARO, Rosie Marie. *Textos da Fogueira*. Brasília: Letra Viva, 2000.

PORTELLI, Alessandro. *Tentando aprender um pouquinho: algumas reflexões sobre a ética na História Oral*. Projeto História 15. São Paulo, 1997.

ORTIZ, R. *Cultura brasileira e identidade nacional*. 5ª ed. São Paulo: Brasiliense. 1994.

PAULA, Leandro Silva de. *Médicos acadêmicos e Terapeutas populares: Uma convivência conflituosa*. In: *Anais do II Encontro Memorial do Instituto de Ciências Humanas e Sociais: Nossas Letras na História da Educação*. Seção : H5 4/2. Editora da Universidade Federal de Ouro Preto. Ouro Preto, 2009.

PEREIRA, Maria Luzia Guarnelo. *Fazendo parto, fazendo vida: Doença, reprodução e percepção do gênero na Amazônia*. Dissertação [Mestrado em Ciências Sociais]. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1993.

PINTO, Benedita Celeste de Moraes. *Vivências cotidianas de parteiras e ‘Experientes’ do Tocantins*. *Rev. Estud. Fem.*, Florianópolis, v. 10, n. 2, 2002.

_____. *Nas veredas da sobrevivência. Memória, gênero e símbolos de poder feminino em povoados amazônicos*. Belém: Paka -Tatu, 2004.

PROGRAMA GESTÃO PÚBLICA E CIDADANIA/ **Experiências de Gestão Pública e Cidadania**. Luis Mário Fujiwara, Nelson Luiz Nouvel Alessio e Marta Ferreira Santos Farah (Orgs). São Paulo: 1999. 240p.

RAMOS, Jorge Daniel de Sousa. **Toda a poesia de Jorge Ramos**. Organização de Celso Luiz Ramos de Medeiros. Brasília: C.L.R. de Medeiros, 2010.

REIS, Arthur César Ferreira. **Síntese de história do Pará**. São Paulo: Amazônia Edições Culturais, 1972.

ROSÁRIO, Ubiratan. **Saga do Caeté: folclore, história, etnografia e jornalismo na cultura amazônica da Marujada, Zona Bragantina, Pará**. Belém: CEJUP, 2000.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências**. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.) Conhecimento prudente para uma vida decente: “Um discurso sobre as ciências” revisitado. Porto: Afrontamento, 2003.

SILVEIRA, Liliana. **Desafios da regulamentação da profissão de Parteira Tradicional**. ONG Amigas do Parto <http://www.amigasdoparto.org.br/index.asp>.

SILVA, Hilton P. **Sócio-ecologia da saúde e doença: Os efeitos da invisibilidade nas populações caboclas na Amazônia**. In: ADMAS, Cristina; MURRIETA, Rui, NEVES, Walter (Org). Sociedades caboclas amazônicas: Modernidade e invisibilidade. São Paulo: Annablume, 2006, p. 323-350.

SIMMEL, Georg. **O estrangeiro**. In: MOARES FILHO, Evaristo de (org.). Sociologia, São Paulo: Ed. Ática, 1983.

SOUSA, Noélia Alves de. **Sábias Mulheres: uma investigação de gênero sobre parteiras no sertão do Ceará, 1960-2000**. Tese de doutorado, UFRJ, 2007.

TORNQUIST, Carmem Susana. Parto e Poder. **O movimento pela humanização do parto no Brasil**. Tese [Doutorado em Antropologia]. Florianópolis: UFSC, 2004.

THOMPSON, P. **A Voz do Passado**. São Paulo: Paz e terra, 1992.

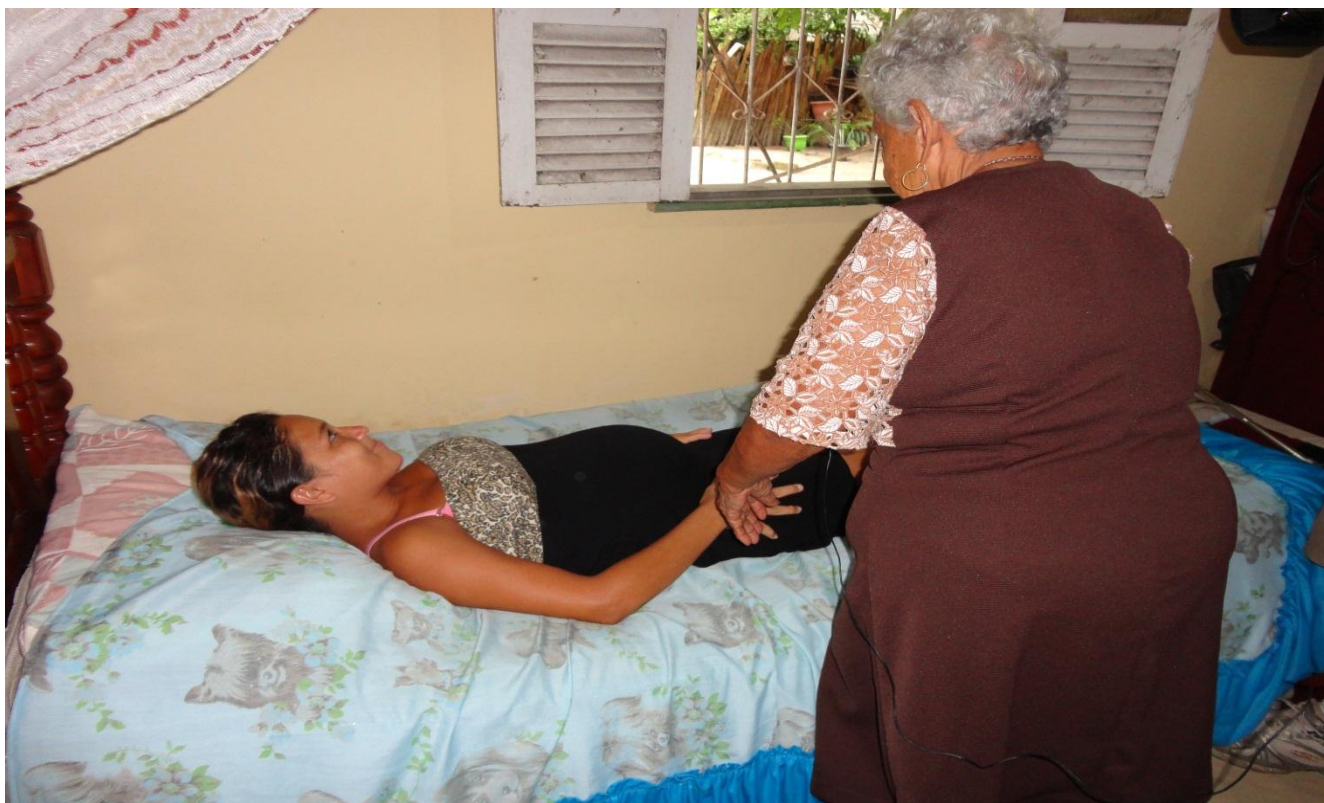
THOMPSON, E. P. **Costumes em comum: Estudos sobre cultura popular tradicional**. São Paulo: Companhia das Letras,

ANEXOS

Vocabulário

Agrado – pagamento, presente.
Anágua- saia usada pelas senhoras por baixo de outras saias ou vestidos.
Amornar – esquentar.
Aparar menino – pegar a criança no momento do nascimento, fazer o parto, assistir, partejar.
Aperreio – problema, dificuldade.
Assistir – fazer o parto.
Banho de asseio – preparo que envolve a mistura de várias ervas medicinais para higiene das partes íntimas da mulher.
Benzer – rezar sobre a criança ou a mulher com o propósito de curar doença.
Buxuda – mulher grávida.
Cadeiras – quadris.
Chicória – erva utilizada com tempero.
Criança laçada – criança que nasce enrolada ao cordão umbilical.
Cumadi – comadre.
Desocupar – expelir a placenta.
Deu bronca – deu problema
Dor torta – forte cólica sentida pela mulher após o parto.
Esmorecer – perder as forças.
Espiano - olhando
Filho de umbigo – criança que a parteira aparou, fez o parto
Foi pra faca – foi operada
Fulana – uma determinada mulher
Garrafada – Junção de várias ervas, aconselhada para as mulheres no período de gestação
Imbigo - umbigo
Mãe do corpo – útero
Mana - irmã
Moleira – parte do crânio ainda não calcificada nas crianças recém-nascidas
O pequenozinho – a criança
Panema – azar
Pelejar - batalhar
Prenha – grávida
Puxar barriga ou puxação – fazer massagem na barriga da mulher grávida para localizar a criança na posição mais adequada ao nascimento
Rasgadura – lesão muscular
Reparar – prestar atenção
Trouxa – embrulho feito de pano para guardar ou transportar objetos
Vumbora – vamos embora

FOTOS



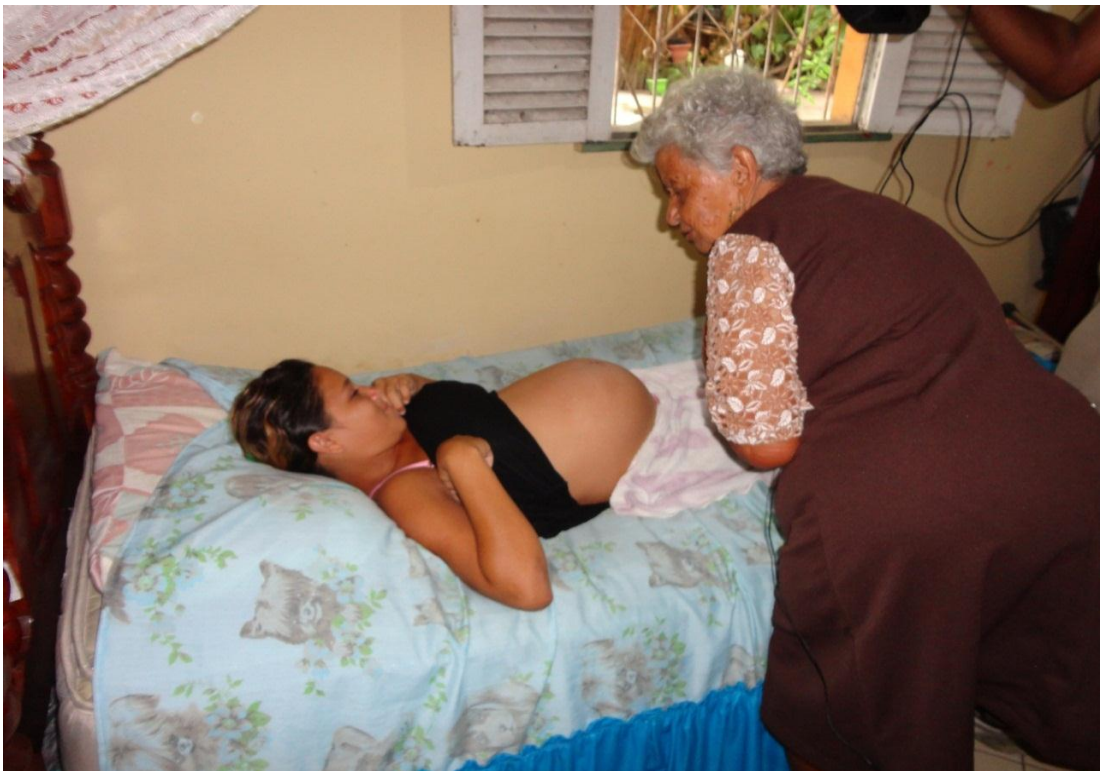
(Processo de acompanhamento)



(sala de sua casa- Entrevista))



(Entrevista concedida à Rede Globo)



(Processo de Acompanhamento)



(Diploma de Honra ao Mérito)



(Participação em desfile de Semana da Pátria)



(Título Honorífico concedido pela Câmara de Vereadores)



(Entrega de título)